



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.922.132/0001-50 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 22/10/2010</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET

<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COOPERATIVA TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>
--	-----------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
33.29-5-01 - Serviços de montagem de móveis de qualquer material
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária
78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
85.99-6-03 - Treinamento em informática
88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento
96.01-7-01 - Lavanderias
97.00-5-00 - Serviços domésticos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
214-3 - Cooperativa

<div>LOGRADOURO R SAO JOSE</div>	<div>NÚMERO 59</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
--------------------------------------	--------------------------	----------------------------------

<div>CEP 69.911-448</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO JOAO EDUARDO I</div>	<div>MUNICÍPIO RIO BRANCO</div>	<div>UF AC</div>
-------------------------------	---	-------------------------------------	----------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO TROPICALPARQUET@GMAIL.COM</div>	<div>TELEFONE (68) 3225-3283/ (68) 9988-5113</div>
--	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/10/2010</div>
---	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>
--	--

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/05/2023 às 04:56:06 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Cooperativa Tropical Parquet COOPERPARQUET

ATA e ESTATUTO SOCIAL

Rio Branco - 2010

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente:

Joelma Brasil de Lima

Vice- Presidente:

Maria Neviane Rozena do Nascimento

Secretária:

Silvana dos Santos da Silva

Diretor Financeiro:

Marileula de Lima Peres

Conselheiros Administrativo:

Thais Manuela da Silva Freitas
Romário Sena de Lima
Omar Martinez Suanez

CONSELHO FISCAL

Conselheiros Fiscais Efetivos:

Raimundo Nonato Montefusco Dourado
Gabriela da Silva Ramos
Uillame Silva de Oliveira

Conselheiros Fiscais Suplentes:

Wellington Pereira de Andrade
Raimundo Brasil de Lima
Maria Amâncio da Silva

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA
FUNDAÇÃO DA COOPERATIVA
TROPICAL PARQUET -
COOPERPARQUET. APROVAÇÃO DO
ESTATUTO SOCIAL, ELEIÇÃO DO
CONSELHO ADMINISTRATIVO E
FISCAL.**

Ao 01 (primeiro) dia do mês de setembro de 2010, às 19:00 (dezenove) horas nas dependências Paróquia Cristo Libertador, Rua Campo Grande, Bairro João Eduardo II, Rio Branco, Estado do Acre, reuniram-se com o propósito de fundar uma Cooperativa de Produção e Serviços denominada COOPERATIVA TROPICAL PARQUET - **COOPERPARQUET**, nos termos da legislação, marceneiros e outros trabalhadores, residentes em Rio Branco, devidamente qualificados no final desta Ata, todos maiores e capazes. O Coordenador da Comissão Organizadora, Sr. David Alexandre Neves Uchoa, após verificar o comparecimento do número legal de interessados, deu por aberto os trabalhos da Assembléia e convidou os membros da comissão a sentarem à mesa bem como as autoridades ligadas ao assunto. Após explicar os objetivos da Assembléia e justificar plenamente a importância do Cooperativismo de Produção e Serviço para os participantes, o Coordenador agradeceu a presença de todos e convidou a mim, Cristina Amâncio da Silva para secretariar os trabalhos, lavrar a presente Ata e conferir a documentação apresentada. Com a palavra a Sr^a. Secretária passou a ler o Edital de Convocação legalmente publicado na Rádio Difusora Acreana, no período compreendido entre os dias 15 a 30 de agosto de 2010, transcrito a seguir: EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET: Convocam-se todos os marceneiros e outros trabalhadores, interessados em constituir uma Sociedade Cooperativista, nos termos da legislação vigente, para a Assembléia Geral de Constituição da mesma, a realizar-se em: DATA: 01/09/2010 às 19:00 horas. LOCAL: Sede da Paróquia Cristo Libertador sito à Rua Campo Grande, João Eduardo II, Rio Branco, Estado - Acre. ORDEM DO DIA: 1. Análise, discussão e aprovação do Estatuto Social; 2. Eleição do

Maria Alice Silva de Paula
Maria Alice Silva de Paula

Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal. 3. Outros Assuntos de Interesse Social. Rio Branco – Acre, 23 de agosto de 2010. David Alexandre Nunes Uchoa, Coordenador da Comissão de Constituição da Cooperativa Tropical Parquet – COOPERPARQUET. Em seguida o Coordenador, indagou se os presentes estavam dispostos a participar da constituição de uma Cooperativa de Produção e Serviço, nos moldes previstos, no que obteve manifestação favorável e unânime. O Coordenador determinou que fosse então lido e discutido, artigo por artigo, do Estatuto Social, o que foi plenamente colocado em votação; sendo o mesmo aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Coordenador suspendeu a reunião por 15 (quinze) minutos para a elaboração das chapas para eleição dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal. O Coordenador solicitou à Assembléia que indicasse um dos presentes para dirigir os trabalhos de votação, escrutinação e posse dos eleitos, tendo sido indicado o Sr. José Roberto Vieira Lessa, que de pronto assumiu a direção da Assembléia, agradecendo a indicação de seu nome. Após discussão foi apresentada uma única chapa *aclamada por unanimidade* (para em seguida realizar a eleição). Ficou assim decidido: CONSELHO ADMINISTRATIVO – com mandato até a Assembléia Geral Ordinária do ano de 2012: PRESIDENTE, Sr^a. Joelma Brasil de Lima, CPF 635.264.092-34; VICE-PRESIDENTE, Sr^a. Maria Neviane Rozena do Nascimento, CPF 580.878.552-04; DIRETOR FINANCEIRO, Sr^a. Marileula de Lima Peres, CPF 632.752.522-91; SECRETÁRIO, Sr^a. Silvana dos Santos da Silva, CPF 008.160.802-08. CONSELHEIROS – com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2012 tendo como membros: Sr^a Thais Manuela da Silva Freitas, CPF 816.857.262-91, Sr. Romário Sena de Lima, CPF 920.580.512-20, Sr. Omar Martinez Suanez, CPF 631.226.340-15. CONSELHO FISCAL – com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2012 tendo como membros EFETIVOS, os Srs.: Raimundo Nonato Montefusco Dourado, CPF 443.993.912-00; Gabriela da Silva Ramos, CPF 515.621.542-49; Uillame Silva de Oliveira, CPF 939.861.142-20. SUPLENTEs, os Srs.: Wellington Pereira de Andrade, CPF 600.544.842-00, Raimundo Brasil de Lima, CPF 391.037.222-87, Maria Amâncio da Silva, CPF 832.851.052-91. Todos os eleitos nesta Assembléia estão devidamente qualificados no final desta Ata. Procedida a eleição, o Sr. Coordenador passou a aprovação dos trabalhos aos associados eleitos tendo informado que, à vista do que dispõe o Parágrafo 2º do art. 47 da Lei 5.764/71, a posse definitiva dos eleitos ficará condicionada à homologação dos nomes respectivos pela Junta Comercial. Assumindo a direção da Assembléia, o Presidente eleito, Sr^a. Joelma Brasil de

Lima falou sobre a sua satisfação e agradeceu a confiança depositada nela e nos demais membros dos Conselhos ora eleitos, e declarou definitivamente constituída a **COOPERATIVA TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET**, com sede provisória na Travessa Maria Amélia, nº 69, João Eduardo II, Rio Branco - Acre, cujos objetivos sociais, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados visando conceber, planejar, desenvolver, executar, implantar, produzir, acompanhar e avaliar suas realizações em todas as áreas do conhecimento humano, são: a) O estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas, de caráter comum; b) A venda, comum, da sua produção nos mercados locais, nacionais e internacionais; c) Produzir, beneficiar, industrializar e comercializar produtos em madeira resserrada submetida aplainamento, secagem ou lixamento (tábuas, tacos, parquetes para assoalhos e semelhantes) e moveis em madeira ou com predominância em madeira; d) Gerar trabalho autônomo para o quadro social; e) Adquirir ou construir infra-estrutura necessária para a produção coletiva de produtos; f) Fornecer assistência aos associados no que se fizer necessário para que melhor executem o trabalho; g) Organizar o trabalho de modo a bem aproveitar a capacidade dos associados, agrupando-os conforme suas aptidões e interesses coletivos; h) Proporcionar, através de convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, serviços jurídicos, sociais, médicos, hospitalares e odontológicos; i) Promover a aquisição e o fornecimento de materiais e equipamentos para o desenvolvimento dos trabalhos e serviços de interesse dos seus associados e funcionários; j) Manter estreito relacionamento com a coletividade em geral, objetivando a troca de conhecimentos e defesa de interesses comuns, principalmente com Cooperativas congêneres; l) Realizar o aprimoramento intelectual e profissional de seus associados e dependentes destes, bem como de seus empregados, através de cursos profissionalizantes e de capacitação cooperativista; m) Incentivar a inter-cooperação e a troca de experiências relacionados aos conhecimentos e atividades dos cooperados. Quanto ao capital social da cooperativa, foi fixado em **R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)**, sendo que cada cooperado assumiu o compromisso de integralizar **3.000** (três mil) cotas-parte, subscritas no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais). A presidente declarou, após consulta aos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal, que os Conselheiros abrem mão, no primeiro período de sua gestão de qualquer tipo de honorário, pró-labore ou cédula de presença, nas reuniões, para liberar a nova entidade desses custos de sua implantação. Os associados ora eleitos declaram, sob as penas da Lei, que não estão incursos em nenhum

dos crimes previstos em Lei ou quaisquer outras restrições legais que os impeçam de exercer atividades mercantis. Os Cooperados Fundadores da COOPERPARQUET são respectivamente: Wellington Pereira de Andrade, brasileiro, casado, portador do CPF 600.544.842-00 e RG 0290432 SSP/AC, residente e domiciliado na Rua Maria das Dores, 303 – Conjunto Esperança I, Rio Branco – Acre; Raimundo Brasil de Lima, brasileiro, solteiro, portador do CPF 391.037.222-87, RG 0195402 SSP/AC, residente e domiciliado na Rua São Nicolau, nº 204 – João Eduardo, Rio Branco – Acre; Leoneide Dias da Silva, brasileira, solteira, portadora do CPF 390.958.862-04 e do RG 206601 SSP/AC, residente e domiciliada na Travessa Álvaro Cesar, nº 181 – João Eduardo II – Rio Branco – Acre; Maria Antonia Brasil de Lima, brasileira, solteira, portadora do CPF 832.851.052-91, RG 418660 SSP/AC, residente e domiciliada na Rua São José, nº 51 – João Eduardo I, Rio Branco – Acre; Maria Amâncio da Silva, brasileira, solteira, portadora do CPF 757.820.572-20, RG 156.265 SSP/AC, residente e domiciliada na Rua São José, nº 127 – João Eduardo I, Rio Branco – Acre; Romário Sena de Lima, brasileiro, solteiro, portador do CPF 920.580.512-20, RG SSP/AC, residente e domiciliada na Travessa São Francisco, nº 45 – João Eduardo I, Rio Branco – Acre; José Roberto Vieira Lessa, brasileira, solteira, portadora do CPF 340.326.812-87, RG 0192277 SSP/AC, residente e domiciliada na Rua São José, nº 30 – João Eduardo I, Rio Branco – Acre; Silvana Santos da Silva, brasileira, solteira, portadora do CPF 008.160.802-08, RG 1044946-9, residente e domiciliada na Rua A, nº 89 – Novo Horizonte, Rio Branco – Acre; Manoel Juca de Sousa, brasileiro, solteiro, portador do CPF 636.050.582-72, RG 0288834, residente e domiciliada na Estrada Juarez Távora, nº 1.479 – Auto Alegre, Rio Branco – Acre; David Alexandre Neves Uchoa, brasileiro, solteiro, portador do CPF 995.870.412-91, RG 10728643 SSP/AC, residente e domiciliada na Rua São Luiz, nº 332 – João Eduardo II, Rio Branco – Acre; Gabriela da Silva Ramos, brasileira, casada, portadora do CPF 515.621.542-49, RG 0317899 SSP/AC, residente e domiciliada na Rua Maria das Dores, nº 280 – Conjunto Esperança I. Rio Branco – Acre, Cristina Amâncio da Silva, brasileira, solteira, portadora do CPF 001.454.312-58, RG 1026690-9 SSP/AC, residente e domiciliada na Rua Poços de Caldas, nº 191 – Cidade Nova, Rio Branco – Acre; Leandro da Silva Souza, brasileiro, solteiro, portador do CPF 865.110.252-68, RG 1009591-8, residente e domiciliado na Rua São José, nº 127 – João Eduardo I, Rio Branco – Acre; Maria Neviana Rozene do Nascimento, brasileira, solteira, portadora do CPF ⁵²⁸~~580~~.878.552-04, RG 0315702

Maria Alice Silva de Paula

Advogada

Maria Alice Silva de Paula

SSP/AC, residente e domiciliada na Rua 27 de setembro, nº 431 – Boa União, Rio Branco – Acre; Raimundo Nonato Montefusco Dourado, brasileiro, casado, portador do CPF 443.993.912-00, RG 0194571 SSP/AC, residente e domiciliado na Rua Fonte Nova, nº 74, Apartamento 01 – Conquista, Rio Branco – Acre; Thais Manuela da Silva Freitas, brasileira, solteira, portadora do CPF 816.87.262-91, RG 462.144 SSP/AC, residente e domiciliada na Rua Nelson Piquet, nº 97 – São Francisco, Rio Branco – Acre; Joelma Brasil Lima, brasileira, casada, portadora do CPF 635.264.092-34, RG 0311255 SSP/AC, residente e domiciliada na Travessa Maria Amélia, nº 21 – João Eduardo II, Rio Branco – Acre; Omar Martinez Suanez, brasileiro naturalizado brasileiro, casado, portador do CPF 631.226.340-15, RG Y0858482 SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Gumerindo, nº 130, Q 35, C 28 – Conjunto Universitário, Rio Branco – Acre; Marileula de Lima Peres, brasileira, solteira, portadora do CPF 632.752.522-91, RG 300636 SSP/AC, residente e domiciliada na Rua Eldorado, nº 154 – Bahia, Rio Branco – Acre; Uillame Silva de Oliveira, brasileiro, solteiro, portador do CPF 939.861.142-20 SSP/AC, residente e domiciliado na Rua Feres Feghali, nº 142 – Boa União, Rio Branco – Acre. Em seguida, a Srª Presidente facultou a palavra aos presentes, como ninguém mais fez uso da mesma e nada mais havendo, o Coordenador da assembléia e a Presidente eleita deram por encerrada a assembléia, e eu, Cristina Amâncio da Silva, que lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Coordenador da assembléia, por mim, pela presidente eleita e pelos demais fundadores.

David Alexandre Neves Uchôa

Coordenador da Assembléia

Cristina Amâncio da Silva

Secretaria da Assembléia



Joelma Brasil Lima

Presidente Eleita



Cristina Amâncio da Silva

do que dou fé.

reconheço como semelhança (s), a(s) firma(s) de.
David Alexandre Neves Uchôa e Joelma Brasil Lima

Em testemunho da verdade.

Rio Branco, 19/10/2010.

Tabellão

Kelen Kallyny Levy
Designada

Em testemunho da verdade.
Rio Branco, 19/10/2010

Tabellão

Kelen Kallyny Levy
Designada

LISTA DE PRESENÇA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA -
COOPERPARQUE NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2010.

PRESENTES:

- 01 Vilmar Silva de Oliveira
- 02 Rolo Nomas Montefusco Dourado
- 03 João Montefusco
- 04 Mauro Zucchi de Souza
- 05 Raimundo Brasil de Lima
- 06 M^{te} Nadiana Rozem de Nascimento
- 07 José Roberto Vieira Lessa
- 08 Silvana dos Santos da Silva
- 09 Maria Antonia Brasil de Lima
- 10 Leoneide Dias da Silva
- 11 Marino Amâncio da Silva
- 12 Gustina Amâncio da Silva
- 13 Thaís Manuela da Silva Freitas
- 14 Gelema Brasil Lima
- 15 Maricela de Lima Peres
- 16 David Alexandre Neres Uchôa
- 17 Marina Brasil de Souza
- 18 Isandro da Silva Souza
- 19 Gabriela da S. Ramos
- 20 Wellington Pereira de Andrade
- 21 Romário Sena de Lima

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET

ESTATUTO SOCIAL

APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL
DA CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 01
DE SETEMBRO DE 2010.

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO E EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 1º - A Cooperativa denominada de COOPERATIVA TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, sociedade simples, sem fins lucrativos, rege-se pelo estatuto e pela a legislação vigente, tendo.

- a) Sede, Administrativa na Travessa Maria Amélia, nº 69 – João Eduardo II, CEP 69.904-160 e Foro Jurídico, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.
- b) A área de ação para efeito de admissão de novos cooperados engloba geograficamente o município de Rio Branco.
- c) Prazo de duração indeterminado e exercício social coincidindo com o ano civil.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 2º - A Cooperativa tem como objetivos, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados visando conceber, planejar, desenvolver, executar, implantar, acompanhar e avaliar suas realizações em todas as áreas do conhecimento humano, podendo:

Maria Alice Silva de Paula
Advogada
OAB/AC 3231

- a) O estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas, de caráter comum;
- b) A venda, comum, da sua produção nos mercados locais, nacionais e internacionais;
- c) Produzir, beneficiar, industrializar e comercializar produtos em madeira resserrada submetida aplainamento, secagem ou lixamento (tábuas, tacos, parquetes para assoalhos e semelhantes) e moveis em madeira ou com predominância em madeira;
- d) Gerar trabalho autônomo para o quadro social;
- e) Adquirir ou construir infra-estrutura necessária para a produção coletiva de produtos;
- f) Fornecer assistência aos associados no que se fizer necessário para que melhor executem o trabalho;
- g) Organizar o trabalho de modo a bem aproveitar a capacidade dos associados, agrupando-os conforme suas aptidões e interesses coletivos;
- h) Proporcionar, através de convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, serviços jurídicos, sociais, médicos, hospitalares e odontológicos;
- i) Promover a aquisição e o fornecimento de materiais e equipamentos para o desenvolvimento dos trabalhos e serviços de interesse dos seus associados e funcionários;
- j) Manter estreito relacionamento com a coletividade em geral, objetivando a troca de conhecimentos e defesa de interesses comuns, principalmente com Cooperativas congêneres;
- l) Realizar o aprimoramento intelectual e profissional de seus associados e dependentes destes, bem como de seus empregados, através de cursos profissionalizantes e de capacitação cooperativista;
- m) Incentivar a inter-cooperação e a troca de experiências relacionados aos conhecimentos e atividades dos cooperados.

CAPITULO III

DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - Poderá associar-se à Cooperativa todo aquele que seja capaz e esteja em pleno gozo de seus direitos civis e que concorde com o presente estatuto, tenha mais de 18 (dezoito) anos e resida dentro da área de abrangência da Cooperativa, admitindo-se como áreas de conhecimento e atuação dos cooperados:

Parágrafo Único – O número de cooperados não terá limite quanto ao máximo, mas não será inferior a 20 associados.

Art. 4º – Para ingressar na Cooperativa, o interessado preencherá a respectiva proposta fornecida pela Cooperativa abonada por outro cooperado, bem como declarar que optou livremente por associar-se, conforme normas constantes do Regimento Interno da Cooperativa.

§ 1 – Aprovada a proposta pelo Conselho Administrativo, o cooperado subscreverá as quotas-partes do capital, fixadas no valor de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**;

§ 2 – São direitos dos Cooperados:

- I- Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos nela tratados;
- II- Propor à Assembléia Geral ou Conselho Administrativo medidas de interesses da Cooperativa;
- III- Votar e ser votado para membro do Conselho Administrativo ou Fiscalização;
- IV- Desligar-se da cooperativa quando lhe convier;
- V- Solicitar, por escrito, quaisquer informações sobre negócios da Cooperativa, e no mês que acontecer a realização da Assembléia Geral Ordinárias, consultar, na sede da Cooperativa, os livros e documentos do Balanço Geral;
- VI- Solicitar, por escrito, em grupo, justificadamente, à Diretoria ou Conselho Administrativo, a convocação de Assembléia Geral Extraordinária;

Maria Alice Silva de Paula
Advogada
Maria Alice Silva de Paula
OAB/AC 3231

VII- A convocação da Assembléia Geral Extraordinária deverá ser em documento escrito, fundamentado e assinado por 1/5 (um quinto) dos cooperados que estiverem em dia com suas obrigações estatutárias, caso não seja atendida a solicitação prevista no inciso anterior no prazo de 30 (dias).

§ 3 – São deveres dos cooperados:

I- Subscrever as quotas-partes do capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidas;

II- Cumprir disposições da Lei, deste estatuto e demais normas, regulamentos e decisões devidamente homologadas pela Diretoria, Conselho Administrativo ou Assembléia Geral;

III- Honrar pontualmente seus compromissos para com a Cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial;

IV- Prestar à Cooperativa, esclarecimentos relacionados com as suas atividades desenvolvidas como cooperado.

V- Levar ao conhecimento do Conselho Administrativo ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atende contra a Lei ou este Estatuto.

Art. 5º - O cooperado responde, subsidiariamente, pelos compromissos da Cooperativa com terceiros, proporcionalmente, até o valor do capital por ele subscrito.

Parágrafo Único – A responsabilidade do cooperado, assumida pelos compromissos da sociedade, em face de terceiros, perdurará para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento, mas só poderá se invocada de judicialmente exigida da Cooperativa.

Art. 6º - As obrigações do cooperado contraídas com a Cooperativa e oriundas de suas responsabilidades, contraídas por terceiros, em caso de morte, serão de responsabilidade do espólio, em conformidade com a legislação vigente.

Maria Alice Silva de Paula

Advogada
Maria Alice Silva de Paula
OAB/AC 3231

Parágrafo Único – Os herdeiros do falecido têm o direito ao capital realizado e demais créditos pertencentes ao extinto, assegurando-lhes o direito de ingresso na Cooperativa, desde que preencham as condições estabelecidas neste Estatuto.

CAPITULO IV

DO DESLIGAMENTO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 7º - O desligamento do cooperado, que não poderá ser negado, dar-se-á unicamente a seu pedido, e será solicitado, por escrito, ao Presidente, sendo por este levado ao Conselho Administrativo, em sua primeira reunião, e averbado na ficha de matrícula, mediante termo assinado pelo Presidente.

Art. 8º - A Eliminação do cooperado será efetuada em virtude de infração à Lei, a este Estatuto, ao Regulamento Interno, ou ainda, às deliberações dos Órgãos Administrativo, depois de reiterada notificação ao infrator, devendo os motivos que a determinação constar do termo lavrado na ficha de matrícula e assinado pelo Presidente.

§ 1 – Além de outros motivos, o Conselho Administrativo eliminará o cooperado que:

- a) Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa, ou que colida com seus objetivos;
- b) Houver a cooperativa à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações de responsabilidade do cooperado faltoso;
- c) Depois de notificado, voltar a infringir disposições da Lei, deste Estatuto, do Regimento Interno, das Resoluções ou Deliberações regularmente pela sociedade através de seus órgãos próprios.

§ 2 – Cópia autenticada da decisão relativa à eliminação será remetida ao interessado por processo que promove as datas da remessa e do recebimento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3 – O atingido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contatos da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo, até a primeira Assembléia Geral que vier a realizar-se.

Art. 9º - A exclusão do cooperado dar-se-á:

- a) Por incapacidade civil não suprida;
- b) Por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

Art. 10º - A aplicação de qualquer penalidade, não exime o infrator de obrigações de indenizar o dano ou ressarcir o prejuízo decorrente de seus atos.

Art. 11º - Em qualquer caso de desligamento, eliminação ou exclusão, o cooperado somente terá direito à restituição do capital que tenha integralizado acrescido de juros legais e correção monetária, bem como das sobras que lhe tiveram sido registradas.

§ 1- A restituição de que trata este artigo, só poderá ser exigido depois de aprovado pela Assembléia Geral o Balanço do exercício financeiro em que o sócio tenha se desligado da Cooperativa.

§ 2- A restituição deste capital será feita em parcelas mensais e sucessivas, proporcionais à integralização do mesmo, a partir do exercício financeiro que se seguir àquele em que se deu o desligamento.

§ 3 – Ocorrendo desligamentos, eliminações ou exclusões de cooperados em número que as restituições de capitais possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, esta poderá fazê-las mediante critérios aprovados pelo Conselho Administrativo que resguardecam a continuidade do funcionamento da mesma.

CAPITAL V

DO CAPITAL

Art. 12º – O capital da cooperativa, representado por quotas-partes, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior ao equivalente à soma de R\$ **60.000,00** (sessenta mil reais).

§ 1º - O capital é dividido em quotas-partes de valor unitário igual a uma unidade monetária vigente.

§ 2º - A quota-parte é indispensável e intransferível a não cooperados, não poderá ser negociada de modo algum, nem dada em garantia sua subscrição, integralização, transferência, e sua restituição será sempre escriturada na ficha de matrícula.

§ 3º - A transferência de quotas-partes, total ou parcial, será escriturada na ficha de matrícula mediante termo que conterá as assinaturas da concedente, do cessionário e do Diretor Presidente.

Art. 13º – Ao ser admitido, cada cooperado subscreverá no mínimo **3.000** (três mil) quotas-partes do capital social.

Art. 14º - O cooperado poderá pagar suas quotas-partes à vista ou em até **24** parcelas mensais e consecutivas.

Parágrafo Único – Para efeito de integralização de quotas-partes ou de aumento de capital social, a Cooperativa, reterá de cada cooperado, o percentual **de 6%** (seis) por cento, ao ano, sobre o montante do valor dos serviços contratados pela Cooperativa, bem como receberá bens ou serviços, previamente avaliados, após homologação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15º – A Assembléia Geral quer Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da cooperativa e dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, tornará toda e qualquer decisão de

interesse da sociedade e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 16º - A Assembléia Geral será convocada e dirigida pelo Presidente da Cooperativa.

§ 1º - Poderá também ser convocado pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, ou ainda, por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais, após uma solicitação não atendida pelo Presidente no prazo de 30 (trinta) dias.

§2º - Não poderá participar da Assembléia Geral o cooperador que:

- a) Tenha sido admitido após a convocação da Assembléia;
- b) Que não esteja em pleno gozo de seus direitos sociais;
- c) Que tiver estabelecido relação empregatícia com a Cooperativa, caso em que só readquirirá tais direitos após a aprovação, pela Assembléia Geral, das contas do exercício em que tenha deixado o emprego.

Art. 17º - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias para a primeira convocação, de 01(uma) hora para a segunda e de mais de 01(uma) hora para a terceira.

Parágrafo Único - As três convocações poderão ser feitas em um Único edital desde que dele constem, expressamente, os prazos para cada uma delas.

Art. 18º - Não havendo "quorum" para instalação da Assembléia, convocada nos termos do artigo anterior, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único - Se, ainda não houver "quorum", para sua instalação, será admitida a intenção de dissolver a sociedade, fato que deverá ser comunicado às autoridades competentes.

Art. 19º - Dos editais de convocação das Assembléias Gerais, deverá constar:

- a) A determinação da cooperativa, seguida da expressão; "Convocação da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária", conforme o caso;

- b) O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim, como o endereço do local de sua realização, o qual, salvo, motivo justificado, será sempre o da sede social;
- c) A seqüência ordinal das convocações;
- d) A ordem do dia dos trabalhos;
- e) O número de cooperados existentes na data de sua expedição para efeito de calculo de "quorum";
- f) A assinatura do responsável pela convocação.

Art. 20º – No caso da convocação ser feita por cooperado, o edital será assinado, no mínimo pelos 04 (quatro) primeiros signatários do documento que a solicitou.

Parágrafo Único – Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das dependências mais comumente freqüentadas pelos cooperados, divulgado na emissora de Radio local e comunicado através de circulares a todos os associados.

Art. 21º – É da competência das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, a destituição dos membros dos Conselhos Administrativo e/ou Fiscalização.

Parágrafo Único – Ocorrendo destituições ou desligamentos que possam comprometer a regularidade da Administração ou Fiscalização da entidade, poderá a Assembléia designar no prazo Maximo de 30 (trinta) dias.

Art. 22º – O "quorum" para a instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de cooperados, em condições de votar em primeira convocação;
- b) Metade mais 01(um) dos cooperados, em seguida convocação;
- c) Mínimo de 10 (dez) cooperados, na terceira convocação.

Parágrafo Único – Para efeito de verificação do "quorum" de que trata este Artigo, o número de cooperados presentes, em cada convocação, se fará por suas assinaturas, seguidas dos respectivos números de matriculas, apostas no livro de presença.

Maria Alice Silva de Paula
Advogada
OAB/AC 3231

Art. 23º – Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Presidente da entidade, auxiliado pelo Secretário da Cooperativa.

§ 1º - Na ausência ou impedimento do secretário da Cooperativa e/ou do seu substituto, o Diretor Presidente convidará outro cooperado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva Ata.

§ 2º - Quando a Assembléia Geral não tiver sido convocada pelo Conselho Administrativo, os trabalhos serão dirigidos por cooperado escolhido na ocasião e secretariado por outro convidado por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 24º – Os ocupantes de cargos sociais, assim como quaisquer outros cooperados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que eles se refiram, de maneira direta ou indireta, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tornar parte nos respectivos debates.

Art. 25º – Nas Assembléias Gerais, em que forem discutidos os balanços das contas, o Presidente da cooperativa, logo após a leitura do relatório do Conselho Administrativo, das peças contábeis e do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um cooperado para coordenar os debates.

§ 1º - Transmitida à direção dos trabalhos, o Presidente e demais membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal deixarão a mesa, permanecendo, contudo, no recinto, à disposição da Assembléia, para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º - O coordenador indicado escolherá, entre os cooperados, um secretário “ad-hoc” para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na Ata, pelo secretário da Assembléia.

Art. 26º – As deliberações das Assembléias Gerais somente versar sobre os assuntos constantes no edital de convocação.

Art. 27º – Prescreve em 04 (quatro) anos a ação para as deliberações da Assembléia Geral viciadas de erro, dolo, fraude, ou simulação, ou tomadas com violação da Lei ou do Estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia tiver sido realizada.

Maria Alice Silva de Paula
Advogada
OAB/AC 3231

Art. 28º – Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembléia Geral, o Conselho Fiscal, com a antecedência, pelo menos, idêntica ao respectivo prazo da convocação, criará um comitê Especial composto de três membros, todos não candidatos a cargo eletivo na Cooperativa, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal.

Art. 29º – No exercício de suas funções, compete ao Comitê:

- a) Certificar-se dos prazos de vencimentos dos mandatos dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes;
- b) Divulgar entre os cooperados, através de circulares e/ou outros adequados, o numero das vagas a preencher;
- c) Solicitar aos candidatos a cargo eletivo que apresentem certidão negativa em matéria cível e criminal e de protestos dos cartórios das comarcas em que tenham residido nos últimos cinco anos, bem como certidão do registro de imóveis que possuam;
- d) Registrar os nomes dos candidatos, pela ordem de inscrição, verificando se estão no gozo de seus direitos sociais;
- e) Verificar, por ocasião da inscrição; se existem candidatos sujeitos às incompatibilidades previstas no artigo 36 parágrafo Único.
- f) Realizar consultas e promover entendimentos para a composição de chapas ou unificação de candidaturas, se for o caso;
- g) Estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formuladas por cooperados no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidades nas eleições, encaminhando suas conclusões ao Conselho Administrativo, para que ele tome as providências legais cabíveis.

§ 1º - O Comitê fixará prazo para a inscrição de candidatos de modo que possam ser conhecidos e divulgados os nomes, 5(cinco) dias da data da Assembléia Geral que vai proceder às eleições.

§ 2º - Não se apresentado candidatos ou sendo o seu número insuficiente, caberá ao Comitê proceder à seleção entre interessados que atendam às condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades aqui previstas.

Art. 30º – O Presidente da Assembléia Geral suspenderá o trabalho desta para que o Coordenador do comitê dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§ 1º - O transcurso das eleições e os nomes dos leitos contarão da ata da Assembléia Geral;

§ 2º - Os eleitos para suprirem vacância nos Conselhos Administrativo ou Fiscal exercerão os cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores.

§ 3º - A posse ocorrerá sempre na Assembléia Geral em que se realizarem as eleições, depois de encerrada a Ordem do Dia.

Art. 31º – Não se efetivando nas épocas devidas a eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos dos mandatos dos administradores e fiscais em exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário ate que se efetive a sucessão, nunca alem de 90 (noventa) dias.

CAPITULO VII

DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 32º – A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 03 (três) primeiros meses, após o termino do exercício social, deliberara sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da ordem do dia.

a) Prestação das contas dos órgãos Administrativo, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

I- Relatório da Gestão;

II- Balanço Geral;

III- Demonstrativo das Sobras ou Perdas;

IV- Plano de atividades para o exercício, seguinte:

- b) Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, reduzindo-se as parcelas para os fundos obrigatórios;
- c) Eleições dos componentes dos Conselhos Administrativo e Fiscal, quando for o caso.
- d) Fixação dos honorários, gratificações e do valor da "cédula de presença" para os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal.
- e) Quaisquer outros assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 33 deste Estatuto.

§ 1º - A aprovação do Relatório, Balanço e contas do órgão Administrativo desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como infração da Lei ou deste Estatuto.

§ 2º - A assembléia Geral Ordinária, em que devem ser eleitos novos administradores, deverá realizar-se no prazo indicado, neste artigo, mas de tal forma que permita a posse dos eleitos com o termino do mandato de seus antecessores.

CAPITULO VIII

ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 33º – A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da sociedade, desde que mencionados no Edital de Convocação.

Art. 34º – É de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) Reforma do Estatuto;
- b) Fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) Mudança do objetivo da sociedade;
- d) Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;

Maria Alice Silva de Paula
Advogada
Maria Alice Silva de Paula

e) Constas dos liquidantes.

Parágrafo Único – São necessários os votos de 2/3 (dois terço) dos cooperadores presentes, para tornarem validas as deliberações de que trata este artigo.

CAPITULO IX

DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 35º – A Cooperativa será administrada por um Conselho Administrativo integrado por 07 (sete) membros, todos associados, eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, com a seguinte composição: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Diretor Financeiro e 03 (três) Conselheiros.

§ 1º - O membro do Conselho Administrativo, quando necessária a sua substituição, o será em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim.

§ 2º - Os administradores eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contrariem em nome da sociedade, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

§ 3º - A Cooperativa responderá pelos atos a que se refere o parágrafo anterior, se os houver ratificado, ou deles logrado proveito.

§ 4º - O cooperado, mesmo ocupante de cargo eletivo, que qualquer operação tiver interesse contrario ao da Cooperativa, não poderá participar das deliberações que sobre tais operações versarem, cumprindo-lhes acusar o seu impedimento.

§ 5º - Os componentes dos Conselhos Administrativo e Fiscal, assim como os "liquidantes", equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas, para efeito de responsabilidade criminal.

§ 6º - Sem prejuízo da ação publica que possa caber contra os administradores, qualquer cooperado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os Administradores para promover-lhes a responsabilidade.

Maria Alice Silva de Paulo

Maria Alice Silva de Paulo
Advogada

Art. 36º – Para concorrer às eleições, os candidatos deverão inscrever-se individual ou coletivamente, indicando, expressamente, o cargo para o qual concorrem.

Parágrafo Único – Não podem compor os Conselhos Administrativo ou Fiscal, parentes entre si, até o 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral.

Art. 37º – São, também inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os candidatos à pena de vede ainda mesmo que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou à propriedade.

Art. 38º – O Conselho Administrativo reger-se-á pelas normas seguintes:

- a) Reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria do próprio Conselho, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) Delibera validamente com a presença da maioria dos votos dos presentes;
- c) As deliberações serão consignadas em Atas circunstanciadas e assinadas ao final dos trabalhos, pelos membros presentes;
- d) Os atos que envolvem responsabilidade da sociedade para com terceiros ou que exonerem a responsabilidade de terceiros para com a sociedade, deverão conter obrigatoriamente a assinatura do Presidente e do Secretario Geral.

§ 1º - Nos impedimentos eventuais, o Presidente será substituído pelo Secretario Geral;

§ 2º - Se ficarem vagos, por qualquer tempo, mais da metade dos cargos do Conselho Administrativo, deverá o Presidente, ou os membros restantes, se a presidência estiver vaga. Convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento dos cargos.

§ 3º - Perderá automaticamente o cargo, o membro do Conselho Administrativo que, sem justificativa, faltar a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 06 (seis) durante o ano.

Art. 39º – Compete ao Conselho Administrativo, dentro dos limites da lei, deste Estatuto e atendidas as decisões ou deliberações da Assembléia Geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da Cooperativa e controlar seus resultados.

Parágrafo Único – As normas estabelecidas pelo Conselho Administrativo serão baixadas sob a forma de Resolução ou de Instrução, e constituirão o Regime Interno da Cooperativa.

Art. 40º - Compete, ainda, ao Conselho Administrativo:

- a) Programar as operações e serviços, estabelecendo e fixando quantidades, valores, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;
- b) Estabelecer, em Regimento Interno, instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas a seus associados nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições da lei, deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a sociedade;
- c) Determinar a taxa destinada a cobrir as despesas dos serviços da sociedade;
- d) Estimar previamente rentabilidade das operações e dos serviços, bem como sua viabilidade;
- e) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- f) Contratar pessoal técnico e administrativo que se fizer necessário, e fixar normas convenientes para a sua admissão;
- g) Fixar normas de disciplina funcional;
- h) Julgar recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares da Cooperativa;
- i) Avaliar a convivência e fixar limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulem dinheiro ou valores da Cooperativa;
- j) Estabelecer as normas para o funcionamento da sociedade;
- k) Contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria;

- l) Indicar o banco ou bancos nos quais devem ser feitos depósitos de numerários disponíveis e fixar o limite do dinheiro que poderá ser mantido em caixa;
- m) Estabelecer as normas do controle das operações e serviços, verificando, mensalmente, na Maximo, o estado econômico da Cooperativa e do desenvolvimento das operações e atividades em geral através de balancetes da contabilidade e demonstrativos específicos;
- n) Deliberar, sobre a admissão, desligamento, eliminação e exclusão de associados;
- o) Deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;
- p) Adquirir, alienar ou onerar bens da sociedade com expressa autorização da Assembléia Geral;
- q) Contrair obrigações, transigir, adquirir e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- r) Zelar pelo cumprimento da Lei e deste Estatuto.

Parágrafo Único – O Conselho Administrativo solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento do gerente ou do contador, ou técnico específico, conforme o caso, para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer um deles apresente previamente projetos sobre as questões a serem examinadas.

Art. 41º – Ao Presidente compete entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Supervisar as atividades da Cooperativa através de contatos assíduos com os demais conselheiros e empregados;
- b) Verificar freqüentemente o saldo do caixa;
- c) Assinar cheques bancários, juntamente com o Diretor Financeiro ou Secretario Geral;
- d) Assinar, conjuntamente com o Secretario Geral, contratos e demais documentos constituídos de obrigações;
- e) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo;
- f) Apresentar à Assembléia Geral Ordinária:

I. Relatório da gestão;

II. Balanço Geral;

III. Demonstrativos das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade;

IV. Parecer do Conselho Fiscal;

V. Plano da atividade Cooperativa para o exercício seguinte.

g) representar ativa e passivamente a Cooperativa em juízo ou fora dele;

h) elaborar o plano de atividade da Cooperativa.

Art. 42º – Ao Secretário compete além de substituir o Presidente em seus impedimentos de ate 90(noventa) dias, interessar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente, secretario e lavrar as atas das Assembléias Gerais e das reuniões do Conselho Administrativo. Compete-lhe ainda, a guarda dos arquivos e de todos os livros e documentos da Cooperativa, supervisionando os serviços de secretaria e expediente, inclusive os relativos ao setor de pessoal.

Art. 43º – Ao Diretor Financeiro compete cuidar de todos os assuntos financeiros da Cooperativa, assinando conjuntamente com o Diretor Presidente, cheques bancários, sendo, ainda, o responsável pelo patrimônio financeiro.

CAPITULO X

DO CONSELHO FISCAL

Art. 44º – A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal constituído de 03(três) membros efetivos e 03(três) suplentes, todos associados, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis, enumerados no artigo 37 deste Estatuto, os parentes dos membros do Conselho Administrativo até o 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º - O cooperado não pode exercer, ordinariamente cargos no Conselho Administrativo e no Conselho Fiscal.

Art. 45º – O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a participação de 03 (três) de seus membros.

§ 1º - Em sua primeira reunião, escolherá dentre os seus membros efetivos, um Coordenador, incumbido de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos destas, e um Secretário.

§ 2º - Na ausência do Coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto na ocasião.

§ 3º - As reuniões poderão ser convocadas ainda por qualquer dos seus membros, por solicitação do Conselho Administrativo ou da Assembléia Geral.

§ 4º - As decisões serão tomadas por maioria de votos e constarão de alta lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos fiscais presentes.

Art. 46º – Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal, o Conselho Administrativo ou restante dos membros do Conselho Fiscal convocará a Assembléia Geral, para o devido preenchimento dos cargos vagos.

Art. 47º – Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua e minuciosa fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, cabendo-lhe entre outra, as seguintes atribuições:

- a) Conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, também, se o mesmo está dos limites estabelecidos pelos administradores;
- b) Verificar se os extratos de conta conferem com a escrituração da Cooperativa;

- c) Examinar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão em conformidade com os planos e decisões dos administradores;
- d) Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às previsões feitas e às convivências econômico-financeiras da Cooperativa;
- e) Certificar-se se o Conselho Administrativo vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- f) Averiguar se existem reclamações dos associados, quanto aos serviços prestados;
- g) Inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- h) Averiguar se há problemas com empregados;
- i) Certificar-se se há exigências ou deveres a cumprir junto às autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem assim quanto aos órgãos do cooperativismo;
- j) Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância de regras próprias;
- k) Estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho Administrativo, emitindo parecer sobre estes para a Assembléia Geral;
- l) Dar conhecimento ao Conselho Administrativo das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este, à Assembléia Geral ou às autoridades competentes, as regularidades constatadas e convocar a Assembléia Geral se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Parágrafo Único – Para os exames e verificação dos livros, contas e documentos necessários ao cumprimento das atribuições, poderá o Conselho Fiscal contratar o assessoramento externo, correndo as despesas pro conta da Cooperativa.

CAPITULO XI

DOS FUNDOS, BALANÇO, DESPESAS, SOBRAS OU PERDAS

Art. 48º – A Cooperativa é obrigada a constituir:

- a) O fundo de Reservas destinadas a reparar perdas a atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído de 15%(quinze) por cento das sobras liquidas do exercício;
- b) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados os seus familiares e os seus próprios empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras liquidas do exercício;
- c) O fundo de Assistência a Acidentes de trabalho, destinado a cobrir despesas com primeiros socorros, transporte e medicamentos com acidentados nos trabalhos da Cooperativa, constituído de 7% (sete por cento) das sobras liquidas do exercício.

§ 1º - Os serviços de Assistência Técnica, Educacional e Social, a serem atendidos pelo respectivo fundo, poderão ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não.

§ 2º- O fundo de Assistência Técnica a Acidentes de Trabalho, não poderá ser usado em nenhuma outra atividade, sob qualquer titulo, hipótese ou pretexto.

§ 3º - Os fundos a que se referem estes artigos são indispensáveis entre os cooperados, mesmo no caso de liquidação da sociedade, quando então, juntamente com os remanescentes dos haveres líquidos, serão destinados à Organização das Cooperativas do Estado do Acre.

Art. 49º – Além dos Fundos previstos no artigo anterior, a Assembléia Geral poderá criar outros, destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Art. 50º – Além da taxa de 15% (quinze por cento) das sobras liquidas, reverterem em favor do Fundo de Reservas:

- a) Os créditos não reclamados decorridos 05(cinco) ano;

Maria Alice Silva

Maria Alice Silva de Paula
Advogada
OAB/AC 320

b) Os auxílios e doações sem destinação especial;

c) Os saldos não aplicados de rendas eventuais.

Art. 51º – O balanço geral, incluindo o conforto da receita e despesas, será levantado no dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único – Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços.

Art. 52º – As despesas da sociedade serão cobertas por:

a) Custos operacionais diretos ou indiretos pelos associados que participarem dos serviços que lhe deram causa;

b) Custos administrativos, pelo seu rateio, em partes iguais, entre todos os associados, quer tenham ou não usufruído dos Serviços da Cooperativa durante o exercício.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste artigo, as despesas da sociedade serão levantadas separadamente.

Art. 53º - As sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas para os fundos indivisíveis, ficarão à disposição da Assembléia Geral que lhes dará destino.

Art. 54º – Os prejuízos de cada exercício, apurados em balanço, serão cobertos com o saldo do fundo de Reservas.

Parágrafo Único – Se, porém, o fundo de Reservas for insuficiente para cobrir os prejuízos referidos neste artigo, estes serão rateados entre os cooperados, na razão direta dos serviços usufruídos, salvo deliberação diversa da Assembléia Geral.

CAPITULO XII

DOS LIVROS

Art. 55º – A Cooperativa deverá ter os seguintes livros:

a) Matrículas;

Maria Alice Silva

Maria Alice Silva de Paula
Advogada
OAB/AC 323

- b) Atas de Assembléia Geral;
- c) Atas do Conselho Administrativo;
- d) Atas do Conselho Fiscal;
- e) Presença dos Associados nas Assembléias Gerais;
- f) Outros fiscais e contábeis obrigatórios.

Art. 56º – O livro de matrículas os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão e deverá constar:

- a) O nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;
- b) A data de admissão e, quando for o caso, a de seu desligamento a pedido, de eliminação ou exclusão;
- c) A conta corrente de suas quotas-partes capital social.

CAPITULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 57º – A cooperativa dissolver-se-á voluntariamente, salvo se os seus associados se dispuserem a assegurar a sua continuidade, quando:

- a) Tenha alterado a sua forma jurídica;
- b) Quando o número de associados se reduzir a menos de 20 (vinte) ou se o seu capital social mínimo se tornar inferior ao estimulado no “caput” do artigo 10 deste Estatuto, salvo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 06(seis) meses, eles não forem restabelecidos;
- c) Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Único - Quando a dissolução da sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas neste artigo, a medida deverá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer cooperado ou por iniciativa do órgão de representação competente.


Maria Alice Silva
Advogada
OAB/AC 34




Art. 58º – Os fundos a que se referem os artigos 48, alíneas “a”, “b”, e “c”, são indispensáveis entre os associados, mesmo no caso de dissolução da cooperativa, caso em que serão, juntamente com o remanescente do patrimônio, depois de liquidado o passivo, destinados à Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Acre – OCEA.

Art. 59º – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei e os princípios doutrinários, ouvidos os órgãos de assistência e de fiscalização do cooperativismo.

Este Estatuto entrará em vigor na data da sua publicação.

RIO BRANCO – ACRE, 01 DE SETEMBRO DE 2010.

Joelma Brasil Lima 
Presidente.

1º Tabelionato de Notas e Registro Civil
Rio Branco/AC

Reconheço como semelhança (s) a(s) firma(s) de
Joelma Brasil Lima

_____, do que dou fé
em testemunho _____ da verdade.

Rio Branco, 19/10/2010.

Tabelião
Válida somente com o selo de autenticidade

Kelen Katiany Leal
Designada



**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA TROPICAL PARQUET –
COOPERPARQUET**

ESTATUTO SOCIAL

REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO
SOCIAL EM ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM
04 DE NOVEMBRO DE 2010.

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO E EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 1º - A Cooperativa de produção e serviços denominada de COOPERATIVA TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, sociedade simples, sem fins lucrativos, rege-se pelo estatuto e pela legislação vigente, tendo:

- a) Sede administrativa na Travessa Maria Amélia, nº 21, Bairro João Eduardo II, CEP 69.904-160 e Foro Jurídico, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.
- b) Área de ação para efeito de admissão de novos cooperados engloba geograficamente o município de Rio Branco-AC;
- c) Prazo de duração indeterminado e exercício social coincidindo com o ano civil.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 2º - A Cooperativa tem como objetivos desenvolver as atividades de produção e prestação de serviços em serraria sem desdobramento de madeira, serraria com desdobramento de madeira, fabricação de móveis, com predominância de madeira, fabricação de artefatos diversos de madeira, fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira, fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais, fabricação de outros artigos de carpintaria para construção, serviços combinados de escritório e apoio administrativo, locação de mão-de-obra temporária, aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores, instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material, serviços de montagem de móveis de qualquer material, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados visando conceber, planejar,

VI) Organizar o trabalho de modo à bem aproveitar a capacidade dos associados, agrupando-os conforme suas aptidões e interesses coletivos;

VII) Proporcionar, através de convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, serviços jurídicos, sociais, médicos, hospitalares e odontológicos;

VIII) Promover a aquisição e o fornecimento de materiais e equipamentos para o desenvolvimento dos trabalhos e serviços de interesse dos seus cooperados;

IX) Realizar o aprimoramento intelectual e profissional de seus associados e dependentes destes, bem como de seus empregados, através de cursos profissionalizantes e de capacitação cooperativista;

X) Incentivar a inter-cooperação e a troca de experiências relacionados aos conhecimentos e atividades dos cooperados.

XI) Realizar os serviços de:

a) colocação de tacos, carpetes e outros materiais de revestimento de pisos;

b) calafetagem, raspagem, polimento e aplicação de resinas em pisos;

c) colocação de papéis de parede;

d) instalação ou montagem de estandes para feiras e eventos diversos quando não integrada à atividade de criação;

e) montagem de móveis de qualquer material para consumidor final quando executado por empresa especializada;

f) o fornecimento de uma combinação ou de um pacote de serviços administrativos de rotina a empresas clientes, sob contrato, tais como: serviços de recepção, planejamento financeiro, contabilidade, arquivamento, preparação de material para envio por correio, etc., os centros de prestação de serviços às empresas ou escritórios virtuais;

g) o fornecimento a empresas clientes, por tempo determinado, de pessoal recrutado e remunerado por agências de trabalho temporário, nas condições da legislação trabalhista;

h) as atividades de assessoria e consultoria técnica em áreas profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente, inclusive as realizadas por profissionais autônomos ou constituídos como empresas individuais.

§ 1º – São princípios do Cooperativismo, que passam a integrar o presente Estatuto como normas de conduta a serem permanentemente observadas no funcionamento da Cooperativa.

Adesão Voluntária e Livre – A Cooperativa é uma instituição aberta os quantos estejam capacitados civil e profissionalmente a utilizar os seus serviços e se comprometam a cumprir as suas obrigações como sócio, sem discriminação de sexo, social, racial, política ou religiosa;

Gestão Democrática – A Cooperativa é uma instituição administrada e monitorada pelo seu próprio quadro social que deve participar, de forma efetiva, na fixação de suas diretrizes e tomadas de decisão, ou seja, homens e mulheres sendo eleitos para os órgãos sociais, cada um tendo direito a apenas um voto;

Participação Econômica do Sócio – Os sócios devem participar, de forma eqüitativa, na formação do capital social, como condição para seu ingresso na entidade, com direito a uma remuneração módica sobre a parte integralizada, quando possível, destinando os excedentes ou sobras para o desenvolvimento e estabilidade econômico financeira da Cooperativa, retomo ao cooperado proporcional às operações que cada um realiza com a Cooperativa e apoio a outras atividades ou projetos que forem aprovados pela Assembléia Geral;

Autonomia e independência – A cooperativa é uma instituição autônoma e independente, administrada e monitorada pelo seu próprio quadro social. Mesmo no caso de parcerias ou assinaturas de acordos com outras instituições, inclusive o Governo, ou levantamento de capitais de fontes externas, a cooperativa deve fazê-lo de forma a preservar a sua gestão democrática e a manutenção de sua autonomia;

Educação, Capacitação e Divulgação – É responsabilidade da Cooperativa promover a educação e capacitação de seus dirigentes, associados e funcionários, de maneira que eles possam contribuir, de forma efetiva, para o seu crescimento, modernização e desenvolvimento, assim como divulgar para a comunidade, especialmente os jovens e os líderes formadores de opinião, a natureza e os benefícios da mesma;

Inter-Cooperação – Para que a cooperativa se tome mais efetiva na prestação de serviços aos seus cooperantes e contribua para o fortalecimento do sistema, deve ela

integrar-se, social e economicamente, a outras cooperativas, da mesma categoria ou de categorias diferentes, nos níveis local, regional, nacional e internacional;

Interesse pela Comunidade – Além do seu papel natural de dar ênfase ao trabalho em busca de soluções para os problemas e aspirações do seu quadro social, é também dever da cooperativa preocupar-se com o desenvolvimento sustentável da comunidade em que está inserida.

§ 2º - São valores do Cooperativismo, que também passam a integrar as regras de conduta a serem seguidas por quantos integram os quadros sociais, diretivos, executivos e funcionais da cooperativa.

Fidelidade – Os associados devem primar pela lealdade para com a Cooperativa, honrar os compromissos assumidos e obrigar-se a exercitar práticas de probidade, pontualidade, exatidão, veracidade e firmeza.

Ajuda Mútua – As pessoas devem ter em mente que, vivendo e atuando isoladamente, a sua capacidade empreendedora se torna limitada e que somente em associação e cooperação com outros é possível atingir sua satisfação e objetivos pessoais. E, ainda, através da ação conjunta e assunção de mútua responsabilidade que os indivíduos podem influir nas decisões governamentais e acessar com efetividade os mercados;

Democracia – A cooperativa é uma associação de pessoas que voluntariamente se reúnem para somar recursos e esforços para a solicitação de necessidades e aspirações comuns de natureza econômica, social e cultural. Na cooperativa as decisões são tomadas utilizando o princípio da maioria, cada sócio tendo direito a apenas um voto, qualquer que seja o número de quotas-partes do capital que possua ou o volume de seus negócios;

Igualdade – Na Cooperativa, o principal é o associado, que considerado individualmente, quer coletivamente. A sua valorização como ser humano é a principal característica diferenciadora entre a cooperativa e a empresa comum. Esta tem por base o capital financeiro e o lucro dele decorrente. Aquela tem o capital como instrumento de conquista do social através do econômico.

Eqüidade – Refere-se à forma como o associado deve ser tratado em termos de repartição dos resultados econômicos dentro da cooperativa. Significa dizer que a sua participação nesses resultados, positivos ou negativos, deve ser proporcional ao volume de negócios ou serviços realizados através da Cooperativa e que a

remuneração do capital, em caso de sobras, deve também pautar-se por esse princípio de justiça.

Solidariedade - A cooperativa deve ser entendida como algo mais do que uma simples associação de pessoas. Trata-se de uma coletividade na qual deve prevalecer o sentimento de um por todos e todos por um, válido tanto para o quadro social como para o quadro funcional. Deve ser entendido também pelos sócios que a Cooperativa é um empreendimento comum, resultado da soma de recursos e esforços de cada um e de todos na busca de objetivos que também são comuns;

Honestidade - O sucesso da cooperativa, como empreendimento econômico e social, está também diretamente ligado ao valor ético da honestidade, que deve estar presente nos seus relacionamentos, quer internamente, com os seus quadros social e funcional, quer externamente com os não associados, ou clientes. A cooperativa deve ter compromisso especial também com a prática da honestidade nas suas relações negociais ou de mercado, por exemplo, com os pesos e medidas, qualidade dos produtos ou serviços, e preços;

Transparência - Salvo naquilo que é objeto de proteção legal, assegurada a qualquer agente produtivo ou econômico, a cooperativa deve se deixar penetrar, em seus atos administrativos e operacionais, pelos olhares inquiridores de quem quer que seja, sobretudo, em relação ao seu quadro social. A estes, como co-proprietários, reserva-se o direito inalienável de tudo ver e conhecer para que dúvida não haja que ponha em risco a sua credibilidade e confiança nos negócios;

Responsabilidade Social - Ao ingressar na cooperativa, o associado assume tácita e legalmente um contrato com e perante os seus companheiros de, reciprocamente, contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem a ganância de lucro. Neste contexto, invoca-se também a valorização ética da solidariedade. Se há resultados econômicos líquidos positivos, estes são compartilhados na proporção da justa participação de cada um para gerá-los. Por outro lado, se não os há, cada um deve assumir, também de forma proporcional, o ônus do seu saneamento para que o empreendimento associativo caminhe na sua trajetória ascendente;

Preocupação com o Semelhante - Evidentemente, de acordo com a sua capacidade e dimensão econômica financeira, a cooperativa deve preocupar-se com o social na comunidade em que está inserida, engajando-se em programas ou atividades que tenham como propósito melhorar as condições de vida humana seja no campo da educação, do esporte ou da saúde. O desenvolvimento econômico e social daqueles

que integra a cooperativa e o desempenho desta, muito tem a ver com as condições da comunidade como um todo.

CAPITULO III

DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - Poderá associar-se à Cooperativa todo aquele que seja capaz e esteja em pleno gozo de seus direitos civis e que concorde com o presente estatuto, tenha mais de 18 (dezoito) anos e resida dentro da área de abrangência da Cooperativa, admitindo-se como áreas de conhecimento e atuação dos cooperados:

Parágrafo Único – O número de cooperados não terá limite quanto ao máximo, mas não será inferior a 20 (vinte) associados.

Art. 4º – Para ingressar na Cooperativa, o interessado preencherá a respectiva proposta fornecida pela Cooperativa abonada por outro cooperado, bem como declarar que optou livremente por associar-se, conforme normas constantes do Regimento Interno da Cooperativa.

§ 1 – Aprovada a proposta pelo Conselho Administrativo, o cooperado subscreverá no mínimo 3.000 (três mil) quotas-partes, para integralização do capital social.

§ 2 – São direitos dos Cooperados:

I- Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos nela tratados;

II- Propor à Assembléia Geral ou Conselho Administrativo medidas de interesses da Cooperativa;

III- Votar e ser votado para membro do Conselho Administrativo ou Fiscalização;

IV- Desligar-se da cooperativa quando lhe convier;

V- Solicitar, por escrito, quaisquer informações sobre negócios da Cooperativa, e no mês que acontecer a realização da Assembléia Geral Ordinárias, consultar, na sede da Cooperativa, os livros e documentos do Balanço Geral;

VI- Solicitar, por escrito, em grupo, justificadamente, à Diretoria ou Conselho Administrativo, a convocação de Assembléia Geral Extraordinária;

VII- A convocação da Assembleia Geral Extraordinária deverá ser em documento escrito, fundamentado e assinado por 1/5 (um quinto) dos cooperados que estiverem em dia com suas obrigações estatutárias, caso não seja atendida a solicitação prevista no inciso anterior no prazo de 30 (dias).

§ 3 – São deveres dos cooperados:

- I- Subscrever as quotas-partes do capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidas;
- II- Cumprir disposições da Lei, deste estatuto e demais normas, regulamentos e decisões devidamente homologadas pela Diretoria, Conselho Administrativo ou Assembleia Geral;
- III- Honrar pontualmente seus compromissos para com a Cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial;
- IV- Prestar à Cooperativa, esclarecimentos relacionados com as suas atividades desenvolvidas como cooperado.
- V- Levar ao conhecimento do Conselho Administrativo ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atende contra a Lei ou este Estatuto.

Art. 5º - O cooperado responde, subsidiariamente, pelos compromissos da Cooperativa com terceiros, proporcionalmente, até o valor do capital por ele subscrito.

Parágrafo Único – A responsabilidade do cooperado, assumida pelos compromissos da sociedade, em face de terceiros, perdurará para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento, mas só poderá ser invocada judicialmente exigida da Cooperativa.

Art. 6º - As obrigações do cooperado contraídas com a Cooperativa e oriundas de suas responsabilidades, contraídas por terceiros, em caso de morte, serão de responsabilidade do espólio, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Único – Os herdeiros do falecido têm o direito ao capital realizado e demais créditos pertencentes ao extinto, assegurando-lhes o direito de ingresso na Cooperativa, desde que preencham as condições estabelecidas neste Estatuto.

CAPITULO IV

DO DESLIGAMENTO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 7º - O desligamento do cooperado, que não poderá ser negado, dar-se-á unicamente a seu pedido, e será solicitado, por escrito, ao Presidente, sendo por este levado ao Conselho Administrativo, em sua primeira reunião, e averbado na ficha de matrícula, mediante termo assinado pelo Presidente.

Art. 8º - A Eliminação do cooperado será efetuada em virtude de infração à Lei, a este Estatuto, ao Regulamento Interno, ou ainda, às deliberações dos Órgãos Administrativo, depois de reiterada notificação ao infrator, devendo os motivos que a determinação constar do termo lavrado na ficha de matrícula e assinado pelo Presidente.

§ 1 – Além de outros motivos, o Conselho Administrativo eliminará o cooperado que:

- a) Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa, ou que colida com seus objetivos;
- b) Houver a cooperativa à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações de responsabilidade do cooperado faltoso;
- c) Depois de notificado, voltar a infringir disposições da Lei, deste Estatuto, do Regimento Interno, das Resoluções ou Deliberações regularmente pela sociedade através de seus órgãos próprios.

§ 2 – Cópia autenticada da decisão relativa à eliminação será remetida ao interessado por processo que promove as datas da remessa e do recebimento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3 – O atingido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contatos da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo, até a primeira Assembléia Gral que vier a realizar-se.

Art. 9º - A exclusão do cooperado dar-se-á:

- a) Por incapacidade civil não suprida;
- b) Por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

Art. 10º - A aplicação de qualquer penalidade, não exime o infrator de obrigações de indenizar o dano ou ressarcir o prejuízo decorrente de seus atos.

Art. 11º - Em qualquer caso de desligamento, eliminação ou exclusão, o cooperado somente terá direito à restituição do capital que tenha integralizado acrescido de juros legais e correção monetária, bem como das sobras que lhe tiveram sido registradas.

§ 1- A restituição de que trata este artigo, só poderá ser exigido depois de aprovado pela Assembléia Geral o Balanço do exercício financeiro em que o sócio tenha se desligado da Cooperativa.

§ 2- A restituição deste capital será feita em parcelas mensais e sucessivas, proporcionais à integralização do mesmo, a partir do exercício financeiro que se seguir àquele em que se deu o desligamento.

§ 3 – Ocorrendo desligamentos, eliminações ou exclusões de cooperados em número que as restituições de capitais possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, esta poderá fazê-las mediante critérios aprovados pelo Conselho Administrativo que resguardem a continuidade do funcionamento da mesma.

CAPITAL V

DO CAPITAL

Art. 12º – O capital da cooperativa, representado por quotas-partes, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

§ 1º - O capital é dividido em quotas-partes de valor unitário R\$ 1,00 (um real) cada.

§ 2º - A quota-parte é indispensável e intransferível a não cooperados, não poderá ser negociada de modo algum, nem dada em garantia sua subscrição, integralização, transferência, e sua restituição será sempre escriturada na ficha de matrícula.

§ 3º - A transferência de quotas-partes, total ou parcial, será escriturada na ficha de matrícula mediante termo que conterà as assinaturas da concedente, do cessionário e do Diretor Presidente.

Art. 13º – Ao ser admitido, cada cooperado subscreverá no mínimo 3.000 (três mil) quotas-partes do capital social.

Art. 14º - O cooperado poderá pagar suas quotas-partes à vista ou em até 24 (vinte e quarto) parcelas mensais e consecutivas.

Parágrafo Único – Para efeito de integralização de quotas-partes ou de aumento de capital social, a Cooperativa reterá de cada cooperado o percentual de 6% (seis) por cento, ao ano, sobre o montante do valor dos serviços contratados pela Cooperativa, bem como receberá bens ou serviços, previamente avaliados, após homologação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15º – A Assembléia Geral quer Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da cooperativa e dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, tornará toda e qualquer decisão de interesse da sociedade e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 16º - A Assembléia Geral será convocada e dirigida pelo Presidente da Cooperativa.

§ 1º - Poderá também ser convocado pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, ou ainda, por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais, após uma solicitação não atendida pelo Presidente no prazo de 10 (dez) dias corridos.

§2º - Não poderá participar da Assembléia Geral o cooperador que:

- a) Tenha sido admitido após a convocação da Assembléia;
- b) Que não esteja em pleno gozo de seus direitos sociais;
- c) Que tiver estabelecido relação empregatícia com a Cooperativa, caso em que só readquirirá tais direitos após a aprovação, pela Assembléia Geral, das contas do exercício em que tenha deixado o emprego.

Art. 17º – Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, sendo a primeira chamada na data e horário da convocação, a segunda com 30 (trinta) minutos a terceira e ultima com 30 (trinta) minutos.

Parágrafo Único – As três convocações poderão ser feitas em um único edital, desde que dele constem, expressamente, os prazos para cada uma delas.

Art. 18º – Não havendo “quorum” para instalação da Assembléia, convocada nos termos do artigo anterior, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - Se, ainda não houver “quorum”, para sua instalação, será admitida a intenção de dissolver a sociedade, fato que deverá ser comunicado às autoridades competentes.

Art. 19º – Dos editais de convocação das Assembléias Gerais, deverá constar:

- a) A denominação da cooperativa, seguida da expressão; “Convocação da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária”, conforme o caso;
- b) O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim, como o endereço do local de sua realização, o qual, salvo, motivo justificado, será sempre o da sede social;
- c) A seqüência ordinal das convocações;
- d) A ordem do dia dos trabalhos;
- e) O número de cooperados existentes na data de sua expedição para efeito de calculo de “quorum”;
- f) A assinatura do responsável pela convocação.

Art. 20º – No caso da convocação ser feita por cooperado, o edital será assinado, no mínimo pelos 04 (quatro) primeiros signatários do documento que a solicitou.

Parágrafo Único – Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das dependências mais comumente freqüentadas pelos cooperados, divulgado na emissora de rádio local e comunicado através de circulares a todos os associados.

Art. 21º – É da competência das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, a destituição dos membros dos Conselhos Administrativo e/ou Fiscalização.

Parágrafo Único – Ocorrendo destituições ou desligamentos que possam comprometer a regularidade da Administração ou Fiscalização da entidade, poderá a Assembléia designar no prazo Maximo de 30 (trinta) dias.

Art. 22º – O “quorum” para a instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

desenvolver, executar, implantar, acompanhar e avaliar suas realizações em todas as áreas do conhecimento humano, podendo:

I) Estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas, de caráter comum;

II) A venda comum da sua produção nos mercados locais, nacionais e internacionais;

III) Produzir, beneficiar, industrializar e comercializar produtos:

a) com uso de madeira bruta desdobrada ou serrada em bruto (sem nenhum tipo de aplainamento, secagem ou lixamento) ou com a secagem, preservação e imunização da madeira serrada;

b) com uso de madeira resserrada submetida aplainamento, secagem ou lixamento (tábuas, tacos, parquetes para assoalhos e semelhantes), preservação e imunização da madeira resserrada;

c) como móveis de madeira ou com predominância de madeira, envernizados, encerados, esmaltados, laqueados, recobertos com lâminas de material plástico, estofados, para uso residencial e não-residencial e dar o acabamento (envernizamento, esmaltagem, laqueação e serviços similares);

d) como armários e outros móveis embutidos de madeira.

e) como artefatos de madeira para usos doméstico, industrial e comercial, artefatos de madeira torneada (cabos para ferramentas e utensílios, etc.), artefatos de fôrmas e modelos de madeira e briquetes de resíduos de madeira (carvão ecológico);

f) como artefatos de tornearia (barris, tonéis, pipas, etc.), caixas, caixotes, cilindros e outros materiais de madeira para embalagem e a paletes e estrados de madeira para carga;

g) como esquadrias e peças em madeira para instalações industriais e comerciais e instalação de esquadrias de madeira quando realizada pelo próprio fabricante;

IV) Adquirir ou construir infra-estrutura necessária para a produção coletiva de produtos;

V) Fornecer assistência aos associados no que se fizer necessário para que melhor executem o trabalho;

a) 2/3 (dois terços) do número de cooperados, em condições de votar em primeira convocação;

b) Metade mais 01(um) dos cooperados, em seguida convocação;

c) Mínimo de 10 (dez) cooperados, na terceira convocação.

Parágrafo Único – Para efeito de verificação do “quorum” de que trata este artigo, o número de cooperados presentes, em cada convocação, se fará por suas assinaturas, seguidas dos respectivos números de matrículas, apostas no livro de presença.

Art. 23º – Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Presidente da entidade, auxiliado pelo Secretário da Cooperativa.

§ 1º - Na ausência ou impedimento do secretário da Cooperativa e/ou do seu substituto, o Diretor Presidente convidará outro cooperado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva Ata.

§ 2º - Quando a Assembléia Geral não tiver sido convocada pelo Conselho Administrativo, os trabalhos serão dirigidos por cooperado escolhido na ocasião e secretariado por outro convidado por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 24º – Os ocupantes de cargos sociais, assim como quaisquer outros cooperados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que eles se refiram, de maneira direta ou indireta, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tornar parte nos respectivos debates.

Art. 25º – Nas Assembléias Gerais, em que forem discutidos os balanços das contas, o Presidente da cooperativa, logo após a leitura do relatório do Conselho Administrativo, das peças contábeis e do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um cooperado para coordenar os debates.

§ 1º - Transmitida à direção dos trabalhos, o Presidente e demais membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal deixarão a mesa, permanecendo, contudo, no recinto, à disposição da Assembléia, para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º - O coordenador indicado escolherá, entre os cooperados, um secretário “ad-hoc” para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na Ata, pelo secretário da Assembléia.

Art. 26º – As deliberações das Assembléias Gerais somente versar sobre os assuntos constantes no edital de convocação.

Art. 27º – Prescreve em 04 (quatro) anos a ação para as deliberações da Assembléia Geral viciadas de erro, dolo, fraude, ou simulação, ou tomadas com violação da Lei ou do Estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia tiver sido realizada.

Art. 28º – Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembléia Geral, o Conselho Fiscal, com a antecedência, pelo menos, idêntica ao respectivo prazo da convocação, criará um Comitê Especial composto de três membros, todos não candidatos a cargo eletivo na Cooperativa, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal.

Art. 29º – No exercício de suas funções, compete ao Comitê:

- a) Certificar-se dos prazos de vencimentos dos mandatos dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes;
- b) Divulgar entre os cooperados, através de circulares e/ou outros adequados, o numero das vagas a preencher;
- c) Solicitar aos candidatos a cargo eletivo que apresentem certidão negativa em matéria cível e criminal e de protestos dos cartórios das comarcas em que tenham residido nos últimos cinco anos, bem como certidão do registro de imóveis que possuam;
- d) Registrar os nomes dos candidatos, pela ordem de inscrição, verificando se estão no gozo de seus direitos sociais;
- e) Verificar, por ocasião da inscrição; se existem candidatos sujeitos às incompatibilidades previstas no artigo 36 parágrafo Único.
- f) Realizar consultas e promover entendimentos para a composição de chapas ou unificação de candidaturas, se for o caso;
- g) Estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formuladas por cooperados no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidades nas eleições, encaminhando suas conclusões ao Conselho Administrativo, para que ele tome as providências legais cabíveis.

§ 1º - O Comitê fixará prazo para a inscrição de candidatos de modo que possam ser conhecidos e divulgados os nomes, 5(cinco) dias da data da Assembléia Geral que vai proceder às eleições.

§ 2º - Não se apresentado candidatos ou sendo o seu número insuficiente, caberá ao Comitê proceder à seleção entre interessados que atendam às condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades aqui previstas.

Art. 30º – O Presidente da Assembléia Geral suspenderá o trabalho desta para que o Coordenador do comitê dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§ 1º - O transcurso das eleições e os nomes dos leitos contarão da ata da Assembléia Geral;

§ 2º - Os eleitos para suprirem vacância nos Conselhos Administrativo ou Fiscal exercerão os cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores.

§ 3º - A posse ocorrerá sempre na Assembléia Geral em que se realizarem as eleições, depois de encerrada a Ordem do Dia.

Art. 31º – Não se efetivando nas épocas devidas a eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos dos mandatos dos administradores e fiscais em exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário ate que se efetive a sucessão, nunca alem de 90 (noventa) dias.

CAPITULO VII

DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 32º – A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 03 (três) primeiros meses, após o termino do exercício social, deliberara sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da ordem do dia.

a) Prestação das contas dos órgãos Administrativo, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

I- Relatório da Gestão;

II- Balanço Geral;

III- Demonstrativo das Sobras ou Perdas;

IV- Plano de atividades para o exercício seguinte:

- b) Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, reduzindo-se as parcelas para os fundos obrigatórios;
- c) Eleições dos componentes dos Conselhos Administrativo e Fiscal, quando for o caso.
- d) Fixação dos honorários, gratificações e do valor da "cédula de presença" para os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal.
- e) Quaisquer outros assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 33 deste Estatuto.

§ 1º - A aprovação do Relatório, Balanço e contas do órgão Administrativo desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como infração da Lei ou deste Estatuto.

§ 2º - A assembléia Geral Ordinária, em que devem ser eleitos novos administradores, deverá realizar-se no prazo indicado, neste artigo, mas de tal forma que permita a posse dos eleitos com o termino do mandato de seus antecessores.

CAPITULO VIII

ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 33º – A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da sociedade, desde que mencionados no Edital de Convocação.

Art. 34º – É de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) Reforma do Estatuto;
- b) Fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) Mudança do objetivo da sociedade;
- d) Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- e) Contas dos liquidantes.

Parágrafo Único – São necessários os votos de 2/3 (dois terço) dos cooperadores presentes, para tornarem validas as deliberações de que trata este artigo.

CAPITULO IX

DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 35º – A Cooperativa será administrada por um Conselho Administrativo integrado por 07 (sete) membros, todos associados, eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, com a seguinte composição: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Diretor Financeiro e 03 (três) Conselheiros.

§ 1º - O membro do Conselho Administrativo, quando necessária a sua substituição, o será em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim.

§ 2º - Os administradores eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contrariem em nome da sociedade, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

§ 3º - A Cooperativa responderá pelos atos a que se refere o parágrafo anterior, se os houver ratificado, ou deles logrado proveito.

§ 4º - O cooperado, mesmo ocupante de cargo eletivo, que qualquer operação tiver interesse contrario ao da Cooperativa, não poderá participar das deliberações que sobre tais operações versarem, cumprindo-lhes acusar o seu impedimento.

§ 5º - Os componentes dos Conselhos Administrativo e Fiscal, assim como os "liquidantes", equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas, para efeito de responsabilidade criminal.

§ 6º - Sem prejuízo da ação publica que possa caber contra os administradores, qualquer cooperado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os Administradores para promover-lhes a responsabilidade.

Art. 36º – Para concorrer às eleições, os candidatos deverão inscrever-se individual ou coletivamente, indicando, expressamente, o cargo para o qual concorrem.

Parágrafo Único – Não podem compor os Conselhos Administrativo ou Fiscal, parentes entre si, até o 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral.

Art. 37º – São, também inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os candidatos à pena de vede, mesmo que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé publica ou à propriedade.

Art. 38º – O Conselho Administrativo reger-se-á pelas normas seguintes:

- a) Reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria do próprio Conselho, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) Delibera validamente com a presença da maioria dos votos dos presentes;
- c) As deliberações serão consignadas em Atas circunstanciadas e assinadas ao final dos trabalhos, pelos membros presentes;
- d) Os atos que envolvem responsabilidade da sociedade para com terceiros ou que exonerem a responsabilidade de terceiros para com a sociedade, deverão conter obrigatoriamente a assinatura do Presidente e do Secretario Geral.

§ 1º - Nos impedimentos eventuais, o Presidente será substituído pelo Secretario Geral;

§ 2º - Se ficarem vagos, por qualquer tempo, mais da metade dos cargos do Conselho Administrativo, deverá o Presidente, ou os membros restantes, se a presidência estiver vaga. Convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento dos cargos.

§ 3º - Perderá automaticamente o cargo, o membro do Conselho Administrativo que, sem justificativa, faltar a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 06 (seis) durante o ano.

Art. 39º – Compete ao Conselho Administrativo, dentro dos limites da lei, deste Estatuto e atendidas as decisões ou deliberações da Assembléia Geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da Cooperativa e controlar seus resultados.

Parágrafo Único – As normas estabelecidas pelo Conselho Administrativo serão baixadas sob a forma de Resolução ou de Instrução, e constituirão o Regime Interno da Cooperativa.

Art. 40º - Compete, ainda, ao Conselho Administrativo:

- a) Programar as operações e serviços, estabelecendo e fixando quantidades, valores, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;

- b) Estabelecer, em Regimento Interno, instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas a seus associados nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições da lei, deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a sociedade;
- c) Determinar a taxa destinada a cobrir as despesas dos serviços da sociedade;
- d) Estimar previamente rentabilidade das operações e dos serviços, bem como sua viabilidade;
- e) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- f) Contratar pessoal técnico e administrativo que se fizer necessário, e fixar normas convenientes para a sua admissão;
- g) Fixar normas de disciplina funcional;
- h) Julgar recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares da Cooperativa;
- i) Avaliar a convivência e fixar limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulem dinheiro ou valores da Cooperativa;
- j) Estabelecer as normas para o funcionamento da sociedade;
- k) Contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria;
- l) Indicar o banco ou bancos nos quais devem ser feitos depósitos de numerários disponíveis e fixar o limite do dinheiro que poderá ser mantido em caixa;
- m) Estabelecer as normas do controle das operações e serviços, verificando, mensalmente, na Maximo, o estado econômico da Cooperativa e do desenvolvimento das operações e atividades em geral através de balancetes da contabilidade e demonstrativos específicos;
- n) Deliberar, sobre a admissão, desligamento, eliminação e exclusão de associados;
- o) Deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;
- p) Adquirir, alienar ou onerar bens da sociedade com expressa autorização da Assembléia Geral;

q) Contrair obrigações, transigir, adquirir e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;

r) Zelar pelo cumprimento da Lei e deste Estatuto.

Parágrafo Único – O Conselho Administrativo solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento do gerente ou do contador, ou técnico específico, conforme o caso, para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer um deles apresente previamente projetos sobre as questões a serem examinadas.

Art. 41º – Ao Presidente compete entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Supervisar as atividades da Cooperativa através de contatos assíduos com os demais conselheiros e empregados;
- b) Verificar freqüentemente o saldo do caixa;
- c) Assinar cheques bancários, juntamente com o Diretor Financeiro ou Secretario Geral;
- d) Assinar, conjuntamente com o Secretario Geral, contratos e demais documentos constituídos de obrigações;
- e) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo;
- f) Apresentar à Assembléia Geral Ordinária:
 - I. Relatório da gestão;
 - II. Balanço Geral;
 - III. Demonstrativos das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade;
 - IV. Parecer do Conselho Fiscal;
 - V. Plano da atividade Cooperativa para o exercício seguinte.
- g) representar ativa e passivamente a Cooperativa em juízo ou fora dele;
- h) elaborar o plano de atividade da Cooperativa.

Parágrafo único – Ao Vice-Presidente compete além de substituir o Presidente em seus impedimentos de até 90(noventa) dias, interessar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente.

Art. 42º – Ao Secretário compete:

- I) secretariar as reuniões do Conselho Administrativo e as assembleias e lavrar as respectivas atas;
- II) guarda dos arquivos e de todos os livros e documentos da Cooperativa;
- III) supervisionar os serviços de secretaria e expediente, inclusive os relativos ao setor de pessoal.
- IV) Outras atribuições definidas neste estatuto e no Regimento Interno.

Art. 43º – Ao Diretor Financeiro compete:

- I) cuidar de todos os assuntos financeiros da Cooperativa;
- II) assinar conjuntamente com o Diretor Presidente, cheques bancários, contratos e demais documentos que importem em contração de obrigações financeiras por parte da cooperativa;
- III) Responsabilizar-se pelo patrimônio financeiro da cooperativa;
- IV) Outras atribuições definidas neste estatuto e no Regimento Interno.

CAPITULO X

DO CONSELHO FISCAL

Art. 44º – A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal constituído de 03(três) membros efetivos e 03(três) suplentes, todos associados, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis, enumerados no artigo 37 deste Estatuto, os parentes dos membros do Conselho Administrativo até o 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º - O cooperado não pode exercer, ordinariamente cargos no Conselho Administrativo e no Conselho Fiscal.

Art. 45º – O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a participação de 03 (três) de seus membros.

§ 1º - Em sua primeira reunião, escolherá dentre os seus membros efetivos, um Coordenador, incumbido de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos destas, e um Secretário.

§ 2º - Na ausência do Coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto na ocasião.

§ 3º - As reuniões poderão ser convocadas ainda por qualquer dos seus membros, por solicitação do Conselho Administrativo ou da Assembléia Geral.

§ 4º - As decisões serão tomadas por maioria de votos e constarão de alta lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos fiscais presentes.

Art. 46º – Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal, o Conselho Administrativo ou restante dos membros do Conselho Fiscal convocará a Assembléia Geral, para o devido preenchimento dos cargos vagos.

Art. 47º – Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua e minuciosa fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, cabendo-lhe entre outra, as seguintes atribuições:

- a) Conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, também, se o mesmo está dos limites estabelecidos pelos administradores;
- b) Verificar se os extratos de conta conferem com a escrituração da Cooperativa;
- c) Examinar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão em conformidade com os planos e decisões dos administradores;
- d) Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às previsões feitas e às convivências econômico-financeiras da Cooperativa;
- e) Certificar-se se o Conselho Administrativo vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- f) Averiguar se existem reclamações dos associados, quanto aos serviços prestados;

g) Inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;

h) Averiguar se há problemas com empregados;

i) Certificar-se se há exigências ou deveres a cumprir junto às autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem assim quanto aos órgãos do cooperativismo;

j) Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância de regras próprias;

k) Estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho Administrativo, emitindo parecer sobre estes para a Assembléia Geral;

l) Dar conhecimento ao Conselho Administrativo das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este, à Assembléia Geral ou às autoridades competentes, as regularidades constatadas e convocar a Assembléia Geral se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Parágrafo Único – Para os exames e verificação dos livros, contas e documentos necessários ao cumprimento das atribuições, poderá o Conselho Fiscal contratar o assessoramento externo, correndo as despesas pro conta da Cooperativa.

CAPITULO XI

DOS FUNDOS, BALANÇO, DESPESAS, SOBRAS OU PERDAS

Art. 48º – A Cooperativa é obrigada a constituir:

a) O fundo de Reservas destinadas a reparar perdas a atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído de no mínimo de 10%(dez) por cento das sobras liquidas do exercício;

b) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados os seus familiares e os seus próprios empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras liquidas do exercício;

c) O fundo de Assistência a Acidentes de trabalho, destinado a cobrir despesas com primeiros socorros, transporte e medicamentos com acidentados nos

trabalhos da Cooperativa, constituído de 7% (sete por cento) das sobras líquidas do exercício.

§ 1º - Os serviços de Assistência Técnica, Educacional e Social, a serem atendidos pelo respectivo fundo, poderão ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não.

§ 2º- O fundo de Assistência Técnica a Acidentes de Trabalho, não poderá ser usado em nenhuma outra atividade, sob qualquer título, hipótese ou pretexto.

§ 3º - Os fundos a que se referem estes artigos são indispensáveis entre os cooperados, mesmo no caso de liquidação da sociedade, quando então, juntamente com os remanescentes dos haveres líquidos, serão destinados à Organização das Cooperativas do Estado do Acre.

Art. 49º – Além dos Fundos previstos no artigo anterior, a Assembléia Geral poderá criar outros, destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Art. 50º – Além da taxa de 15% (quinze por cento) das sobras líquidas, reverterem em favor do Fundo de Reservas:

- a) Os créditos não reclamados decorridos 05(cinco) ano;
- b) Os auxílios e doações sem destinação especial;
- c) Os saldos não aplicados de rendas eventuais.

Art. 51º – O balanço geral, incluindo o conforto da receita e despesas, será levantado no dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único – Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços.

Art. 52º – As despesas da sociedade serão cobertas por:

- a) Custos operacionais diretos ou indiretos pelos associados que participarem dos serviços que lhe deram causa;
- b) Custos administrativos, pelo seu rateio, em partes iguais, entre todos os associados, quer tenham ou não usufruído dos Serviços da Cooperativa durante o exercício.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste artigo, as despesas da sociedade serão levantadas separadamente.

Art. 53º - As sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas para os fundos indivisíveis, ficarão à disposição da Assembléia Geral que lhes dará destino.

Art. 54º – Os prejuízos de cada exercício, apurados em balanço, serão cobertos com o saldo do fundo de Reservas.

Parágrafo Único – Se, porém, o fundo de Reservas for insuficiente para cobrir os prejuízos referidos neste artigo, estes serão rateados entre os cooperados, na razão direta dos serviços usufruídos, salvo deliberação diversa da Assembléia Geral.

CAPITULO XII

DOS LIVROS

Art. 55º – A Cooperativa deverá ter os seguintes livros:

- a) Matrículas;
- b) Atas de Assembléia Geral;
- c) Atas do Conselho Administrativo;
- d) Atas do Conselho Fiscal;
- e) Presença dos Associados nas Assembléias Gerais;
- f) Outros fiscais e contábeis obrigatórios.

Art. 56º – O livro de matrículas os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão e deverá constar:

- a) O nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;
- b) A data de admissão e, quando for o caso, a de seu desligamento a pedido, de eliminação ou exclusão;
- c) A conta corrente de suas quotas-partes capital social.

CAPITULO XIII

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 57º – A cooperativa dissolver-se-á voluntariamente, salvo se os seus associados se dispuserem a assegurar a sua continuidade, quando:

- a) Tenha alterado a sua forma jurídica;
- b) Quando o número de associados se reduzir a menos de 20 (vinte) ou se o seu capital social mínimo se tornar inferior ao estimulado no “caput” do artigo 10 deste Estatuto, salvo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 06(seis) meses, eles não forem restabelecidos;
- c) Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

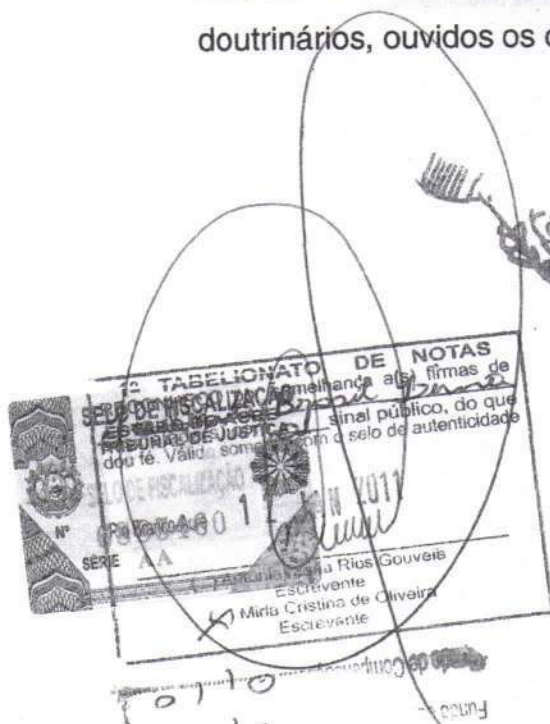
Parágrafo Único - Quando a dissolução da sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas neste artigo, a medida deverá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer cooperado ou por iniciativa do órgão de representação competente.

CAPITULO XIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 58º – Os fundos a que se referem os artigos 48, alíneas “a”, “b”, e “c”, são indispensáveis entre os associados, mesmo no caso de dissolução da cooperativa, caso em que serão, juntamente com o remanescente do patrimônio, depois de liquidado o passivo, destinados Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado do Acre – OCB/AC..

Art. 59º – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei e os princípios doutrinários, ouvidos os órgãos de assistência e de fiscalização do cooperativismo.



Joelma Brail Lima
Presidente



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/01/2011 SOB Nº: 20110006640
Protocolo: 11/000664-0, DE 14/01/2011

Empresa: 12 4 000197
COOPERATIVA TROPICAL PARQUET -
COOPERPARQUET

JE Baufrey

JOSÉ EDSON FIGUEIREDO DANTAS
SECRETARIO-GERAL

JOSÉ EDSON FIGUEIREDO DANTAS
SECRETARIO-GERAL

JOSÉ EDSON FIGUEIREDO DANTAS
SECRETARIO-GERAL

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste artigo, as despesas de funcionamento serão lançadas separadamente.

Art. 53º - As sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas para os fundos indivisíveis, ficam à disposição da Assembleia Geral para fins de destino.

Art. 54º - Os prejuízos de cada exercício, apurados em balanço, serão cobertos com o saldo do fundo de Reservas.

Parágrafo Único - Se, porém, o fundo de Reservas for insuficiente para cobrir os prejuízos previstos neste artigo, estes serão rateados entre os cooperados, na razão direta dos serviços usufruídos, salvo deliberação diversa da Assembleia Geral.

CAPÍTULO XII

DOS LIVROS

Art. 55º - A Cooperativa deverá ter os seguintes livros:

a) Matriculas;

b) Atas de Assembleia Geral;

c) Atas do Conselho Administrativo;

d) Atas do Conselho Fiscal;

e) Presença de **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/01/2011 SOB Nº: 20110006640
Protocolo: 11/000664-0, DE 14/01/2011

Empres: 12 4 0000197
COOPERATIVA TROPICAL PARQUET -
COOPERPARQUET

JE Dantas

JOSÉ EDSON FIGUEIREDO DANTAS
SECRETARIO-GERAL

Art. 56º - O livro de Atas de Assembleia Geral e os livros de Atas do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal, bem como o livro de Matriculas, deverão constar da documentação da Cooperativa e ser guardados em local seguro.

a) O nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;

b) A data de admissão e, quando for o caso, a de seu desligamento e pedido de eliminação ou exclusão;

c) A conta corrente de suas quotas-pautes capital social.

CAPÍTULO XIII

Prerrogativa única - Ao Vice-Presidente compete além do substituir o Presidente em seus impedimentos de até 90 (noventa) dias, interessar-se pessoalmente pelo trabalho do Presidente.

Art. 42º - Ao Secretário compete:

- I) secretariar as reuniões do Conselho Administrativo e as assembleias e reuniões respectivas atas;
- II) guardar dos arquivos e de todos os livros e documentos da Cooperativa;
- III) supervisionar os serviços de secretaria e expediente, inclusive os relativos ao setor de pessoal;
- IV) Outras atribuições definidas neste estatuto e no Regimento Interno.

Art. 43º - Ao Diretor Financeiro compete:

- I) cuidar de todos os assuntos financeiros da Cooperativa;
- II) assinar conjuntamente com o Diretor Presidente, cheques bancários, warrants e demais documentos que impliquem em concessão de responsabilidades por parte da cooperativa;
- III) Responsabilizar-se pelo patrimônio financeiro da cooperativa;
- IV) Outras atribuições definidas neste estatuto e no Regimento Interno.

CAPÍTULO X

DO CONSELHO FISCAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/01/2011 SOB Nº: 20110006640

Protocolo: 11/0006664-0, DE 14/01/2011

Endereço: 12 4 0000197

COOPERATIVA TROPICAL PARQUET -
COOPERPARQUET

JE Bant

JOSÉ EDSON FIGUEIREDO DANTAS
SECRETÁRIO-GERAL

§ 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos ineligible, enumerados no artigo 37 deste Estatuto, os parentes dos membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal em linha reta ou colateral, bem como os parentes até o 2º grau.

§ 2º - O cooperado não pode exercer ordinariamente cargos no Conselho Administrativo e no Conselho Fiscal.

Art. 57º - A cooperativa dissolve-se voluntariamente, ativo as suas atividades se dispuserem a assegurar a sua continuidade, quando

a) Terão aliado a sua forma jurídica;

b) Quando o número de associados se reduzir a menos de 20 (vinte) ou se o seu capital social mínimo se tornar inferior ao estipulado no "caput" do artigo 19 deste Estatuto, salvo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 06 (seis) meses, elas não forem restabelecidas;

c) Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Único - Quando a dissolução da sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas neste artigo, a medida deverá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer cooperado ou por iniciativa do órgão de representação competente.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 58º - Os fundos a que se referem os artigos 48, alínea "a", "b", e "c", são indispensáveis entre as sociedades, mesmo no caso de dissolução da cooperativa, caso em que serão, juntamente com o remanescente do patrimônio social da



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/01/2011 SOB Nº: 20110006640
Protocolo: 11/000664-0, DE 14/01/2011

Empresário: 12 4 0000197
COOPERATIVA TROPICAL PARQUET -
COOPERPARQUET

JE Bant...

JOSÉ EDSON FIGUEIREDO DANTAS
SECRETÁRIO-GERAL

Presidente





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/01/2011 SOB Nº: 20110006640

Protocolo: 11/000664-0, DE 14/01/2011

Endereço: 12 4 0000197
COOPERATIVA TROPICAL PARQUET -
COOPERPARQUET

JE Dantas

JOSÉ EDSON FIGUEIREDO DANTAS
SECRETARIO-GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 17/01/2011 SOB Nº: 20110006640
Protocolo: 11/000664-0, DE 14/01/2011

COOPERATIVA TROPICAL PARQUET -
COOPERPARQUET



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/01/2011 SOB Nº: 20110006640
Protocolo: 11/000664-0, DE 14/01/2011

Empresa: 12 4 0000197
COOPERATIVA TROPICAL PARQUET -
COOPERPARQUET

JOSÉ EDSON FIGUEIREDO DANTAS
SECRETARIO-GERAL

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET

ESTATUTO SOCIAL

REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO
SOCIAL EM ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM
28 DE JUNHO DE 2011.

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO E EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 1º - A Cooperativa de produção e serviços denominada de COOPERATIVA TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, sociedade simples, sem fins lucrativos, *rege-se pelo estatuto e pela a legislação vigente, tendo:*

- a) Sede administrativa na Travessa Maria Amélia, nº 21, Bairro João Eduardo II, CEP 69.904-160 e Foro Jurídico, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.
- b) Área de ação para efeito de admissão de novos cooperados engloba geograficamente o município de Rio Branco-AC;
- c) Prazo de duração indeterminado e exercício social coincidindo com o ano civil.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 2º - A Cooperativa tem como objetivos desenvolver as atividades de produção e prestação de serviços em serraria sem desdobramento de madeira, serraria com desdobramento de madeira, fabricação de móveis, com predominância de madeira, fabricação de artefatos diversos de madeira, fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira, fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais, fabricação de outros artigos de carpintaria para construção, serviços combinados de escritório e apoio administrativo, locação de mão-de-obra temporária, aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores, instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material, serviços de montagem de móveis de qualquer material, com base na

desenvolver, executar, implantar, acompanhar e avaliar suas realizações em todas as áreas do conhecimento humano, podendo:

I) Estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas, de caráter comum;

II) A venda comum da sua produção nos mercados locais, nacionais e internacionais;

III) Produzir, beneficiar, industrializar e comercializar produtos:

a) com uso de madeira bruta desdobrada ou serrada em bruto (sem nenhum tipo de aplainamento, secagem ou lixamento) ou com a secagem, preservação e imunização da madeira serrada;

b) com uso de madeira resserrada submetida aplainamento, secagem ou lixamento (tábuas, tacos, parquetes para assoalhos e semelhantes), preservação e imunização da madeira resserrada;

c) como móveis de madeira ou com predominância de madeira, envernizados, encerados, esmaltados, laqueados, recobertos com lâminas de material plástico, estofados, para uso residencial e não-residencial e dar o acabamento (envernizamento, esmaltação, laqueação e serviços similares);

d) como armários e outros móveis embutidos de madeira.

e) como artefatos de madeira para usos doméstico, industrial e comercial, artefatos de madeira torneada (cabos para ferramentas e utensílios, etc.), artefatos de fôrmas e modelos de madeira e briquetes de resíduos de madeira (carvão ecológico);

f) como artefatos de tomaria (barris, toneis, pipas, etc.), caixas, caixotes, cilindros e outros materiais de madeira para embalagem e a paletes e estrados de madeira para carga;

g) como esquadrias e peças em madeira para instalações industriais e comerciais e instalação de esquadrias de madeira quando realizada pelo próprio fabricante;

IV) Adquirir ou construir infra-estrutura necessária para a produção coletiva de produtos;

V) Fornecer assistência aos associados no que se fizer necessário para que melhor executem o trabalho;

VI) Organizar o trabalho de modo à bem aproveitar a capacidade dos associados, agrupando-os conforme suas aptidões e interesses coletivos;

VII) Proporcionar, através de convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, serviços jurídicos, sociais, médicos, hospitalares e odontológicos;

VIII) Promover a aquisição e o fornecimento de materiais e equipamentos para o desenvolvimento dos trabalhos e serviços de interesse dos seus cooperados;

IX) Realizar o aprimoramento intelectual e profissional de seus associados e dependentes destes, bem como de seus empregados, através de cursos profissionalizantes e de capacitação cooperativista;

X) Incentivar a inter-cooperação e a troca de experiências relacionados aos conhecimentos e atividades dos cooperados.

XI) Realizar os serviços de:

a) colocação de tacos, carpetes e outros materiais de revestimento de pisos;

b) calafetagem, raspagem, polimento e aplicação de resinas em pisos;

c) colocação de papéis de parede;

d) instalação ou montagem de estandes para feiras e eventos diversos quando não integrada à atividade de criação;

e) montagem de móveis de qualquer material para consumidor final quando executado por empresa especializada;

f) o fornecimento de uma combinação ou de um pacote de serviços administrativos de rotina a empresas clientes, sob contrato, tais como: serviços de recepção, planejamento financeiro, contabilidade, arquivamento, preparação de material para envio por correio, etc., os centros de prestação de serviços às empresas ou escritórios virtuais;

g) o fornecimento a empresas clientes, por tempo determinado, de pessoal recrutado e remunerado por agências de trabalho temporário, nas condições da legislação trabalhista;

h) as atividades de assessoria e consultoria técnica em áreas profissionais , científicas e técnicas não especificadas anteriormente, inclusive as realizadas por profissionais autônomos ou constituídos como empresas individuais.

i) preparações para conservação e limpeza de móveis, soalhos e outros artigos de madeira; fabricação de apoio e conservação (limpeza) de prédios; fornecimento de serviços combinados de

j) limpeza, disposição de lixo e outros serviços de conservação; fornecimento de serviços combinados de

k) limpeza e conservação de ruas, logradouros; serviços de

l) consultoria na administração de empresas

m) consultoria em negociação trabalhista

n) assessoria, consultoria em sistemas de informática

o) consultoria em direito

p) locação de mão-de-obra temporária

q) atividades de apoio à agricultura

r) limpeza (conservação) de prédios e domicílios; empresa que execute apenas serviços de

s) Comércio atacadista de suprimentos para informática

t) Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

§ 1º - São princípios do Cooperativismo, que passam a integrar o presente Estatuto como normas de conduta a serem permanentemente observadas no funcionamento da Cooperativa.

Adesão Voluntária e Livre - A Cooperativa é uma instituição aberta os quantos estejam capacitados civil e profissionalmente a utilizar os seus serviços e se comprometam a cumprir as suas obrigações como sócio, sem discriminação de sexo, social, racial, política ou religiosa;

Gestão Democrática - A Cooperativa é uma instituição administrada e monitorada pelo seu próprio quadro social que deve participar, de forma efetiva, na fixação de suas diretrizes e tomadas de decisão, ou seja, homens e mulheres sendo eleitos para os órgãos sociais, cada um tendo direito a apenas um voto;

Participação Econômica do Sócio - Os sócios devem participar, de forma eqüitativa, na formação do capital social, como condição para seu ingresso na entidade, com direito a uma remuneração módica sobre a parte integralizada, quando possível, destinando os excedentes ou sobras para o desenvolvimento e estabilidade econômico financeira da Cooperativa, retorno ao cooperado proporcional às operações que cada

um realiza com a Cooperativa e apoio a outras atividades ou projetos que forem aprovados pela Assembléia Geral;

Autonomia e independência - A cooperativa é uma instituição autônoma e independente, administrada e monitorada pelo seu próprio quadro social. Mesmo no caso de parcerias ou assinaturas de acordos com outras instituições, inclusive o Governo, ou levantamento de capitais de fontes externas, a cooperativa deve fazê-lo de forma a preservar a sua gestão democrática e a manutenção de sua autonomia;

Educação, Capacitação e Divulgação - É responsabilidade da Cooperativa promover a educação e capacitação de seus dirigentes, associados e funcionários, de maneira que eles possam contribuir, de forma efetiva, para o seu crescimento, modernização e desenvolvimento, assim como divulgar para a comunidade, especialmente os jovens e os líderes formadores de opinião, a natureza e os benefícios da mesma;

Inter-Cooperação - Para que a cooperativa se tome mais efetiva na prestação de serviços aos seus cooperantes e contribua para o fortalecimento do sistema, deve ela integrar-se, social e economicamente, a outras cooperativas, da mesma categoria diferentes, nos níveis local, regional, nacional e internacional.

Interesse pela Comunidade - Além do seu papel natural de dar ênfase ao trabalho em busca de soluções para os problemas e aspirações do seu quadro social, é também dever da cooperativa preocupar-se com o desenvolvimento sustentável da comunidade em que está inserida.

§ 2º - São valores do Cooperativismo, que também passam a integrar as regras de conduta a serem seguidas por quantos integram os quadros sociais, diretivos, executivos e funcionais da cooperativa.

Fidelidade - Os associados devem primar pela lealdade para com a Cooperativa, honrar os compromissos assumidos e obrigar-se a exercitar práticas de probidade, pontualidade, exatidão, veracidade e firmeza.

Ajuda Mútua - As pessoas devem ter em mente que, vivendo e atuando isoladamente, a sua capacidade empreendedora se torna limitada e que somente em associação e cooperação com outros é possível atingir sua satisfação e objetivos pessoais. E, ainda, através da ação conjunta e assunção de mútua responsabilidade que os indivíduos podem influir nas decisões governamentais e acessar com efetividade os mercados;

Democracia - A cooperativa é uma associação de pessoas que voluntariamente se reúnem para somar recursos e esforços para a solicitação de necessidades e aspirações comuns de natureza econômica, social e cultural. Na cooperativa as decisões são tomadas utilizando o princípio da maioria, cada sócio tendo direito a apenas um voto, qualquer que seja o número de quotas-partes do capital que possua ou o volume de seus negócios;

Igualdade - Na Cooperativa, o principal é o associado, que considerado individualmente, quer coletivamente. A sua valorização como ser humano é a principal característica diferenciadora entre a cooperativa e a empresa comum. Esta tem por base o capital financeiro e o lucro dele decorrente. Aquela tem o capital como instrumento de conquista do social através do econômico.

Eqüidade - Refere-se à forma como o associado deve ser tratado em termos de repartição dos resultados econômicos dentro da cooperativa. Significa dizer que a sua participação nesses resultados, positivos ou negativos, deve ser proporcional ao volume de negócios ou serviços realizados através da Cooperativa e que a remuneração do capital, em caso de sobras, deve também pautar-se por esse princípio de justiça.

Solidariedade - A cooperativa deve ser entendida como algo mais do que uma simples associação de pessoas. Trata-se de uma coletividade na qual deve prevalecer o sentimento de um por todos e todos por um, válido tanto para o quadro social como para o quadro funcional. Deve ser entendido também pelos sócios que a Cooperativa é um empreendimento comum, resultado da soma de recursos e esforços de cada um e de todos na busca de objetivos que também são comuns;

Honestidade - O sucesso da cooperativa, como empreendimento econômico e social, está também diretamente ligado ao valor ético da honestidade, que deve estar presente nos seus relacionamentos, quer internamente, com os seus quadros social e funcional, quer externamente com os não associados, ou clientes. A cooperativa deve ter compromisso especial também com a prática da honestidade nas suas relações negociais ou de mercado, por exemplo, com os pesos e medidas, qualidade dos produtos ou serviços, e preços;

Transparência - Salvo naquilo que é objeto de proteção legal, assegurada a qualquer agente produtivo ou econômico, a cooperativa deve se deixar penetrar, em seus atos administrativos e operacionais, pelos olhares inquiridores de quem quer que seja, sobretudo, em relação ao seu quadro social. A estes, como co-proprietários, reserva-se o direito inalienável de tudo ver e conhecer para que dúvida não haja que

no mínimo 3.000 (três mil) quotas-partes, para integralização do capital social.

§ 2 - São direitos dos Cooperados:

- I- Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos nela tratados;
- II- Propor à Assembléia Geral ou Conselho Administrativo medidas de interesses da Cooperativa;
- III- Votar e ser votado para membro do Conselho Administrativo ou Fiscalização;
- IV- Desligar-se da cooperativa quando lhe convier;
- V- Solicitar, por escrito, quaisquer informações sobre negócios da Cooperativa, e no mês que acontecer a realização da Assembléia Geral Ordinárias, consultar, na sede da Cooperativa, os livros e documentos do Balanço Geral;
- VI- Solicitar, por escrito, em grupo, justificadamente, à Diretoria ou Conselho Administrativo, a convocação de Assembléia Geral Extraordinária;
- VII- A convocação da Assembléia Geral Extraordinária deverá ser em documento escrito, fundamentado e assinado por 1/5 (um quinto) dos cooperados que estiverem em dia com suas obrigações estatutárias, caso não seja atendida a solicitação prevista no inciso anterior no prazo de 30 (dias).

§ 3 - São deveres dos cooperados:

- I- Subscrever as quotas-partes do capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidas;
- II- Cumprir disposições da Lei, deste estatuto e demais normas, regulamentos e decisões devidamente homologadas pela Diretoria, Conselho Administrativo ou Assembléia Geral;
- III- Honrar pontualmente seus compromissos para com a Cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial;
- IV- Prestar à Cooperativa esclarecimentos relacionados com as suas atividades

ponha em risco a sua credibilidade e confiança nos negócios;

Responsabilidade Social - Ao ingressar na cooperativa, o associado assume tácita e legalmente um contrato com e perante os seus companheiros de, reciprocamente, contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem a ganância de lucro. Neste contexto, invoca-se também a valorização ética da solidariedade. Se há resultados econômicos líquidos positivos, estes são compartilhados na proporção da justa participação de cada um para gerá-los. Por outro lado, se não os há, cada um deve assumir, também de forma proporcional, o ônus do seu saneamento para que o empreendimento associativo caminhe na sua trajetória ascendente;

Preocupação com o Semelhante - Evidentemente, de acordo com a sua capacidade e dimensão econômica financeira, a cooperativa deve preocupar-se com o social na comunidade em que está inserida, engajando-se em programas ou atividades que tenham como propósito melhorar as condições de vida humana seja no campo da educação, do esporte ou da saúde. O desenvolvimento econômico e social daqueles que integra a cooperativa e o desempenho desta, muito tem a ver com as condições da comunidade como um todo.

CAPITULO III

DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - Poderá associar-se à Cooperativa todo aquele que seja capaz e esteja em pleno gozo de seus direitos civis e que concorde com o presente estatuto, tenha mais de 18 (dezoito) anos e resida dentro da área de abrangência da Cooperativa, admitindo-se como áreas de conhecimento e atuação dos cooperados:

Parágrafo Único - O número de cooperados não terá limite quanto ao máximo, mas não será inferior a 20 (vinte) associados.

Art. 4º - Para ingressar na Cooperativa, o interessado preencherá a respectiva proposta fornecida pela Cooperativa abonada por outro cooperado, bem como declarar que optou livremente por associar-se, conforme normas constantes do Regimento Interno da Cooperativa.

§ 1 - Aprovada a proposta pelo Conselho Administrativo, o cooperado subscreverá

desenvolvidas como cooperado.

V- Levar ao conhecimento do Conselho Administrativo ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atende contra a Lei ou este Estatuto.

Art. 5º - O cooperado responde, subsidiariamente, pelos compromissos da Cooperativa com terceiros, proporcionalmente, até o valor do capital por ele subscrito.

Parágrafo Único - A responsabilidade do cooperado, assumida pelos compromissos da sociedade, em face de terceiros, perdurará para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento, mas só poderá ser invocada judicialmente exigida da Cooperativa.

Art. 6º - As obrigações do cooperado contraídas com a Cooperativa e oriundas de suas responsabilidades, contraídas por terceiros, em caso de morte, serão de responsabilidade do espólio, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Único - Os herdeiros do falecido têm o direito ao capital realizado e demais créditos pertencentes ao extinto, assegurando-lhes o direito de ingresso na Cooperativa, desde que preencham as condições estabelecidas neste Estatuto.

CAPITULO IV

DO DESLIGAMENTO. ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 7º - O desligamento do cooperado, que não poderá ser negado, dar-se-á *unicamente a seu pedido, e será solicitado, por escrito, ao Presidente, sendo por este levado ao Conselho Administrativo, em sua primeira reunião, e averbado na ficha de matrícula, mediante termo assinado pelo Presidente.*

Art. 8º - A Eliminação do cooperado será efetuada em virtude de infração à Lei, a este Estatuto, ao Regulamento Interno, ou ainda, às deliberações dos Órgãos Administrativo, *depois de reiterada notificação ao infrator, devendo os motivos que a determinação constar do termo lavrado na ficha de matrícula e assinado pelo Presidente.*

§ 1 - Além de outros motivos, o Conselho Administrativo eliminará o cooperado que:

- a) Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa, ou que *colida com seus objetivos;*

b) Houver a cooperativa à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações de responsabilidade do cooperado faltoso;

c) Depois de notificado, voltar a infringir disposições da Lei, deste Estatuto, do Regimento Interno, das Resoluções ou Deliberações regularmente pela sociedade através de seus órgãos próprios.

§ 2 - Cópia autenticada da decisão relativa à eliminação será remetida ao interessado por processo que promove as datas da remessa e do recebimento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3 - O atingido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contatos da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo, até a primeira Assembléia Gral que vier a realizar-se.

Art. 9º - A exclusão do cooperado dar-se-á:

a) Por incapacidade civil não suprida;

b) Por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

Art. 10º - A aplicação de qualquer penalidade, não exime o infrator de obrigações de indenizar o dano ou ressarcir o prejuízo decorrente de seus atos.

Art. 11º - Em qualquer caso de desligamento, eliminação ou exclusão, o cooperado somente terá direito à restituição do capital que tenha integralizado acrescido de juros legais e correção monetária, bem como das sobras que lhe tiveram sido registradas.

§ 1- A restituição de que trata este artigo, só poderá ser exigido depois de aprovado pela Assembléia Geral o Balanço do exercício financeiro em que o sócio tenha se desligado da Cooperativa.

§ 2- A restituição deste capital será feita em parcelas mensais e sucessivas, proporcionais à integralização do mesmo, a partir do exercício financeiro que se seguir àquele em que se deu o desligamento.

§ 3 - Ocorrendo desligamentos, eliminações ou exclusões de cooperados em número que as restituições de capitais possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, esta poderá fazê-las mediante critérios aprovados pelo Conselho Administrativo que resguardem a continuidade do funcionamento da mesma.

CAPITAL V

DO CAPITAL

Art. 12º - O capital da cooperativa, representado por quotas-partes, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

§ 1º - O capital é dividido em quotas-partes de valor unitário R\$ 1,00 (um real) cada.

§ 2º - A quota-parte é indispensável e intransferível a não cooperados, não poderá ser negociada de modo algum, nem dada em garantia sua subscrição, integralização, transferência, e sua restituição será sempre escriturada na ficha de matrícula.

§ 3º - A transferência de quotas-partes, total ou parcial, será escriturada na ficha de matrícula mediante termo que conterá as assinaturas da concedente, do cessionário e do Diretor Presidente.

Art. 13º - Ao ser admitido, cada cooperado subscreverá no mínimo 7.143,00 (sete mil cento e quarenta e três reais) quotas-partes do capital social.

Art. 14º - O cooperado poderá pagar suas quotas-partes à vista ou em até 60 (sessenta meses) parcelas mensais e consecutivas.

Parágrafo Único - Para efeito de integralização de quotas-partes ou de aumento de capital social, a Cooperativa reterá de cada cooperado o percentual de 6% (seis) por cento, ao ano, sobre o montante do valor dos serviços contratados pela Cooperativa, bem como receberá bens ou serviços, previamente avaliados, após homologação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15º - A Assembléia Geral quer Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da cooperativa e dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, tomará toda e qualquer decisão de interesse da sociedade e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 16º - A Assembléia Geral será convocada e dirigida pelo Presidente da Cooperativa.

§ 1º - Poderá também ser convocado pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, ou ainda, por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais, após uma solicitação não atendida pelo Presidente no prazo de 10 (dez) dias corridos.

§2º - Não poderá participar da Assembléia Geral o cooperador que:

- a) Tenha sido admitido após a convocação da Assembléia;
- b) Que não esteja em pleno gozo de seus direitos sociais;
- c) Que tiver estabelecido relação empregatícia com a Cooperativa, caso em que só readquirirá tais direitos após a aprovação, pela Assembléia Geral, das contas do exercício em que tenha deixado o emprego.

Art. 17º - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, sendo a primeira chamada na data e horário da convocação, a segunda com 30 (trinta) minutos a terceira e ultima com 30 (trinta) minutos.

Parágrafo Único - As três convocações poderão ser feitas em um único edital, desde que dele constem, expressamente, os prazos para cada uma delas.

Art. 18º - Não havendo "*quorum*" para instalação da Assembléia, convocada nos termos do artigo anterior, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - Se, ainda não houver "*quorum*", para sua instalação, será admitida a intenção de dissolver a sociedade, fato que deverá ser comunicado às autoridades competentes.

Art. 19º - Dos editais de convocação das Assembléias Gerais, deverá constar:

- a) A denominação da cooperativa, seguida da expressão; "Convocação da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária", conforme o caso;
- b) O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim, como o endereço do local de sua realização, o qual, salvo, motivo justificado, será sempre o da sede social;
- c) A sequência ordinal das convocações;
- d) A ordem do dia dos trabalhos;

e) O número de cooperados existentes na data de sua expedição para efeito de cálculo de "quorum";

f) A assinatura do responsável pela convocação.

Art. 20^º - No caso da convocação ser feita por cooperado, o edital será assinado, no mínimo pelos 04 (quatro) primeiros signatários do documento que a solicitou.

Parágrafo Único - Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das dependências mais comumente freqüentadas pelos cooperados, divulgado na emissora de rádio local e comunicado através de circulares a todos os associados.

Art. 21^º - É da competência das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, a destituição dos membros dos Conselhos Administrativo e/ou Fiscalização.

Parágrafo Único - Ocorrendo destituições ou desligamentos que possam comprometer a regularidade da Administração ou Fiscalização da entidade, poderá a Assembléia designar no prazo Máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 22- - O "quorum" para a instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de cooperados, em condições de votar em primeira convocação;
- b) Metade mais 01 (um) dos cooperados, em seguida convocação;
- c) Mínimo de 10 (dez) cooperados, na terceira convocação.

Parágrafo Único - Para efeito de verificação do "quorum" de que trata este artigo, o número de cooperados presentes, em cada convocação, se fará por suas assinaturas, seguidas dos respectivos números de matrículas, apostas no livro de presença.

Art. 23- - Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Presidente da entidade, auxiliado pelo Secretário da Cooperativa.

§ 1^º - Na ausência ou impedimento do secretario da Cooperativa e/ou do seu substituto, o Diretor Presidente convidará outro cooperado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva Ata.

§ 2- - Quando a Assembléia Geral não tiver sido convocada pelo Conselho Administrativo, os trabalhos serão dirigidos por cooperado escolhido na ocasião e

principais interessados na sua convocação.

Art. 24º - Os ocupantes de cargos sociais, assim como quaisquer outros cooperados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que eles se refiram, de maneira direta ou indireta, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tornar parte nos respectivos debates.

Art. 25º - Nas Assembléias Gerais, em que forem discutidos os balanços das contas, o Presidente da cooperativa, logo após a leitura do relatório do Conselho Administrativo, das peças contábeis e do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um cooperado para coordenar os debates.

§ 1º - Transmitida à direção dos trabalhos, o Presidente e demais membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal deixarão a mesa, permanecendo, contudo, no recinto, à disposição da Assembléia, para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º - O coordenador indicado escolherá, entre os cooperados, um secretário "ad-hoc" para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na Ata, pelo secretário da Assembléia.

Art. 26º - As deliberações das Assembléias Gerais somente versar sobre os assuntos constantes no edital de convocação.

Art. 27º - Prescreve em 04 (quatro) anos a ação para as deliberações da Assembléia Geral viciadas de erro, dolo, fraude, ou simulação, ou tomadas com violação da Lei ou do Estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia tiver sido realizada.

Art. 28º - Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembléia Geral, o Conselho Fiscal, com a antecedência, pelo menos, idêntica ao respectivo prazo da convocação, criará um Comitê Especial composto de três membros, todos não candidatos a cargo eletivo na Cooperativa, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal.

Art. 29º - No exercício de suas funções, compete ao Comitê:

- a) Certificar-se dos prazos de vencimentos dos mandatos dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes;
- b) Divulgar entre os cooperados, através de circulares e/ou outros adequados, o número das vagas a preencher;

matéria cível e criminal e de protestos dos cartórios das comarcas em que tenham residido nos últimos cinco anos, bem como certidão do registro de imóveis que possuam;

d) Registrar os nomes dos candidatos, pela ordem de inscrição, verificando se estão no gozo de seus direitos sociais;

e) Verificar, por ocasião da inscrição; se existem candidatos sujeitos às incompatibilidades previstas no artigo 36 parágrafo Único.

f) Realizar consultas e promover entendimentos para a composição de chapas ou unificação de candidaturas, se for o caso;

g) Estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formuladas por cooperados no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidades nas eleições, encaminhando suas conclusões ao Conselho Administrativo, para que ele tome as providências legais cabíveis.

§ 1º - O Comitê fixará prazo para a inscrição de candidatos de modo que possam ser conhecidos e divulgados os nomes, 5 (cinco) dias da data da Assembléia Geral que vai proceder às eleições.

§ 2º - Não se apresentado candidatos ou sendo o seu número insuficiente, caberá ao Comitê proceder à seleção entre interessados que atendam às condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades aqui previstas.

Art. 30º - O Presidente da Assembléia Geral suspenderá o trabalho desta para que o Coordenador do comitê dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§ 1º - O transcurso das eleições e os nomes dos eleitos contarão da ata da Assembléia Geral;

§ 2º - Os eleitos para suprirem vacância nos Conselhos Administrativo ou Fiscal exercerão os cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores.

§ 3ª - A posse ocorrerá sempre na Assembléia Geral em que se realizarem as eleições, depois de encerrada a Ordem do Dia.

Art. 31º - Não se efetivando nas épocas devidas a eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos dos mandatos dos administradores e fiscais em exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário ate que se efetive

a sucessão, nunca além de 90 (noventa) dias.

CAPITULO VII

DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 32° - A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 03 (três) primeiros meses, após o termino do exercício social, deliberara sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da ordem do dia.

a) Prestação das contas dos órgãos Administrativo, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

I- Relatório da Gestão;

II- Balanço Geral;

III- Demonstrativo das Sobras ou Perdas;

IV- Plano *de atividades para o exercício seguinte*;

b) Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, reduzindo-se as parcelas para os fundos obrigatórios;

c) Eleições dos componentes dos Conselhos Administrativo e Fiscal, quando for o caso.

d) Fixação dos honorários, gratificações e do valor da "cédula de presença" para os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal.

e) Quaisquer outros assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 33 deste Estatuto.

§ 1° - A aprovação do Relatório, Balanço e contas do órgão Administrativo desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como infração da Lei ou deste Estatuto.

§ 2° - A assembleia Geral Ordinária, em que devem ser eleitos novos administradores, deverá realizar-se no prazo indicado, neste artigo, mas de tal forma que permita a posse dos eleitos com o termino do mandato de seus antecessores.

CAPITULO VIII

ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 33° - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da sociedade, desde que mencionados no Edital de Convocação.

Art. 34° - É de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) Reforma do Estatuto;
- b) Fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) Mudança do objetivo da sociedade;
- d) Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- e) Contas dos liquidantes.

Parágrafo Único - São necessários os votos de 2/3 (dois terço) dos cooperadores presentes, para tornarem validas as deliberações de que trata este artigo.

CAPÍTULO IX

DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 35° - A Cooperativa será administrada por um Conselho Administrativo integrado por 07 (sete) membros, todos associados, eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, com a seguinte composição: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Diretor Financeiro e 03 (três) Conselheiros.

§ 1° - O membro do Conselho Administrativo, quando necessária a sua substituição, o será em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim.

§ 2° - Os administradores eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contrariem em nome da sociedade, mas

convenientes para a sua admissão;

g) Fixar normas de disciplina funcional;

h) Julgar recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares da Cooperativa;

i) Avaliar a convivência e fixar limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulem dinheiro ou valores da Cooperativa;

j) Estabelecer as normas para o funcionamento da sociedade;

k) Contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria;

l) Indicar o banco ou bancos nos quais devem ser feitos depósitos de numerários disponíveis e fixar o limite do dinheiro que poderá ser mantido em caixa;

m) Estabelecer as normas do controle das operações e serviços, verificando, mensalmente, no Máximo, o estado econômico da Cooperativa e do desenvolvimento das operações e atividades em geral através de balancetes da contabilidade e demonstrativos específicos;

n) Deliberar, sobre a admissão, desligamento, eliminação e exclusão de associados;

o) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;

p) Adquirir, alienar ou onerar bens da sociedade com expressa autorização da Assembleia Geral.

q) Contrair obrigações, transigir, adquirir e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;

r) Zelar pelo cumprimento da Lei e deste Estatuto.

Parágrafo Único - O Conselho Administrativo solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento do gerente ou do contador, ou técnico específico, *conforme o caso, para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer um deles apresente previamente projetos sobre as questões a serem examinadas.*

Art. 41° - Ao Presidente compete entre outras, as seguintes atribuições:

a) Supervisar as atividades da Cooperativa através de contatos assíduos com os demais conselheiros e empregados;

- b) Verificar frequentemente o saldo do caixa;
- c) Assinar cheques bancários, juntamente com o Diretor Financeiro ou Secretario Geral;
- d) Assinar, conjuntamente com o Secretario Geral, contratos e demais documentos constituídos de obrigações;
- e) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo;
- f) Apresentar à Assembléia Geral Ordinária:
 - I. Relatório da gestão;
 - II. Balanço Geral;
 - III. Demonstrativos das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade;
 - IV. Parecer do Conselho Fiscal;
 - V. Plano da atividade Cooperativa para o exercício seguinte.
- g) representar ativa e passivamente a Cooperativa em juízo ou fora dele;
- h) elaborar o plano de atividade da Cooperativa.

Parágrafo único - Ao Vice-Presidente compete além de substituir o Presidente em seus impedimentos de até 90(noventa) dias, interessar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente.

Art. 42° - Ao Secretário compete:

- I) Secretariar as reuniões do Conselho Administrativo e as assembléias e lavrar as respectivas atas;
- II) Guarda dos arquivos e de todos os livros e documentos da Cooperativa;
- III) Supervisionar os serviços de secretaria e expediente, inclusive os relativos ao setor de pessoal.
- IV) Outras atribuições definidas neste estatuto e no Regimento Interno.

Art. 43° - Ao Diretor Financeiro compete:

- II) assinar conjuntamente com o Diretor Presidente, cheques bancários, contratos e demais documentos que importem em contração de obrigações financeiras por parte da cooperativa;
- III) Responsabilizar-se pelo patrimônio financeiro da cooperativa;
- IV) Outras atribuições definidas neste estatuto e no Regimento Interno.

CAPITULO X

DO CONSELHO FISCAL

Art. 44° - A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal constituído de 03(três) membros efetivos e 03(três) suplentes, *todos associados, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.*

§ 1° - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis, enumerados no artigo 37 deste Estatuto, os parentes dos membros do Conselho Administrativo até o 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2° - O cooperado não pode exercer, ordinariamente cargos no Conselho Administrativo e no Conselho Fiscal.

Art. 45° - O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a participação de 03 (três) de seus membros.

§ 1° - Em sua primeira reunião, escolherá dentre os seus membros efetivos, um Coordenador, incumbido de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos destas, e um *Secretario.*

§ 2° - Na ausência do Coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto na ocasião.

§ 3° - As reuniões poderão ser convocadas ainda por qualquer dos seus membros, por solicitação do Conselho Administrativo ou da Assembléia Geral.

§ 4° - As decisões serão tomadas por maioria de votos e constarão de alta lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos fiscais presentes.

Art 46° - Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal o Conselho

Administrativo ou restante dos membros do Conselho Fiscal convocará a Assembléia Geral, para o devido preenchimento dos cargos vagos.

Art. 47° - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua e minuciosa fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, cabendo-lhe entre outra, as seguintes atribuições:

- a) Conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, também, se o mesmo está dos limites estabelecidos pelos administradores;
- b) Verificar se os extratos de conta conferem com a escrituração da Cooperativa;
- c) Examinar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão em conformidade com os planos e decisões dos administradores;
- d) Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às previsões feitas e às convivências econômico-financeiras da Cooperativa;
- e) Certificar-se se o Conselho Administrativo vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- f) Averiguar se existem reclamações dos associados, quanto aos serviços prestados;
- g) Inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- h) Averiguar se há problemas com empregados;
- i) Certificar-se se há exigências ou deveres a cumprir junto às autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem assim quanto aos órgãos do cooperativismo;
- j) Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância de regras próprias;
- k) Estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho Administrativo, emitindo parecer sobre estes para a Assembléia Geral;

trabalhos, denunciando a este, à Assembléia Geral ou às autoridades competentes, as regularidades constatadas e convocar a Assembléia Geral se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Parágrafo Único - Para os exames e verificação dos livros, contas e documentos necessários ao cumprimento das atribuições, poderá o Conselho Fiscal contratar o assessoramento externo, correndo as despesas pró conta da Cooperativa.

CAPITULO XI

DOS FUNDOS, BALANÇO, DESPESAS, SOBRAS OU PERDAS

Art. 48° - A Cooperativa é obrigada a constituir:

- a) O fundo de Reservas destinadas a reparar perdas a atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído de no mínimo de 10%(dez) por cento das sobras líquidas do exercício;
- b) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados os seus familiares e os seus próprios empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício;
- c) O fundo de Assistência a Acidentes de trabalho, destinado a cobrir despesas com primeiros socorros, transporte e medicamentos com acidentados nos trabalhos da Cooperativa, constituído de 7% (sete por cento) das sobras líquidas do exercício.

§ 1° - Os serviços de Assistência Técnica, Educacional e Social, a serem atendidos pelo respectivo fundo, poderão ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não.

§ 2° - O fundo de Assistência Técnica a Acidentes de Trabalho, não poderá ser usado em nenhuma outra atividade, sob qualquer título, hipótese ou pretexto.

§ 3° - Os fundos a que se referem estes artigos são indispensáveis entre os cooperados, mesmo no caso de liquidação da sociedade, quando então, juntamente

responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

§ 3º - A Cooperativa responderá pelos atos a que se refere o parágrafo anterior, se os houver ratificado, ou deles logrado proveito.

§ 4º - O cooperado, mesmo ocupante de cargo eletivo, que qualquer operação tiver interesse contrario ao da Cooperativa, não poderá participar das deliberações que sobre tais operações versarem, cumprindo-lhes acusar o seu impedimento.

§ 5º - Os componentes dos Conselhos Administrativo e Fiscal, assim como os "liquidantes", equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas, para efeito de responsabilidade criminal.

§ 6º - Sem prejuízo da ação publica que possa caber contra os administradores, qualquer cooperado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os Administradores para promover-lhes a responsabilidade.

Art. 36º - Para concorrer às eleições, os candidatos deverão inscrever-se individual ou coletivamente, indicando, expressamente, o cargo para o qual concorrem.

Parágrafo Único - Não podem compor os Conselhos Administrativo ou Fiscal, parentes entre si, até o 2- (segundo) grau em linha reta ou colateral.

Art. 37º - São, também inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os candidatos à pena de vede, mesmo que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé publica ou à propriedade.

Art. 38º - O Conselho Administrativo reger-se-á pelas normas seguintes:

- a) Reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria do próprio Conselho, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) Delibera validamente com a presença da maioria dos votos dos presentes;
- c) As deliberações serão consignadas em Atas circunstanciadas e assinadas ao

d) Os atos que envolvem responsabilidade da sociedade para com terceiros ou que exonerem a responsabilidade de terceiros para com a sociedade, deverão conter obrigatoriamente a assinatura do Presidente e do Secretario Geral.

§ 1º - Nos impedimentos eventuais, o Presidente será substituído pelo Secretario Geral;

§ 2º - Se ficarem vagos, por qualquer tempo, mais da metade dos cargos do Conselho Administrativo, deverá o Presidente, ou os membros restantes, se a presidência estiver vaga. Convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento dos cargos.

§ 3º - Perderá automaticamente o cargo, o membro do Conselho Administrativo que, sem justificativa, faltar a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 06 (seis) durante o ano.

Art. 39º - Compete ao Conselho Administrativo, dentro dos limites da lei, deste Estatuto e atendidas as decisões ou deliberações da Assembléia Geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da Cooperativa e controlar seus resultados.

Parágrafo Único - As normas estabelecidas pelo Conselho Administrativo serão baixadas sob a forma de Resolução ou de Instrução, e constituirão o Regime Interno da Cooperativa.

Art. 40º - Compete, ainda, ao Conselho Administrativo:

a) Programar as operações e serviços, estabelecendo e fixando quantidades, valores, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;

b) Estabelecer, em Regimento Interno, instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas a seus associados nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições da lei, deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a sociedade;

c) Determinar a taxa destinada a cobrir as despesas dos serviços da sociedade;

d) Estimar previamente rentabilidade das operações e dos serviços, bem como sua viabilidade;

e) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;

f) Contratar pessoal técnico e administrativo que se fizer necessário, e fixar normas

Cooperativas do Estado do Acre.

Art. 49° - Além dos Fundos previstos no artigo anterior, a Assembléia Geral poderá criar outros, destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Art. 50° - Além da taxa de 15% (quinze por cento) das sobras líquidas, reverterem em favor do Fundo de Reservas:

- a) Os créditos não reclamados decorridos 05(cinco) ano;
- b) Os auxílios e doações sem destinação especial;
- c) Os saldos não aplicados de rendas eventuais.

Art. 51° - O balanço geral, incluindo o conforto da receita e despesas, será levantado no dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único - Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços.

Art. 52°- As despesas da sociedade serão cobertas por:

- a) Custos operacionais diretos ou indiretos pelos associados que participarem dos serviços que lhe deram causa;
- b) Custos administrativos, pelo seu rateio, em partes iguais, entre todos os associados, quer tenham ou não usufruído dos Serviços da Cooperativa durante o exercício.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste artigo, as despesas da sociedade serão levantadas separadamente.

Art. 53° - As sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas para os fundos indivisíveis, ficarão à disposição da Assembléia Geral que lhes dará destino.

Art. 54° - Os prejuízos de cada exercício, apurados em balanço, serão cobertos com o saldo do fundo de Reservas.

Parágrafo Único - Se, porém, o fundo de Reservas for insuficiente para cobrir os prejuízos referidos neste artigo, estes serão rateados entre os cooperados, na razão direta dos serviços usufruídos, salvo deliberação diversa da Assembléia Geral.

CAPITULO XII

DOS LIVROS

Art. 55^º - A Cooperativa deverá ter os seguintes livros:

- a) Matrículas;
- b) Atas de Assembléia Geral;
- c) Atas do Conselho Administrativo;
- d) Atas do Conselho Fiscal;
- e) Presença dos Associados nas Assembléias Gerais;
- f) Outros fiscais e contábeis obrigatórios.

Art. 56^º - O livro de matrículas os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão e deverá constar:

- a) O nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;
- b) A data de admissão e, quando for o caso, a de seu desligamento a pedido, de eliminação ou exclusão;
- c) A conta corrente de suas quotas-partes capital social.

CAPITULO XIII

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 57^º - A cooperativa dissolver-se-á voluntariamente, salvo se os seus associados se dispuserem a assegurar a sua continuidade, quando:

- a) Tenha alterado a sua forma jurídica;
- b) Quando o número de associados se reduzir a menos de 20 (vinte) ou se o seu capital social mínimo se tornar inferior ao estimulado no "caput" do artigo 10 deste Estatuto, salvo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 06(seis) meses, eles não forem restabelecidos;

c) Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Único - Quando a dissolução da sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas neste artigo, a medida deverá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer cooperado ou por iniciativa do órgão de representação competente.

CAPITULO XIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 58º - Os fundos a que se referem os artigos 48, alíneas "a", "b", e "c", são indispensáveis entre os associados, mesmo no caso de dissolução da cooperativa, caso em que serão, juntamente com o remanescente do patrimônio, depois de liquidado o passivo, destinados Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado do Acre - OCB/AC..

Art. 59º - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei e os princípios doutrinários, ouvidos os órgãos de assistência e de fiscalização do cooperativismo.

Esta alteração entrará em vigor na data da sua publicação.

RIO BRANCO-ACRE, 01 DE JULHO DE 2011.



Joelma Brasil Lima
Presidente



Antônia Maria Rios Gonçalves
(Escrevente)



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/07/2011 SOB Nº: 20110103246

Protocolo: 11/010324-6, DE 22/07/2011

Empresa: 12 4 000197 7

COOPERATIVA TROPICAL PARQUET
COOPERSPARQUET

JE Dantas

JOSE EDSON FIGUEIREDO DANTAS
SECRETARIO-GERAL





COOPERATIVA TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

ESTATUTO SOCIAL

DA

TROPICAL PARQUET-

TROPICAL PARQUET

COOPERPARQUET

Rua S. Maria Nº438, João Eduardo I CEP: 69.904-160.

CNPJ: 12.922.132.0001-50/Contato: ☎ 3225-3283 / 8406-3169 / 84229248 / 9988-5113

✉ tropicalparquet@gmail.com



COOPERATIVA TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET

ESTATUTO SOCIAL

*Aprovado em Assembleia Geral
Extraordinária realizada em 17 de
Agosto de 2013.*

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO E ANO SOCIAL.

Art. 1º - Com a denominação de COOPERATIVA TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET, constituída no dia, 01 de Setembro de 2010 rege-se pelos valores e princípios do cooperativismo, sociedade simples, cooperativa de trabalho de serviços, sem fins lucrativos, que se regerá pelas disposições legais, em especial pelas leis nº 5.764/71 e nº 12.690/2012, pelas diretrizes da autogestão e por este estatuto, tendo:

- a) Sede administrativa na Rua Santa Maria, nº 438, Bairro João Eduardo I, CEP 69.904-160 e foro jurídico na Comarca de Rio Branco - AC;
- b) Área de ação, para fins de admissão de cooperados, abrangendo todo o Estado do Acre;
- c) Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A Cooperativa, baseada nos princípios e valores do Cooperativismo, tem por objetivo promover a união e a soma de recursos e esforços de seus cooperados, buscando proporcionar-lhes condições favoráveis ao exercício das suas atividades, tendo sempre em vista a equidade não só na repartição dos resultados, mas também na distribuição de serviços e o incremento de suas rendas e a melhoria de suas condições de vida e aperfeiçoamento profissional.

§ 1º – Para a consecução de seus objetivos, a COOPERATIVA de produção, de acordo com os recursos disponível e prévia programação, podendo, com base na colaboração recíproca a



que se obrigam seus associados, conceber, planejar, produzir, executar, implantar, acompanhar e desenvolver as atividades de produção e prestação de serviços em serraria sem desdobramento de madeira, serraria com desdobramento de madeira, fabricação de móveis, com predominância de madeira, fabricação de artefatos diversos de madeira, fabricação de artefatos de tornearia e de embalagens de madeira, fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais, fabricação de outros artigos de carpintaria para construção, serviços combinados de escritórios e apoio administrativo, locação de mão-de-obra temporária, aplicação de revestimento e de resinas em interiores e exteriores, instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material, serviços de montagem de móveis de qualquer material, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados visando conceber, planejar, áreas do conhecimento humano, podendo:

- I) Estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atitudes econômicas de caráter comum;
- II) A venda comum da sua produção nos mercados locais, nacionais e internacionais;
- III) Produzir, beneficiar, industrializar e comercializar produtos:
 - a) Com uso de madeira bruta desdobrada ou serrada em bruto (sem nenhum tipo de aplainamento, secagem ou lixamento) ou com a secagem, preservação e imunização da madeira serrada;
 - b) Com uso de madeira resserrada submetida aplainamento, secagem ou lixamento (tábuas, tacos, parquet para assoalhos e semelhantes), preservação e imunização da madeira resserrada;
 - c) Como móveis de madeira ou com predominância de madeira, envernizados, encerados, esmaltados, laqueados, recobertos, com lâminas de material plástico, estofados, para uso residencial e não-residencial e dar o acabamento (envernizamento, esmaltagem, laqueação e serviços similares);
 - d) Como armários e outros móveis embutidos de madeira.
 - e) Como artefatos de madeira para usos doméstico, industrial e comercial, artefatos de madeira torneada (cabos para ferramentas e utensílios, etc.), artefatos de fôrmas e modelos de madeira e briquetes de resíduos de madeira (carvão ecológico);
 - f) Como artefatos de tornearia (barris, tonéis, pipas, etc.), caixas, caixotes, cilindros e outros materiais de madeira para embalagem e a paletes e estrados de madeira para carga;
 - g) Como esquadrias e peças em madeira para instalações industriais e comerciais e instalação de esquadrias de madeira quando realizada pelo próprio fabricante;

- IV) Adquirir ou construir infraestrutura necessária para a produção coletiva de produtos;
 - V) Fornecer assistência aos associados no que se fizer necessário para que melhor executem o trabalho;
 - VI) Organizar o trabalho de modo à bem aproveitar a capacidade dos associados, agrupando-os conforme suas aptidões e interesses coletivos;
 - VII) Proporcionar, através de convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, serviços jurídicos, sociais, médicos, hospitalares e odontológicos;
 - VIII) Promover a aquisição e o fornecimento de materiais e equipamentos para o desenvolvimento dos trabalhos e serviços de interesse dos seus associados e funcionários;
 - IX) Realizar o aprimoramento intelectual e profissional ; bem como de seus empregados, através de cursos profissionalizantes e de capacitação cooperativa;
 - X) Incentivar a inter-cooperação e a troca de experiências relacionadas aos conhecimentos e atividades inclusive dos cooperados;
- a) Colocação de tacos, carpetes e outros materiais de revestimento de pisos;
 - b) Calafetagem, raspagem, polimento e aplicação de resinas em pisos;
 - c) Colocação de papel de parede;
 - d) Instalação ou montagem de estandes para feiras e eventos diversos quando não integrada à atividade de criação;
 - e) Montagem de móveis de qualquer material para consumidor final quando executado por empresa especializada;
 - f) O fornecimento de uma combinação ou de um pacote de serviços administrativos de rotina a terceiros, sob contrato, tais como: serviços de recepção, planejamento financeiro, contabilidade, arquivamento, secretaria, garçom, jardinagem, motorista, copeiragem, motoboy, limpeza, serviços gerais, agente de portaria, serviços diversos, assessoria, consultoria, e mobilização. Preparação de material para envio por correio, etc., os centros de prestação de serviços às empresas ou escritórios virtuais, tal como locação de mão de obra ou serviços terceirizados a outrem.
 - g) O fornecimento a empresas clientes, por tempo determinado, de pessoal recrutado e remunerado por agências de trabalho temporário, nas condições da legislação trabalhista; e técnicas não especificadas anteriormente, inclusive as realizadas por profissionais autônomos ou constituídos como empresas individuais.

§ 2º – São princípios do Cooperativismo, que passam a integrar o presente Estatuto como normas de conduta a serem permanentemente observadas no funcionamento da Cooperativa.

- a) **Adesão Voluntária e Livre** – A Cooperativa é uma instituição aberta os quantos estejam capacitados civil e profissionalmente a utilizar os seus serviços e se comprometam a cumprir as suas obrigações como sócio, sem discriminação de sexo, social, racial, política ou religiosa;
- b) **Gestão Democrática** – A Cooperativa é uma instituição administrada e monitorada pelo seu próprio quadro social que deve participar de forma efetiva na fixação de suas diretrizes e tomadas de decisão, ou seja, homens e mulheres sendo eleitos para os órgãos sociais, cada um tendo direito a apenas um voto;
- c) **Participação Econômica do Sócio** – Os sócios devem participar, de forma equitativa, na formação do capital social, como condição para seu ingresso na entidade, com direito a uma remuneração módica sobre a parte integralizada, quando possível, destinando os excedentes ou sobras para o desenvolvimento e estabilidade econômico financeira da Cooperativa, retorno aos cooperantes proporcional às operações que cada um realiza com a Cooperativa e apoio a outras atividades ou projetos que forem aprovados pela Assembleia Geral;
- d) **Autonomia e independência** – A cooperativa é uma instituição autônoma e independente, administrada e monitorada pelo seu próprio quadro social. Mesmo no caso de parcerias ou assinaturas de acordos com outras instituições, inclusive o Governo, ou levantamento de capitais de fontes externas, a cooperativa deve fazê-lo de forma a preservar a sua gestão democrática e a manutenção de sua autonomia;
- e) **Educação, Formação e Divulgação** – É responsabilidade da Cooperativa promover a educação e capacitação de seus dirigentes, associados e funcionários, de maneira que eles possam contribuir, de forma efetiva, para o seu crescimento, modernização e desenvolvimento, assim como divulgar para a comunidade, especialmente os jovens e os líderes formadores de opinião, a natureza e os benefícios da mesma;
- f) **Intercooperação** – Para que a cooperativa se tome mais efetiva na prestação de serviços aos seus cooperantes e contribua para o fortalecimento do sistema, deve ela integrar-se, social e economicamente, a outras cooperativas, da mesma categoria ou de categorias diferentes, nos níveis local, regional, nacional e internacional;
- g) **Interesse pela Comunidade** – Além do seu papel natural de dar ênfase ao trabalho em busca de soluções para os problemas e aspirações do seu quadro social,

mobilizações e capacitação da comunidade, é também dever da cooperativa preocupar-se com o desenvolvimento sustentável da comunidade em que está inserida.

§ 3º - São valores da Cooperativa, que também passam a integrar as regras de conduta a serem seguidas por quantos integram os quadros sociais, diretivos, executivos e funcionais da cooperativa.

- a) **Fidelidade** – Os associados devem primar pela lealdade para com a Cooperativa, honrar os compromissos assumidos e obrigar-se a exercitar práticas de probidade, pontualidade, exatidão, veracidade e firmeza.
- b) **Ajuda Mútua** – As pessoas devem ter em mente que, vivendo e atuando isoladamente, a sua capacidade empreendedora se torna limitada e que somente em associação e cooperação com outros é possível atingir sua satisfação e objetivos pessoais. E, ainda, através da ação conjunta e assunção de mútua responsabilidade que os indivíduos podem influir nas decisões governamentais e acessar com efetividade os mercados;
- c) **Democracia** – A cooperativa é uma associação de pessoas que voluntariamente se **reúnem** para somar recursos e esforços para a solicitação de necessidades e aspirações comuns de natureza econômica, social e cultural. Na cooperativa as decisões são tomadas utilizando o princípio da maioria, cada sócio tendo direito a apenas um voto, qualquer que seja o número de quotas-partes do capital que possua ou o volume de seus negócios;
- d) **Igualdade** – Na Cooperativa, o principal é o associado, que considerado individualmente, quer coletivamente. A sua valorização como ser humano é a principal característica diferenciadora entre a cooperativa e a empresa comum. Esta tem por base o capital financeiro e o lucro dele decorrente. Aquela tem o capital como instrumento de conquista do social através do econômico.
- e) **Equidade** – Refere-se à forma como o associado deve ser tratado em termos de repartição dos resultados econômicos dentro da cooperativa. Significa dizer que a sua participação nesses resultados, positivos ou negativos, deve ser proporcional ao volume de negócios ou serviços realizados através da Cooperativa e que a remuneração do capital, em caso de sobras, deve também pautar-se por esse princípio de justiça.
- f) **Solidariedade** - A cooperativa deve ser entendida como algo mais do que uma simples associação de pessoas. Trata-se de uma coletividade na qual deve prevalecer o sentimento de um por todos e todos por um, válido tanto para o quadro social como para o

quadro funcional. Deve ser entendido também pelos sócios que a Cooperativa é um empreendimento comum, resultado da soma de recursos e esforços de cada um e de todos na busca de objetivos que também são comuns;

g) Honestidade - O sucesso da cooperativa, como empreendimento econômico e social, está também diretamente ligado ao valor ético da honestidade, que deve estar presente nos seus relacionamentos, quer internamente, com o seu quadro social e funcional, quer externamente com os não associados, ou clientes. A cooperativa deve ter compromisso especial também com a prática da honestidade nas suas relações negociais ou de mercado, por exemplo, com os pesos e medidas, qualidade dos produtos ou serviços, e preços;

h) Transparência – Salvo naquilo que é objeto de proteção legal, assegurada a qualquer agente produtivo ou econômico, a cooperativa deve se deixar penetrar, em seus atos administrativos e operacionais, pelos olhares inquiridores de quem quer que seja, sobretudo, em relação ao seu quadro social. A estes, como proprietários, reserva-se o direito inalienável de tudo ver e conhecer para que dúvida não haja que ponha em risco a sua credibilidade e confiança nos negócios;

i) Responsabilidade Social – Ao ingressar na cooperativa, o associado assume tácita e legalmente um contrato com e perante os seus companheiros de, reciprocamente, contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem a ganância de lucro. Neste contexto, invoca-se também a valorização ética da solidariedade. Se há resultados econômicos líquidos positivos, estes são compartilhados na proporção da justa participação de cada um para gerá-los. Por outro lado, se não os há, cada um deve assumir, também de forma proporcional, o ônus do seu saneamento para que o empreendimento associativo caminhe na sua trajetória ascendente;

j) Preocupação com o Semelhante - Evidentemente, de acordo com a sua capacidade e dimensão econômica financeira, a cooperativa deve preocupar-se com o social na comunidade em que está inserida, engajando-se em programas ou atividades que tenham como propósito melhorar as condições de vida humana seja no campo da educação, do esporte ou da saúde. O desenvolvimento econômico e social daqueles que integra a cooperativa e o desempenho desta, muito tem a ver com as condições da comunidade como um todo;

k) Preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa - A cooperativa deve garantir aos seus sócios a efetiva obediência aos direitos sociais previstos na Constituição Federal e na legislação, preservando a livre iniciativa, sem

perder de vista o valor social a que se destina o trabalho empreendido pelos cooperados;

l) Não precarização do trabalho – O trabalho deve ser desenvolvido de forma condigna, sem que a sua prestação desguarneça o cooperado de segurança e saúde do trabalho na forma da legislação;

m) Respeito às decisões das assembleias, observado o disposto na Lei nº 12.690/12 – Como órgão de deliberação máxima, a assembleia geral decidirá soberanamente, vinculando todos os cooperados ao quanto por ela deliberado, conforme disposto na lei que disciplina a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho.

§ 4º - A COOPERATIVA, atuará sem discriminação política, racial, religiosa ou social e não visará lucro.

CAPÍTULO III

DOS COOPERADOS

Seção I

Da Admissão, Deveres, Direitos e Responsabilidades

Art. 3º - Poderão associar-se à Cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, quaisquer profissionais autônomos que se dediquem à atividade objeto da entidade e preencham os pré-requisitos definidos no Regimento Interno, sem prejudicar os interesses da cooperativa, nem com eles colidir.

Parágrafo único - O número de cooperados não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 7 (sete) pessoas físicas.

Art. 4º - Para associar-se, o interessado preencherá a Ficha de Matrícula, com a assinatura dele e de mais dois cooperados, bem como a declaração de que optou livremente por associar-se, conforme normas constantes do Regimento Interno da Cooperativa.

§1º - Caso o interessado seja membro de outra cooperativa, deverá apresentar carta de referências por ela expedida;

§ 2º - O interessado deverá obrigatoriamente estar com certificado, do curso básico de cooperativismo;



TROPICAL
PARQUET

COOPERATIVA TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET

§ 3º - Concluído o curso, o Conselho de Administração analisará a proposta de admissão ou readmissão e, se for o caso, a deferirá, devendo então o interessado subscrever quotas-partes do capital, nos termos deste estatuto, e assinar o livro de matrícula.

§ 4º - A subscrição das quotas-partes do Capital Social e a assinatura no livro de matrícula complementam a sua admissão na cooperativa.

Art. 5º - Cumprido o que dispõe o art. 4º, o cooperado adquire todos os direitos e assume todos os deveres decorrentes da lei, deste estatuto, do código de ética, se houver, e das deliberações tomadas pela cooperativa.

Art. 6º - São direitos do cooperado:

I) participar das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;

II) concorrer nas Assembleias Gerais, aos cargos do Conselho de Administração e Fiscal, e ainda votar e ser votado;

III) propor ao Conselho de Deliberativo e/ou à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral medidas de interesse da cooperativa;

IV) solicitar o desligamento da cooperativa quando lhe convier, que não poderá ser negado;

V) solicitar informações sobre seus débitos e créditos ;.

VI) *solicitar informações sobre as atividades da cooperativa e, a partir da data de publicação do edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária, consultar os livros e peças do Balanço Geral, que devem estar à disposição do cooperado na sede da cooperativa;*

VII) *retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;*



VIII) duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;

IX) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

X) repouso anual remunerado;

XI) retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;

XII) adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas;

XIII) seguro de acidente de trabalho.

§ 1º - A fim de serem apreciadas pela Assembleia Geral, as propostas dos cooperados, referidas na alínea "II" deste artigo, deverão ser apresentadas ao Conselho de Administração com a antecedência mínima de um mês e constar ao respectivo edital de convocação.

§ 2º - As propostas subscritas por, pelo menos, 1/5 (um quinto) cooperados, serão obrigatoriamente levadas pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral e, não o sendo, poderão ser apresentadas diretamente pelos cooperados proponentes.

§ 3º - Não se aplica o disposto nos incisos VIII e IX deste artigo nos casos em que as operações entre o sócio e a cooperativa sejam eventuais, salvo decisão assemblear em contrário.

§ 4º - A Cooperativa buscará meios, inclusive mediante provisionamento de recursos, com base em critérios que devem ser aprovados em Assembleia Geral, para assegurar os direitos previstos nos incisos VI, VIII, IX, X, XI e XII do caput deste artigo e outros que a Assembleia Geral venha a instituir.

§ 5º - A Cooperativa poderá, em Assembleia Geral Extraordinária, estabelecer carência na fruição dos direitos previstos nos incisos VI e XII do caput deste artigo.

§ 6º - A Cooperativa deverá observar as normas de saúde e segurança do trabalho previstas na legislação em vigor e em atos normativos expedidos pelas autoridades competentes.

Art. 7º - São deveres dos cooperados:

I - Subscrever e integralizar as quotas-partes do capital nos termos deste estatuto e contribuir com as taxas de serviço e encargos operacionais que forem estabelecidos;

II - Cumprir com as disposições da lei, do estatuto e, se houver, do código de ética, bem como respeitar as resoluções tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações das Assembleias Gerais;

III - Satisfazer pontualmente seus compromissos com a cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial; caso contrário o cooperado poderá ser desligado pelo conselho de administração, visto que há desinteresse pelos compromissos com a cooperativa.

IV - Realizar com a cooperativa as operações econômicas que constituam sua finalidade;

V - Prestar à cooperativa informação relacionada com as atividades que lhe facultaram se associar; ;apresentar certidões negativas pessoal atualizadas de acordo com o pedido da administração da cooperativa.

VI - Cobrir as perdas do exercício, quando houver, proporcionalmente às operações que realizou com a cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las;

VII - Prestar à cooperativa esclarecimento sobre as suas atividades;

VIII - Levar ao conhecimento do Conselho de Ética, se houver, ou ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atente contra a lei, o estatuto e, se houver, e o código de ética;

IX - Zelar pelo patrimônio material e moral da cooperativa. Caso contrário o cooperado poderá ser afastado de seu posto ou até desligado da cooperativa, dependendo somente da decisão do conselho de administração.

Art. 8º - O cooperado responde subsidiariamente pelos compromissos da cooperativa até o valor do capital por ele subscrito e o montante das perdas que lhe couber.

Art. 9º - As obrigações dos cooperados falecidos, contraídas com a cooperativa, e as oriundas de sua responsabilidade como cooperado em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano do dia da abertura da sucessão.

§ 1º - Os herdeiros do cooperado falecido têm direito ao capital integralizado e demais créditos pertencentes ao "*de cujus*", assegurando-lhes o direito de ingresso na cooperativa, porém não de sucedê-lo.

§ 2º - É vedado à Cooperativa de Trabalho distribuir verbas de qualquer natureza entre os sócios, exceto a retirada devida em razão do exercício de sua atividade como sócio ou retribuição por conta de reembolso de despesas comprovadamente realizadas em proveito da Cooperativa.

Seção II

Do Desligamento, Eliminação e Exclusão

Art. 10 – O desligamento do cooperado dar-se-á a seu pedido, formalmente dirigido ao Conselho de Administração da cooperativa, e não poderá ser negado.

Art. 11 - A eliminação do cooperado, que será realizada em virtude de infração da lei das cooperativas, do código de ética, deste estatuto ou do Regimento Interno, será feita pelo Conselho de Administração, após duas advertências por escrito ou, se houver código de ética, conforme Regimento Interno do Conselho de Ética da cooperativa.

§ 1º - O Conselho de Administração poderá eliminar o cooperado que:

I - manter qualquer atividade que conflite com os objetivos sociais da cooperativa;

II - deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas na cooperativa;

III - deixar de realizar, com a cooperativa, as operações que constituem seu objetivo social.

§ 2º - Cópia autêntica da decisão será remetida ao cooperado, por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

§ 3º - O cooperado poderá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembleia Geral, caso o Regimento do Conselho de Ética não definir outros procedimentos.

Art. 12 - A exclusão do cooperado será feita:

I) por dissolução da pessoa jurídica;

II) por morte da pessoa física;

III) por incapacidade civil não suprida;

IV) por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa.

Art. 13 - O ato de exclusão do cooperado, nos termos do inciso "IV" do artigo anterior será efetivado por decisão do Conselho de Administração, mediante termo firmado pelo Presidente no documento de matrícula, com os motivos que o determinaram e remessa de comunicação ao interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, por processo que comprove as datas de remessa e recebimento.

Art. 14 - Em qualquer caso de desligamento, eliminação ou exclusão, o cooperado só terá direito à restituição do capital que integralizou devidamente corrigido, das sobras e de outros créditos que lhe tiverem sido registrados, não lhe cabendo nenhum outro direito.

§ 1º - A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigida depois de aprovado, pela Assembleia Geral, o Balanço do exercício em que o cooperado tenha sido desligado da cooperativa.

§ 2º - O Conselho de Administração da cooperativa poderá determinar que a restituição desse capital seja feita em até 10 (dez) parcelas, a partir do exercício financeiro que se seguir ao em que se deu o desligamento.

§ 3º - No caso de morte do cooperado, a restituição de que trata o parágrafo anterior será efetuada aos herdeiros legais em uma só parcela, mediante a apresentação do respectivo formal de partilha ou alvará judicial, em caso de haver, comprovadamente, mais de um herdeiro.



**TROPICAL
PARQUET**

COOPERATIVA TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET

§ 4º - Ocorrendo desligamentos, eliminações ou exclusões de cooperados em número tal que as restituições das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da cooperativa, esta poderá restituí-las mediante critérios que resguardecem a sua continuidade.

§ 5º - Quando a devolução do capital ocorrer de forma parcelada deverá manter o mesmo valor de compra a partir da Assembleia Geral Ordinária que aprovar o Balanço.

§ 6º - No caso de readmissão do cooperado, este integralizará a vista e atualizado o capital correspondente ao valor atualizado da cooperativa por ocasião do seu desligamento.

Art. 15 - Os atos de desligamento, eliminação ou exclusão acarretam o vencimento e pronta exigibilidade das dívidas do cooperado na cooperativa, sobre cuja liquidação caberá ao Conselho de Administração decidir.

Art. 16 - Os direitos e deveres de cooperados eliminados ou excluídos perduram até a data da Assembleia Geral que aprovar o balanço de contas do exercício em que ocorreu o desligamento.

CAPÍTULO IV

DO CAPITAL

Art. 17 - O capital da cooperativa, representado por quotas partes, não terá limite quanto ao máximo e variará conforme o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), integraliza neste ato em moeda corrente da cota parte dos associados 120.000,00 (cento e vinte mil reais), totalizando um capital de 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

§ 1º - O capital é subdividido em quotas-partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

§ 2º - A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados, não podendo ser negociado de modo algum, nem dada em garantia, e sua subscrição, integralização, transferência ou restituição será sempre escriturada no livro de matrícula.



§ 3º - A transferência de quotas-partes entre cooperados, total ou parcial, será escriturada no livro de matrícula mediante termo que conterà as assinaturas do cedente, do cessionário e do Presidente da cooperativa.

Art. 18 - O cooperado deve integralizar 3.000 (três mil) quotas-partes à vista, de uma só vez, ou em até 100 (cem) parcelas, ou que não ultrapassem a 100 (cem), podendo haver reajustes de acordo com o aumento do valor do salário mínimo vigente. Sendo estas periódicas e mensais independentemente de chamada, ou por meio de contribuições.

§ 1º - Para efeito de integralização de quotas-partes ou de aumento do capital social, poderá a cooperativa receber bens, avaliados previamente e após homologação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Fica a critério do Conselho administrativo e fiscal, quantificar as parcelas de cotas partes, para menos ou mais.

Art. 19 - Para efeito de admissão de novos cooperados ou novas subscrições, a Assembleia Geral atualizará anualmente, com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes com direito a voto, o valor da quota-parte, consoante proposição do Conselho de Administração, respeitados os índices de desvalorização da moeda publicados por entidade oficial do Governo.

§ 1º - Nos ajustes periódicos de contas com os cooperados, a cooperativa pode incluir parcelas destinadas à integralização de quotas-partes do capital.

§ 2º - A cooperativa distribuirá juros de até 12% (doze por cento) ao ano, que são contados sobre a parte integralizada do capital, se houver sobras.

CAPÍTULO V

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Seção I

Definição e Funcionamento

Art. 19 - A Assembleia Geral Ordinária, Extraordinária ou Especial é o órgão supremo da cooperativa, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 20 - A Assembleia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Presidente.

§ 1º - Poderá também ser convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 2º - Não poderá votar na Assembleia Geral o cooperado que tenha sido admitido após a convocação ou infringir qualquer disposição do Artigo. 7º deste estatuto.

Art. 21 - Em quaisquer das hipóteses, referidas no artigo anterior, as Assembleias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, com o horário definido para as três convocações, sendo de uma hora o intervalo entre elas.

Art. 22 - O quórum para instalação da Assembleia Geral é o seguinte:

I) 2/3 (dois terços) do número de cooperados em condições de votar, em primeira convocação;

II) metade mais um dos cooperados, em segunda convocação;

III) 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, em terceira convocação, exigida a presença de, no mínimo, 4 (quatro) sócios caso a cooperativa possua até 19 (dezenove) sócios.

§1º - Para efeito de verificação do quórum de que trata este artigo, o número de cooperados presentes, em cada convocação, será contado por suas assinaturas, seguidas do respectivo número de matrícula, apostas no Livro de Presença.

§ 2º - Constatada a existência de quórum no horário estabelecido no edital de convocação, o Presidente instalará a Assembleia e, tendo encerrado o Livro de Presença mediante termo

que contenha a declaração do número de cooperados presentes, da hora do encerramento e da convocação correspondente, fará transcrever estes dados para a respectiva ata.

Art. 23- Não havendo quórum para instalação da Assembleia Geral, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo único - Se ainda assim não houver quórum para a sua instalação, será admitida a intenção de dissolver a cooperativa.

Art. 24 - Dos editais de convocação das Assembleias Gerais deverão constar:

- I) A denominação da cooperativa e o número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, seguidas da expressão: Convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;
- II) O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será o da sede social;
- III) A sequência ordinal das convocações;
- IV) A Ordem do Dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- V) O número de cooperados existentes na data de sua expedição para efeito do cálculo do quórum de instalação;
- VI) Data e assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º - No caso da convocação ser feita por cooperados, o edital será assinado, no mínimo, por 5 (cinco) signatários do documento que a solicitou.

§ 2º - A notificação dos sócios para participação das assembleias será pessoal e ocorrerá com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização.

§ 3º - Na impossibilidade de notificação pessoal, a notificação dar-se-á por via postal, respeitada a antecedência prevista no caput deste artigo.

§ 4º - Na impossibilidade de realização das notificações pessoal e postal, os sócios serão notificados mediante edital afixado na sede e em outros locais previstos nos estatutos e publicado em jornal de grande circulação na região da sede da cooperativa ou na região onde ela exerça suas atividades, respeitada a antecedência prevista no caput deste artigo.

Art. 25 - É da competência das Assembleias Gerais, Ordinárias, Extraordinárias ou Especiais a destituição dos membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.

Parágrafo único - Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da cooperativa, poderá a Assembleia Geral designar administradores e conselheiros fiscais provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se realizará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 26 - Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo presidente, auxiliado por um secretário *"ad hoc"*, sendo por também convidados os ocupantes de cargos sociais a participarem da mesa.

§ 1º - Na ausência do secretário e de seu substituto, o presidente convidará outro cooperado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata;

§ 2º - Quando a Assembleia Geral não tiver sido convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um cooperado, escolhido na ocasião, e secretariado por outro, convidado por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 27 – Os ocupantes de cargos sociais, como quaisquer outros cooperados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

Art. 28 - Nas Assembleias Gerais em que for discutida a prestação de contas, o presidente da cooperativa, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um cooperado para coordenar os debates e a votação da matéria.

§ 1º - Transmitida à direção dos trabalhos, o Presidente e demais conselheiros de administração e fiscal, deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembleia Geral para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º - O coordenador indicado escolherá entre os cooperados, um Secretário *"ad hoc"* para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo Secretário da Assembleia Geral.

Art. 29 - As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre assuntos constantes do edital de convocação e os que com eles tiverem imediata relação.

§ 1º - Os assuntos que não constarem expressamente do edital de convocação e os que não satisfizerem as limitações deste artigo, somente poderão ser discutidos após esgotada a Ordem do Dia, sendo que sua votação, se a matéria for considerada objeto de decisão, será obrigatoriamente assunto para nova Assembleia Geral.

§ 2º - Para a votação de qualquer assunto na assembleia devem-se averiguar os votos a favor, depois os votos contra e por fim as abstenções. Caso o número de abstenções seja superior a 50% (cinquenta por cento) dos presentes, o assunto deve ser mais bem esclarecido antes de submetê-lo à nova votação ou ser retirado da pauta, quando não é do interesse do quadro social.

Art. 30 - O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos administradores e fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) cooperados designados pela Assembleia Geral.

Art. 31 - As deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos cooperados presentes com direito de votar, tendo cada cooperado direito a 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

§ 1º - Em regra, a votação será aberta, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.

§ 2º - Caso o voto seja aberto, deve-se averiguar os votos a favor, os votos contra e as abstenções.

Seção II

Das Reuniões Preparatórias

(Pré-Assembleias)

Art. 32 - Antecedendo a realização das Assembleias Gerais, a cooperativa fará reuniões preparatórias de esclarecimento, nos núcleos de cooperados, de todos os assuntos a serem votados.

Parágrafo único - As reuniões preparatórias não têm poder decisório.

Art. 33 - As reuniões preparatórias serão convocadas pelo Conselho de Administração, com antecedência mínima de cinco dias, através de ampla divulgação, informando as datas e os locais de sua realização.

Art. 34 - Deverá constar na Ordem do Dia do edital de convocação da assembleia um item específico para a apresentação do resultado das reuniões preparatórias.

Seção III

Da Assembleia Geral Ordinária

Art. 35 - A Assembleia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da Ordem do Dia:

- I) resultado das pré-assembleias (reuniões preparatórias);
- II) prestação de contas dos Órgãos de Administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a) Relatório da Gestão;
 - b) Balanço Geral;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas, ou das perdas, e Parecer do Conselho Fiscal;
 - d) Plano de atividade da cooperativa para o exercício seguinte. ...
 - e) Destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios;
 - f) Criação de novos conselhos, como o Conselho de Ética, deferindo-lhes as funções para melhorar o funcionamento da cooperativa;
 - g) Eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de outros conselhos, quando for o caso;

h) Fixação dos honorários, gratificações e valor da cédula de presença para os componentes do Conselho e Administração e do Conselho Fiscal;

i) Quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 40 deste estatuto.

§ 1º - Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens “b” e “e” deste artigo.

§ 2º - A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração não desonera seus componentes da responsabilidade por erro, dolo, fraude ou simulação, bem como por infração da lei ou deste estatuto.

Seção IV

Da Assembleia Geral Extraordinária

Art. 36 - A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação.

Parágrafo único - É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I) reforma do estatuto;
- II) fusão, incorporação ou desmembramento;
- III) mudança de objetivo da sociedade;
- IV) dissolução voluntária e nomeação de liquidantes;
- V) contas do liquidante.

Parágrafo único - São necessários votos de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

Seção V

Da Assembleia Geral Especial

Art. 37 - Além da realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para deliberar nos termos dos e sobre os assuntos previstos na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e no Estatuto Social, a Cooperativa deverá realizar anualmente, no mínimo, mais uma Assembleia Geral Especial para deliberar, entre outros assuntos especificados no edital de convocação, sobre:

- II) Gestão da cooperativa;
- III) Disciplina, direitos e deveres dos sócios;
- IV) Planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados e organização do trabalho.

Parágrafo único - A Assembleia Geral Especial de que trata este artigo deverá ser realizada no segundo semestre do ano.

Seção VI

Do Processo Eleitoral

Art. 38 - Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, com a antecedência, pelo menos, idêntica ao respectivo prazo da convocação, criará um Comitê Especial composto de três membros, todos não candidatos a cargos eletivos na cooperativa, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e, se houver de Ética, sendo que o período do mandato para os membros do conselho administrativo será 04 (quatro anos).

Art. 39 - No exercício de suas funções, compete ao comitê especialmente:

- I - Certificar-se dos prazos de vencimentos dos mandatos dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes;



**TROPICAL
PARQUET**

COOPERATIVA TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET

II - Divulgar entre os cooperados, através de circulares e/ou outros meios adequados, o número e a natureza das vagas a preencher;

III - Solicitar os candidatos a cargo eletivo que apresentem certidão negativa em matéria cível e criminal e de protestos dos cartórios das Comarcas em que tenham residido nos últimos cinco anos, bem como certidão do registro de imóveis que possuam;

IV - Registrar os nomes dos candidatos, pela ordem de inscrição, verificando se está no gozo de seus direitos sociais e se foi observado o disposto no § 3º do art. 4º deste estatuto;

V - Verificar, por ocasião da inscrição, se existe candidatos sujeitos as incompatibilidades previstas no § 1º do artigo 44 e no § 1º do artigo 54 deste estatuto, fazendo com que assinem declaração negativa a respeito;

VI - Organizar fichas contendo o currículo dos candidatos, das quais constem, além da individualização e dados profissionais, as suas experiências e práticas cooperativistas, sua atuação e tempo de cooperado na cooperativa e outros elementos que os distingam;

VII - Divulgar o nome e currículo de cada candidato, inclusive tempo em que está associado à cooperativa, para conhecimento dos cooperados;

VIII - Realizar consultas e promover atendimentos para a composição de chapas ou unificação de candidaturas, se for o caso;

IX - Estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formuladas por cooperados no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidades nas eleições, encaminhando suas conclusões ao Conselho de Administração, para que ele tome as providências legais cabíveis.

§ 1º - O Comitê fixará prazo para a inscrição de candidatos de modo que possam ser conhecidos e divulgados os nomes, 5 (cinco) dias antes da data da Assembleia Geral que vai proceder às eleições.

§ 2º - Não se apresentando candidatos ou sendo o seu número insuficiente, caberá ao Comitê proceder à seleção entre interessados que atendam às condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades aqui previstas.



Art. 40 – O Presidente da Assembleia Geral suspenderá o trabalho desta para que o Coordenador do Comitê dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§ 1º - O transcurso das eleições e os nomes dos eleitos constarão da ata da Assembleia Geral.

§ 2º - Os eleitos para suprirem a vacância nos Conselhos de Administração ou Fiscal exercerão os cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores.

§ 3º - A posse ocorrerá sempre na Assembleia Geral em que se realizarem as eleições, depois de encerrada a Ordem do Dia.

Art. 41 - Não se efetivando nas épocas devidas a eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos dos mandatos dos administradores e fiscais em exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário até que se efetive a sucessão, nunca além de 90 (noventa) dias.

Art. 42 - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

CAPÍTULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I

Do Conselho de Administração

Art. 43 - O Conselho de Administração é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo de sua competência privativa e exclusiva a responsabilidade pela decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da cooperativa ou de seus cooperados, nos termos da lei, deste estatuto e de recomendações da Assembleia Geral.

Art. 44 - O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros, todos os cooperados no gozo de seus direitos sociais, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato



TROPICAL
PARQUET

COOPERATIVA TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET

de 02 (dois) anos, sendo obrigatória, ao término de cada mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Parágrafo único - Não podem fazer parte do Conselho de Administração, além dos inelegíveis enumerados nos casos referidos no artigo 42 deste Estatuto, os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, nem os que tenham exercido, nos últimos seis meses, cargo público eletivo.

Art. 45 - Os membros do Conselho de Administração exercerão as funções de Presidente, Vice-Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, além de três Conselheiros, cujos poderes e atribuições se definem no Regimento Interno da Cooperativa, aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo único - Se o número de membros do Conselho de Administração ficar reduzido a menos da metade de seus membros deverá ser convocada Assembleia Geral para o preenchimento das vagas.

Art. 46 - O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

I) reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria do próprio Conselho, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

II) delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples de votos dos presentes, reservado ao Presidente o voto de desempate;

III) as deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no fim dos trabalhos pelos membros do Conselho presentes.

Parágrafo único - Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho de Administração que, sem justificativa, faltar a três reuniões ordinárias consecutivas ou a seis reuniões durante o ano.

Art. 47 - Cabem ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e deste estatuto, as seguintes atribuições:



- I - propor à Assembleia Geral as políticas e metas para orientação geral das atividades da cooperativa, apresentando programas de trabalho e orçamento, além de sugerir as medidas a serem tomadas;
- II - avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- III - estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços, bem como a sua viabilidade;
- IV - estabelecer as normas para funcionamento da cooperativa;
- V - elaborar, juntamente com lideranças do quadro social, *Regimento Interno* para a organização do quadro social;
- VI - estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições de lei, deste estatuto, ou das regras de relacionamento com a entidade que venham a ser estabelecidas;
- VII - deliberar sobre a admissão, desligamento, eliminação e exclusão de cooperados e suas implicações, bem como sobre a aplicação ou elevação de multas;
- VIII - deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral e estabelecer sua Ordem do Dia, considerando as propostas dos cooperados nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 6º;
- IX - estabelecer a estrutura operacional da administração executiva dos negócios, criando cargos e atribuindo funções, e fixando normas para a admissão e demissão dos empregados;
- X - **fixar as normas disciplinares;**
- XI - julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares;
- XII - avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulam dinheiro ou valores da cooperativa;
- XIII - fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para a sua cobertura;

XIV - contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria, conforme disposto no artigo 112, da Lei nº 5.764/71;

XV - indicar banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósitos de numerário, e fixar limite máximo que poderá ser mantido no caixa da cooperativa;

XVI - estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente, no mínimo, o estado econômico-financeiro da cooperativa e o desenvolvimento das operações e serviços, através de balancetes e demonstrativos específicos;

XVII - adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização da Assembleia Geral;

XVIII - contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;

XIX - fixar anualmente taxas destinadas a cobrir depreciação ou desgaste dos valores que compõem o ativo permanente da entidade;

XX - zelar pelo cumprimento da legislação do Cooperativismo e outras aplicáveis, bem como pelo atendimento da legislação trabalhista perante seus empregados, e fiscal.

§ 1º - O Presidente providenciará para que os demais membros do Conselho de Administração recebam, com a antecedência mínima de 03 (três) dias, cópias dos balancetes e demonstrativos, planos e projetos e outros documentos sobre os quais tenham que pronunciar-se, sendo-lhes facultado, ainda anteriormente à reunião correspondente, inquirir empregados ou cooperados, pesquisar documentos, a fim de dirimir as dúvidas eventualmente existentes.

§ 2º - O Conselho de Administração solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento de quaisquer funcionários graduados para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer deles apresente, previamente, projetos sobre questões específicas.

§ 3º - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de Resoluções, Regulamentos ou Instruções que, em seu conjunto, constituirão o Regimento Interno da cooperativa.

Art. 48 - Ao Presidente competem, entre outros definidos em Regimento Interno, os seguintes poderes e atribuições:

- I - dirigir e supervisionar todas as atividades da cooperativa;
- II - baixar os atos de execução das decisões do Conselho de Administração;
- III - assinar, juntamente com outro Diretor ou outro Conselheiro designado pelo Conselho de Administração, cheques, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;
- IV - convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como as Assembleias Gerais dos cooperados;
- V - apresentar à Assembleia Geral Ordinária:
 - a) Relatório da Gestão;
 - b) Balanço Geral
 - c) Demonstrativo das Sobras apuradas ou das Perdas verificadas no exercício e o Parecer do Conselho Fiscal.
- VI - representar ativa e passivamente a cooperativa, em juízo e fora dele;
- VII - representar os cooperados, como solidário com os financiamentos efetuados por intermédio da cooperativa, realizados nas limitações da lei e deste estatuto;
- VIII - elaborar o plano anual de atividades da cooperativa;
- IX - verificar periodicamente o saldo de caixa;
- X - acompanhar, juntamente com a Administração, as finanças da Cooperativa.

Art. 49 – Ao Vice-Presidente compete, dentre outras atribuições, auxiliar permanentemente o presidente, substituindo-o em suas ausências e impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias.

Art. 50 – Compete ao Diretor Administrativo, entre outras, definidas em regimento interno, as seguintes atribuições:

I - secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, responsabilizando-se pela guarda de livros, documentos e arquivos pertinentes;

II - assinar, juntamente com o Presidente, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, bem como cheques bancários quando da ausência do Diretor Financeiro;

III – Substituir o Vice-Presidente em suas ausência e impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias;

Art. 51 – Ao Diretor Financeiro competem, entre outras, definidas em regimento interno, as seguintes atribuições:

I – Assinar, juntamente com o Presidente, cheques e outros documentos de movimentação financeira da cooperativa;

II – ter sob sua guarda os valores e o acervo patrimonial da cooperativa;

III – organizar, dirigir e responsabilizar-se pelos serviços da tesouraria;

IV – Efetuar todos os recebimentos e pagamentos da cooperativa;

V – Apresentar ao Conselho Fiscal balancetes mensais e o Balanço anual;

VI – Substituir o Diretor Administrativo em suas ausências e impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias.

Art. 52 – Aos administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão ou se agiram com culpa, dolo ou má fé.

§ 1º - A cooperativa responderá pelos atos a que se refere este artigo, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

§ 2º - Os que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade, pode ser declarado pessoalmente responsável pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 3º - O membro do Conselho de Administração que, em qualquer momento referente a essa operação, tiver interesse oposto ao da cooperativa, não poderá participar das deliberações relacionadas com essa operação, cumprindo-lhe declarar seu impedimento.

§ 4º - Aos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

§ 5º - Sem prejuízo da ação que possa caber a qualquer cooperado, a cooperativa, por seus dirigentes, ou representada por cooperados escolhidos em Assembleia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover a sua responsabilidade.

Art. 53 - Poderá o Conselho de Administração criar comitês especiais, transitórios ou não, para estudar, planejar e coordenar a solução de questões específicas, relativas ao funcionamento da cooperativa.

Seção II

Do Comitê Técnico

Art. 54 – O Comitê Técnico é órgão auxiliar da administração e seus membros integrarão o Conselho de Administração da Cooperativa tendo poderes para:

- I) fixar regras técnicas de atuação dos cooperados;
- II) controlar a produção, especialmente nos aspectos qualitativos;
- III) cuidar dos programas de treinamento e de capacitação dos associados.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 55 - Os negócios e atividades da cooperativa serão fiscalizados assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos cooperados, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no artigo 44 deste estatuto, os parentes dos Conselheiros de Administração até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º - Os cooperados não podem exercer cumulativamente cargos nos Conselhos de Administração, Fiscal e, se houver, de Ética.

§ 3º - Quando a Cooperativa contar em seu quadro com até 19 (dezenove) sócios poderá estabelecer, em Estatuto Social, composição para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal distinta da prevista nesta Lei e no art. 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, assegurados, no mínimo, 3 (três) conselheiros fiscais.

Art. 56 - O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação mínima de 03 (três) dos seus membros.

§ 1º - Em sua primeira reunião, os conselheiros escolherão, entre si, um secretário para a lavratura de atas e um coordenador, este incumbido de convocar e dirigir as reuniões.

§ 2º - As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

§ 3º - Na ausência do Coordenador será escolhido um substituto, na ocasião, para dirigir os trabalhos.

§ 4º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos de cada reunião, por 03 (três) conselheiros presentes, indicados pela Assembleia Geral.

Art. 57 - Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal ou no Conselho de Ética, o Conselho de Administração determinará a convocação da Assembleia Geral para eleger substitutos.

Art. 58 - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da cooperativa, examinando livros, contas e documentos, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:



**TROPICAL
PARQUET**

COOPERATIVA TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET

- I** - conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, inclusive, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- II** - verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da cooperativa;
- III** - examinar se o montante das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;
- IV** - verificar se as operações realizadas e serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às conveniências econômico-financeiras da cooperativa;
- V** - certificar-se se o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- VI** - averiguar se existe reclamações dos cooperados quanto aos serviços prestados;
- VII** - inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- VIII** - averiguar se há problemas com empregados;
- IX** - certificar-se se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas e quanto aos órgãos do Cooperativismo;
- X** - averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância das regras próprias;
- XI** - examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes para a Assembleia Geral;
- XII** - dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este e à Assembleia Geral as irregularidades constatadas e convocar Assembleia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes;
- XIII** - convocar Assembleia Geral, quando houver motivos graves e o Conselho de Administração se negar a convocá-las;



XIV - conduzir o processo eleitoral, coordenando os trabalhos de eleição, proclamação e posse dos eleitos, fiscalizando também o cumprimento do estatuto, Regimento Interno, Resoluções, Decisões de Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

§ 1º - Para o desempenho de suas funções, terá o Conselho Fiscal acesso a quaisquer livros, contas e documentos, a empregados, a cooperados e outros, independente de autorização prévia do Conselho de Administração.

§ 2º - Poderá o Conselho Fiscal ainda, com anuência do Conselho de Administração e com autorização da Assembleia Geral, contratar o necessário assessoramento técnico especializado, correndo as despesas por conta da cooperativa.

CAPÍTULO VI

DOS LIVROS E DA CONTABILIDADE

Art. 59 - A cooperativa deverá, além de outros, manter os seguintes livros:

I - Com termos de abertura e encerramento subscritos pelo Presidente:

- a)** Matrícula;
- b)** presença de cooperados nas Assembleias Gerais;
- c)** atas das Assembleias;
- d)** atas do Conselho de Administração;
- e)** atas do Conselho Fiscal.

II - Autenticados pela autoridade competente:

- a)** livros fiscais; e,
- b)** livros contábeis.

Parágrafo único - É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas, devidamente numeradas.

Art. 60 - No Livro de Matrícula os cooperados serão inscritos por ordem cronológica de admissão dele constando:

- I - o nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência dos cooperados;
- II - a data de sua admissão, e quando for o caso, de seu desligamento, eliminação ou exclusão;
- III - a conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social;
- IV - assinatura de duas testemunhas.

CAPÍTULO IX

DO BALANÇO GERAL, DESPESAS, SOBRAS, PERDAS E FUNDOS

Art. 61 - A apuração dos resultados do exercício social e o levantamento do balanço geral serão realizados no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Art. 62 - Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços, pelo confronto dos respectivos ingressos com os dispêndios diretos e indiretos.

§ 1º - Os dispêndios administrativos serão rateados na proporção das operações, sendo os respectivos montantes computados nas apurações referidas neste artigo.

§ 2º - Os resultados positivos, apurados por setor de atividade, nos termos deste artigo, serão distribuídos da seguinte forma (no mínimo):

- I - 10% (dez por cento) ao Fundo de Reserva, também chamada de Reserva Legal; e,
- II - 5% (cinco por cento) ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES. Pelo qual ao aderir ser um cooperado, o mesmo tem obrigação, se chamado for comparecer nos cursos da cooperativa, caso contrário a administração poderá estar tomando as providências cabíveis.

§ 3º - Além do Fundo de Reserva e FATES, a Assembleia poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação aplicação e liquidação.



**TROPICAL
PARQUET**

COOPERATIVA TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET

§ 4º - As sobras líquidas apuradas no exercício depois de deduzidas dos percentuais para destinação dos Fundos indivisíveis serão rateadas entre os associados, em partes diretamente proporcionais aos serviços usufruídos da cooperativa, no período, salvo deliberação diversa da Assembleia Geral.

§ 5º - Os resultados negativos serão rateados entre os cooperados, na proporção das operações de cada um realizadas com a cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-los.

Art. 63 - O Fundo de Reserva destina-se a reparar as perdas do exercício e atender ao desenvolvimento das atividades, revertendo em seu favor, além da taxa de 10% (dez por cento) das sobras:

I - os créditos não reclamados pelos cooperados, decorridos 05 (cinco) anos; e,

II - os auxílios e doações sem destinação especial.

Art. 64 - O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destina-se à prestação de serviços aos cooperados e seus familiares, assim como aos empregados da própria cooperativa, podendo ser prestados mediante convênio com entidades especializadas.

§ 1º - Ficando sem utilização mais de 50% (cinquenta por cento) dos recursos anuais deste fundo, durante dois anos consecutivos, será procedida a revisão dos planos de aplicação, devendo a Assembleia Geral seguinte ser informada e fazer as recomendações necessárias ao cumprimento das finalidades objetivadas.

§ 2º - Revertem em favor do FATES, ainda, as rendas eventuais de qualquer natureza, resultantes de operações ou atividades nas quais os cooperados não tenham tido intervenção.

CAPÍTULO X

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 65 - A cooperativa se dissolverá de pleno direito:

I - quando assim deliberar a Assembleia Geral, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes, com direito a voto;



II - devido à alteração de sua forma jurídica;

III - pela redução do número de cooperados a menos de vinte ou do capital Social mínimo, se até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não superior a 6 (seis) meses, esses quantitativos não forem restabelecidos e assim deliberar a Assembleia;

IV - pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias, sem motivos justificáveis.

Art. 66 - Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, esta nomeará um ou mais liquidantes e um Conselho Fiscal de 03 (três) membros para proceder à liquidação.

§ 1º - A Assembleia Geral, nos limites de suas atribuições, pode, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando seus substitutos;

§ 2º - O liquidante deve proceder à liquidação de conformidade com os dispositivos da Legislação Cooperativista.

Art. 67 - Quando a dissolução da cooperativa não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no Art. 65, essa medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer cooperado.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 68 – Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, mediante deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária, observando o parágrafo único, inciso I, do artigo 36 deste Estatuto.



COOPERATIVA TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET

Art. 69 – A Cooperativa terá até o dia 20 de julho de 2012 para implementar os direitos prescritos no art. 7º, incisos VI, IX, X, XI e XII deste Estatuto.

Art. 70 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os princípios doutrinários e os dispositivos legais, pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral.

Rio Branco, 17 de Agosto de 2013.

Joelma Brasil Lima
Presidente
12.922.132/0001-50
COOPERPARQUET
Joelma Brasil Lima
Presidente

COOPERATIVA TROPICAL PARQUET -
COOPERPARQUET

Art. 6º - A Cooperativa fará até o dia 30 de julho de 2012 para implementar os direitos
previstos no art. 7º, incisos VI, IX, X, XI e XII deste Estatuto.

Art. 7º - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os princípios doutrinários e os
dispositivos legais, pelo Conselho de Administração, sob o intendmentum da Assembleia Geral.

Rio Branco, 17 de Agosto de 2013.

João Batista Lima
Presidente
COOPERATIVA TROPICAL PARQUET -
COOPERPARQUET



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/04/2014 SOB Nº: 20140047174

Protocolo: 14/004717-4, DE 31/03/2014

Empresa: 12 4 0000197 7
COOPERATIVA TROPICAL PARQUET -
COOPERPARQUET

JE Dantas
JOSÉ EDSON FIGUEIREDO DANTAS
SECRETÁRIO-GERAL

13



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Acre

Nº DO PROTOCOLO (I

JUCEAC - SEDE

SEDE - JUCEAC



18/016.682-4

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

12400001977

2143

014

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

NOME: **COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET**

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



AC2201800008674

Nº DE CÓDIGO VIAS DO ATO

CÓDIGO DO EVENTO

QTD

DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	007	-	-	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		019	1	ESTATUTO SOCIAL
		2211	1	ALTERACAO DE ENDEREÇO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

RIO BRANCO

Local

Nome: **JOELMA BRASIL LIMA**

Telefone de Contato: (68) 9998-85113

Assinatura:

Joelma Brasil Lima

4 Outubro 2018

Date

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
A decisão

06/12/18

Data

CAROLINE S. M. DA SILVA
Responsável
Análise de Processo

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐

☐

☐

☐

☐ Processo indeferido. Publique-se.

06/12/2018

Data

Adelante da Junta Comercial do Acre
Responsável
Vogal

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐

☐

☐

☐

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

President

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 1021454
EM 06/12/2018.

#COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET#

Protocolo: 18/016.682-4

Dienifan Pinheiro Lima
DIENIFAN PINHEIRO LIMA
SECRETARIA GERAL

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1021454 em 06/12/2018 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, Nire 12400001977 e protocolo 180166824 - 04/12/2018. Autenticação: 73D0CBAA2A296B2315B5FE4289266ECCB26043. Dienifan Pinheiro Lima - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 18/016.682-4 e o código de segurança 05To Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/12/2018 por Dienifan Pinheiro Lima - Secretária-Geral.

Dienifan Pinheiro Lima
DIENIFAN PINHEIRO LIMA
SECRETARIA GERAL

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA, DA
COOPERATIVA DE TRABALHO
TROPICAL PARQUET –
COOPERPARQUET, realizada em 28 de
outubro de 2017.**

Aos 28 dias do mês de outubro do ano de 2017, nesta cidade de Rio Branco, Estado do Acre, às 09:00 horas, em segunda convocação, em sua sede social, situada na Rua Santa Maria, nº 438, João Eduardo I, CEP 69.911-438, na cidade de Rio Branco Acre, realizou-se a Assembleia Extraordinária dos cooperados da Cooperativa Tropical Parquet – COOPERPARQUET, que contou com a presença de 46 cooperados, conforme assinaturas lançadas na Lista de Presença. Havendo quórum legal, a senhora Diretora Presidente Joelma Brasil Lima, abriu a sessão e convidou os membros do Conselho de Administração/Diretoria e Fiscal para tomarem assento à Mesa e a mim **Fernando Pereira da Silveira**, para secretariar os trabalhos. Composta a mesa pediu a mim, secretário, que procedesse à leitura do Edital de Convocação que foi amplamente divulgado através de circulares a todos os cooperados, afixado em lugar próprio na sede da Cooperativa o qual passamos a transcrever: **“COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET, CNPJ: 12.922.132/0001-50, ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, EDITAL DE CONVOCAÇÃO, A** presidente em exercício da Cooperativa, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Estatuto em vigor, convoca os cooperados para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na Rua Santa Maria, nº 438 – João Eduardo I, CEP 69.911-438, em Rio Branco-AC anexo da igreja Santa Luzia, no próximo dia 28/10/2017, às 07:00 horas em primeira convocação com 2/3 dos cooperados, às 08:00 horas em segunda convocação com metade mais um dos cooperados e às 09:00 em terceira e última convocação com o mínimo de 1/5 dos cooperados, para tratar das seguintes pautas: 1- Esclarecimentos sobre o Auxílio Combustível; 2- Mudança de conta bancária do cooperado; 3- DAR (Descanso Anual Remunerado) 4- Reformulação no Estatuto Social; 5- Admissão e exclusão de cooperados; 6- Outros Assuntos. Rio Branco Acre, 10 de outubro de 2017. **JOELMA BRASIL LIMA.**





Presidente. Terminada a leitura do edital a senhora Presidente apresentou um curto vídeo sobre o que é o

cooperativismo e em seguida colocou em pauta o primeiro item da Ordem do Dia: **Esclarecimentos sobre o Auxílio Combustível.** Foi esclarecido sobre os valores de auxílio combustível serem diferentes para cada contrato, isso ocorre por estar de acordo com a planilha de preço que é proposta para cada contratante. Segunda ordem do dia: **Mudança de conta bancária do cooperado.** Foi votado e aprovado em assembleia, que todos os cooperados que tem contas diferentes do Banco do Brasil, tivessem suas contas modificadas, visando ter menos problemas de estorno e não ter cobranças de transferência de DOC e TED no caso dos cooperados que usam conta de outro banco. Passando a terceira ordem do dia: **DAR (Descanso Anual Remunerado)** foi esclarecido para os novos cooperados que quando possível será ajustado o mês de gozo do DAR (descanso Anual remunerado) conforme sua preferência, respeitando sempre o prazo de um ano a partir do dia de sua entrada. A seguir a presidente passou para a quarta ordem do dia: **4 - Reformulação do estatuto falando da necessidade de reformular o estatuto social da Cooperativa Tropical Parquet, aprimorando-o e adequando-o, onde propõe alteração, foi distribuído a todos minutas do estatuto com as reformas sugeridas.** Após a devida distribuição, a Assembleia entrou em deliberação por uma hora, tempo este requerido pelos presentes para debate e estudo cuidadoso da reforma sugerida. Decorrido o tempo solicitado, onde se deu o debate de item por item da minuta proposta, foi aprovado por unanimidade a reformulação em pauta. **4.1- Primeiro ponto a ser atualizado foi a denominação da cooperativa, pois observou-se que no estatuto da cooperativa, a denominação não consta a expressão cooperativa de trabalho, obrigatoriedade da Lei 12.690 para cooperativas do ramo trabalho, passando a denominação a ser: Cooperativa de Trabalho Tropical Parquet – COOPERPARQUET.** Outro ponto é o endereço da sede da cooperativa, que precisou mudar de endereço havendo assim a necessidade de atualizar o mesmo no estatuto e CNPJ, para o endereço atual: **na Rua São José, nº 59, bairro João Eduardo I, no Município de Rio Branco-AC, CEP: 69.911-448.** **4.2 –** Verificou-se que os objetivos da cooperativa não estavam de acordo com atividades desenvolvidas diariamente, sendo incluídas algumas atividades e excluídas outras que não mais estão sendo executadas, ficando as atividades seguintes: 8111-7/00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais; 8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios; 8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente; 8299-7/99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente as empresas não especificadas anteriormente; 3329-5/01 - Serviços de montagem de móveis de qualquer





COOPERATIVA TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

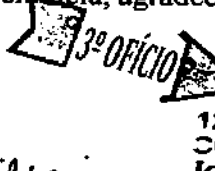


material; 3702-9/00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes; 6209-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; 7820-5/00 - Locação de mão de obra temporária; 7830-2/00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; 8130-3/00 - Atividades paisagísticas; 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; 8220-2/00 - Atividades de tele atendimento; 8599-6/03 - Treinamento em informática; 8800-6/00 - Serviços de assistência social sem alojamento; 9601-7/01 - Lavanderias; 9700-5/00 - Serviços domésticos. 4.3 - Do Capital, não constava no estatuto anterior o valor da parcela da quota parte em caso de integralizar parcelado, sendo incluído no art. 17, § 4º - O cooperado deve integralizar as quotas-partes à vista, de uma só vez, ou subscrevê-los em 100 (cem) prestações iguais, mensais e sucessivas, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) cada, independentemente de chamada, ou por meio de contribuições. Art. 18 - Cada cooperado obriga-se a subscrever, no mínimo, o valor correspondente a 3.000 (três mil) quotas-partes, equivalentes ao valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). 4.4 - Incluído no art. 31, sobre a representação do cooperado, ficando assim ".....sendo vedado a representação do cooperado mesmo que por meio de procuração legal". 4.5 - Inclusão no art. 31 § 3º sobre o prazo de validade das deliberações da assembleia: art. 31, § 3º - Prescreve em 4 (quatro) anos, a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação ou tomadas com violação da lei ou do estatuto, contado o prazo da data em que a Assembleia foi realizada. 4.6 - Alteração do art. 44, sobre a estrutura do conselho de administração, que antes era composto por sete membros para um mandato de 02(dois) anos, ficando assim : Art. 44 - O Conselho de Administração será composto por 3(três) membros, sendo Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro, todos os cooperados no gozo de seus direitos sociais, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes. Foi incluído nos artigos 47 ao 50 as atribuições do Conselho Administrativo. "Art. 47 - Cabem ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e deste estatuto, as seguintes atribuições: I - Propor à Assembleia Geral as políticas....." "..... XII - Substituir o Diretor Administrativo em suas ausências e impedimentos inferiores a 90(noventa) dias"; 4.7- Alteração no art. 46, onde o conselho de administração reunia-se uma vez por mês, passando para " Reúne-se ordinariamente uma vez a cada dois meses e extraordinariamente sempre que necessário...". 4.8- Art. 54 - onde o conselho fiscal reunia-se uma vez por mês, passando para " ... reúne-se ordinariamente uma vez a cada dois meses e extraordinariamente sempre que necessário...". 4.9



– Se fez necessário incluir no Art. 11 § 1º, requisito para eliminação do cooperado: IV – Deixar de participar de duas Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária consecutivas, sem aviso prévio por escrito dois dias uteis antes da assembleia. A presidente passou para o quinto item do edital, onde comunica a exclusão das cooperadas conforme estatuto social da cooperativa as Sras. Marileula de Lima Peres e Thais Manuela da Silva Freitas Chalub, sendo aceito por todos presentes. A Presidente passou a seguir ao último item do edital que trata de: **Outros assuntos:** Onde foi reforçado a todos sobre a cota parte, que será descontado o valor de R\$ 30,00 (trinta reais) até integralizar os R\$ 3000,00 (três mil reais) conforme está no estatuto social em vigor. Nada mais havendo a tratar, sendo todas as dúvidas elucidadas, eu Fernando Pereira da Silveira, que secretariei os trabalhos lavrei a presente ata, que lida e achada conforme foi aprovada por todos e vai assinada por mim, pelo presidente e por todos os demais presentes. Assim o Presidente deu por encerrada a Assembleia, agradecendo a todos.


Fernando Pereira da Silveira
Fernando Pereira da Silveira
Secretário Ad hoc.


12.922.132/0001-54
COOPERPARQUET
Joelma Brasil Lima
Presidente
Joelma Brasil Lima
Presidente



Reconheço por semelhança a assinatura indicada **JOELMA BRASIL LIMA**

Dou fé, Rio Branco-AC 29 de novembro de 2018, Total = 3,30
Selo AG884885-33 Consulta 8A70-DCA0-28EF-5456
Consulta a autenticação em www.seloacre.com.br

Em Teste

Anderson da Silva de Oliveira
Escritório Autorizado

Verdade.



Reconheço por semelhança a assinatura indicada **FERNANDO PEREIRA DA SILVEIRA**

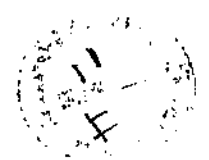
Dou fé, Rio Branco-AC 29 de novembro de 2018, Total = 3,30
Selo AG884889-36 Consulta E1EB-7114-57E2-D8E6
Consulta a autenticação em www.seloacre.com.br

Em Teste

Anderson da Silva de Oliveira
Escritório Autorizado

Verdade.





**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET -
COOPERPARQUET**

*Aprovado em Assembleia Geral
Extraordinária, realizada em 28 de
outubro de 2017.*

CAPÍTULO I

**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO E ANO
SOCIAL**

Art. 1º - Com a denominação de **Cooperativa de Trabalho Tropical Parquet - COOPERPARQUET**, constituída no dia 01 de setembro de 2010, inscrito no CNPJ: 12.922.132/0001-50, rege-se pelos valores e princípios do cooperativismo, sociedade simples, cooperativa de trabalho, sem fins lucrativos, que se regerá pelas disposições legais, em especial pelas leis nº 5.764/71 e nº 12.690/2012, pelas diretrizes da autogestão e por este estatuto, tendo:

- a) Sede administrativa na Rua São José, nº 59, bairro João I, no Município de Rio Branco-AC, CEP: 69.911- 448, foro jurídico na Comarca de Rio Branco - Acre;
- b) Área de ação, para fins de admissão de cooperados, abrangendo todos os municípios do Estado do Acre;
- c) Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A Cooperativa, baseada nos princípios e valores do Cooperativismo, tem por objetivo promover a união e a soma de recursos e esforços de seus cooperados, buscando proporcionar-lhes condições favoráveis ao exercício das suas atividades, tendo em vista a educação cooperativista, a equidade não só na repartição dos resultados, mas também na distribuição de serviços e o incremento de suas rendas e a melhoria de suas condições de vida e aperfeiçoamento profissional.

§ 1º - A cooperativa de acordo com os recursos disponíveis e prévia programação, podendo, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, conceber, planejar,

Dienifan Pinheiro Lima
OAB/AC 3828

1





desenvolver, produzir, executar, implantar, acompanhar e avaliar suas realizações, especialmente nas seguintes áreas:

- I. 8111-7/00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais;
- II. 8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios;
- III. 8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente;
- IV. 8299-7/99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente as empresas não especificadas anteriormente;
- V. 3329-5/01 - Serviços de montagem de móveis de qualquer material;
- VI. 3702-9/00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes;
- VII. 6209-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;
- VIII. 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;
- IX. 7830-2/00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros;
- X. 8130-3/00 - Atividades paisagísticas;
- XI. 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- XII. 8220-2/00 - Atividades de tele atendimento;
- XIII. 8599-6/03 - Treinamento em informática;
- XIV. 8800-6/00 - Serviços de assistência social sem alojamento;
- XV. 9601-7/01 - Lavanderias;
- XVI. 9700-5/00 - Serviços domésticos.

§ 2º - Para a consecução de seus objetivos sociais, a cooperativa, poderá:

- a) identificar e contratar serviços que beneficiem os sócios cooperados e propiciem atingir os objetivos estatutários;
- b) firmar contratos acordos, ajustes e convênios, em nome de seus sócios cooperados com entidades públicas ou privadas;
- c) fortalecer e atualizar permanentemente os sócios cooperados, por intermédio da disseminação de conhecimentos oriundos do ensino, pesquisas e trabalhos técnico-científico;
- d) fornecer assistência necessária aos sócios cooperados, para melhor execução dos trabalhos;
- e) organizar o trabalho de modo à bem aproveitar a capacidade dos sócios cooperados, distribuindo-os conforme suas aptidões, qualificações e interesses coletivos;

Emerson Costa Gomes
QAB/AC 3828

2



Junta Comercial do Estado do Acre

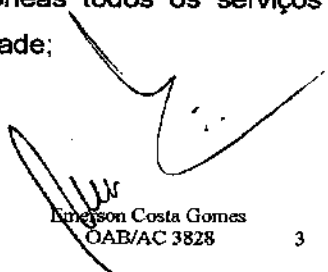
Certifico registro sob o nº 1021454 em 06/12/2018 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, Nire 12400001977 e protocolo 180166824 - 04/12/2018. Autenticação: 73D0CBAA2A296B2315B5FE4289266ECCB26043. Dienifan Pinheiro Lima - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 18/016.682-4 e o código de segurança 05To Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/12/2018 por Dienifan Pinheiro Lima – Secretária-Geral.

Dienifan Pinheiro Lima
DIENIFAN PINHEIRO LIMA
SECRETÁRIA GERAL

pág. 7/38



- f) difundir promover periodicamente entre os seus cooperados, as posturas, princípios e valores cooperativistas, bem como as obrigações, deveres e responsabilidades dos sócios cooperados para com a sua cooperativa;**
- g) criar comitês e/ou comissões de sócios cooperados para estimular à prática da auto-gestão, empreendedorismo e responsabilidade social;**
- h) promover assistência social e educacional aos sócios cooperados e respectivos familiares, utilizando-se o FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e social;**
- i) realizar cursos de capacitação profissional e educação cooperativista para os seus sócios cooperados e familiares;**
- j) proporcionar via convênios com empresas, centrais e/ou federações de cooperativas, sindicatos, universidades, prefeituras e outros órgãos, cursos, serviços e benefícios de interesses coletivo dos sócios cooperados;**
- k) promover com recursos próprios ou mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, cursos e palestras, para capacitação e aprimoramento técnico profissional dos sócios cooperados, tendo sempre em vista os princípios cooperativistas;**
- l) promover e estimular a congregação, a união, a compreensão e a colaboração recíproca entre seus sócios cooperados;**
- m) promover o bem-estar, a proteção e a integração dos seus sócios cooperados na sociedade;**
- n) captar novos sócios cooperados e manter cadastro atualizado de todos os seus sócios cooperados;**
- o) instalar escritórios de apoio, representações em qualquer local da sua área de ação e atuação;**
- p) adquirir e/ou locar bens necessários à realização das atividades produtivas da cooperativa;**
- q) manter infraestrutura administrativa e gerencial para apoio à atuação dos seus sócios cooperados, bem como arrecadar recursos para tal fim;**
- r) organizar e manter por si ou por intermédio de empresas idôneas todos os serviços administrativos, contábeis, fiscais e técnicos, necessárias à sua atividade;**


Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

3





§ 3º - Nos contratos, convênios e protocolos celebrados, a cooperativa, representará os sócios cooperados coletivamente, agindo como sua mandatária e dará quitação em nome do quadro associativo;

§ 4º - Os sócios cooperados realizarão as atividades da Cooperativa, em conformidade com este Estatuto e Regimento Interno;

§ 5º - a Cooperativa poderá estabelecer políticas de incentivo para os seus sócios cooperados ou agentes externos que contribuam para a sua consecução de seu objeto social;

§ 6º - São princípios do Cooperativismo, que passam a integrar o presente Estatuto como normas de conduta a serem permanentemente observadas no funcionamento da Cooperativa.

a) **Adesão Voluntária e Livre** – A Cooperativa é uma instituição aberta os quantos estejam capacitados civil e profissionalmente a utilizar os seus serviços e se comprometam a cumprir as suas obrigações como sócio, sem discriminação de sexo, social, racial, política ou religiosa.

b) **Gestão Democrática** – A Cooperativa é uma instituição administrada e monitorada pelo seu próprio quadro social que deve participar de forma efetiva na fixação de suas diretrizes e tomadas de decisão, ou seja, homens e mulheres sendo eleitos para os órgãos sociais, cada um tendo direito a apenas um voto.

c) **Participação Econômica do Sócio** – Os sócios devem participar, de forma equitativa, na formação do capital social, como condição para seu ingresso na entidade, com direito a uma remuneração módica sobre a parte integralizada, quando possível, destinando os excedentes ou sobras para o desenvolvimento e estabilidade econômico financeira da Cooperativa, retorno aos cooperantes proporcional às operações que cada um realiza com a Cooperativa e apoio a outras atividades ou projetos que forem aprovados pela Assembleia Geral.

d) **Autonomia e independência** – A cooperativa é uma instituição autônoma e independente, administrada e monitorada pelo seu próprio quadro social. Mesmo no caso de parcerias ou assinaturas de acordos com outras instituições, inclusive o Governo, ou levantamento de capitais de fontes externas, a cooperativa deve fazê-lo de forma a preservar a sua gestão democrática e a manutenção de sua autonomia.

e) **Educação, Formação e Divulgação** – É responsabilidade da Cooperativa promover a educação e capacitação de seus dirigentes, associados e funcionários, de maneira que eles possam contribuir, de forma efetiva, para o seu crescimento, modernização e desenvolvimento,

Ernesto Costa Gomes
DAB/AC 3828

4





assim como divulgar para a comunidade, especialmente os jovens e os líderes formadores de opinião, a natureza e os benefícios da mesma.

f) Intercooperação – Para que a cooperativa se tome mais efetiva na prestação de serviços aos seus cooperantes e contribua para o fortalecimento do sistema, deve ela integrar-se, social e economicamente, a outras cooperativas, da mesma categoria ou de categorias diferentes, nos níveis local, regional, nacional e internacional.

g) Interesse pela Comunidade – Além do seu papel natural de dar ênfase ao trabalho em busca de soluções para os problemas e aspirações do seu quadro social, é também dever da cooperativa se preocupar com o desenvolvimento sustentável da comunidade em que está inserida.

§ 7º - São valores do Cooperativismo, que também passam a integrar as regras de conduta a serem seguidas por quantos integram os quadros sociais, diretivos, executivos e funcionais da cooperativa.

a) Fidelidade – Os associados devem primar pela lealdade para com a Cooperativa, honrar os compromissos assumidos e obrigar-se a exercitar práticas de probidade, pontualidade, exatidão, veracidade e firmeza.

b) Ajuda Mútua – As pessoas devem ter em mente que, vivendo e atuando isoladamente, a sua capacidade empreendedora se torna limitada e que somente em associação e cooperação com outros é possível atingir sua satisfação e objetivos pessoais. E, ainda, através da ação conjunta e assunção de mútua responsabilidade que os indivíduos podem influir nas decisões governamentais e acessar com efetividade os mercados.

c) Democracia – A cooperativa é uma associação de pessoas que voluntariamente se reúnem para somar recursos e esforços para a solicitação de necessidades e aspirações comuns de natureza econômica, social e cultural. Na cooperativa as decisões são tomadas utilizando o princípio da maioria, cada sócio tendo direito a apenas um voto, qualquer que seja o número de quotas-partes do capital que possua ou o volume de seus negócios.

d) Igualdade – Na Cooperativa, o principal é o associado, que considerado individualmente, quer coletivamente. A sua valorização como ser humano é a principal característica diferenciadora entre a cooperativa e a empresa comum. Esta tem por base o capital financeiro e o lucro dele decorrente. Aquela tem o capital como instrumento de conquista do social através do econômico.


Dienifan Pinheiro Lima
OAB/AC 3828

5





- e) **Equidade** – Refere-se à forma como o associado deve ser tratado em termos de repartição dos resultados econômicos dentro da cooperativa. Significa dizer que a sua participação nesses resultados, positivos ou negativos, deve ser proporcional ao volume de negócios ou serviços realizados através da Cooperativa e que a remuneração do capital, em caso de sobras, deve também pautar-se por esse princípio de justiça.
- f) **Solidariedade** – A cooperativa deve ser entendida como algo mais do que uma simples associação de pessoas. Trata-se de uma coletividade na qual deve prevalecer o sentimento de um por todos e todos por um, válido tanto para o quadro social como para o quadro funcional. Deve ser entendido também pelos sócios que a Cooperativa é um empreendimento comum, resultado da soma de recursos e esforços de cada um e de todos na busca de objetivos que também são comuns.
- g) **Honestidade** – O sucesso da cooperativa, como empreendimento econômico e social, está também diretamente ligado ao valor ético da honestidade, que deve estar presente nos seus relacionamentos, quer internamente, com o seu quadro social e funcional, quer externamente com os não associados, ou clientes. A cooperativa deve ter compromisso especial também com a prática da honestidade nas suas relações negociais ou de mercado, por exemplo, com os pesos e medidas, qualidade dos produtos ou serviços, e preços.
- h) **Transparência** – Salvo naquilo que é objeto de proteção legal, assegurada a qualquer agente produtivo ou econômico, a cooperativa deve se deixar penetrar, em seus atos administrativos e operacionais, pelos olhares inquiridores de quem quer que seja, sobretudo, em relação ao seu quadro social. A este, como proprietários, reserva-se o direito inalienável de tudo ver e conhecer para que dúvida não haja que ponha em risco a sua credibilidade e confiança nos negócios.
- i) **Responsabilidade Social** – Ao ingressar na cooperativa, o associado assume tácita e legalmente um contrato com e perante os seus companheiros de, reciprocamente, contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem a ganância de lucro. Neste contexto, invoca-se também a valorização ética da solidariedade. Se há resultados econômicos líquidos positivos, estes são compartilhados na proporção da justa participação de cada um para gerá-los. Por outro lado, se não os há, cada um deve assumir, também de forma proporcional, o ônus do seu saneamento para que o empreendimento associativo caminhe na sua trajetória ascendente.
- j) **Preocupação com o Semelhante** – Evidentemente, de acordo com a sua capacidade e dimensão econômica financeira, a cooperativa deve preocupar-se com o social na comunidade em que está inserida, engajando-se em programas ou atividades que tenham

Elisavira Costa Gomes
CAB/AC 3828

6





como propósito melhorar as condições de vida humana seja no campo da educação, do esporte ou da saúde. O desenvolvimento econômico e social daqueles que integra a cooperativa e o desempenho desta, muito tem a ver com as condições da comunidade como um todo.

k) Preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa
– A cooperativa deve garantir aos seus sócios a efetiva obediência aos direitos sociais previstos na Constituição Federal e na legislação, preservando a livre iniciativa, sem perder de vista o valor social a que se destina o trabalho empreendido pelos cooperados.

l) Não precarização do trabalho – O trabalho deve ser desenvolvido de forma condigna, sem que a sua prestação desguarneça o cooperado de segurança e saúde do trabalho na forma da legislação.

m) Respeito às decisões das assembleias, observado o disposto na Lei nº 12.690/12
– Como órgão de deliberação máxima, a assembleia geral decidirá soberanamente, vinculando todos os cooperados ao quanto por ela deliberado, conforme disposto na lei que disciplina a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho.

§ 8º - A Cooperativa atuará sem discriminação política, racial, religiosa ou social e não visará lucro.

§ 9º - A relação do sócio cooperado com a cooperativa se dará, unicamente, pelo ato cooperativo, principal, auxiliar e acessório, não havendo com a cooperativa, em função desta relação, qualquer tipo de vínculo empregatício, conforme previsto na legislação vigente;

§ 10º - A Cooperativa poderá associar-se a outras cooperativas, centrais, federações ou confederações de cooperativas, ou ainda a outras sociedades civis, visando sempre à defesa econômica e social, o desenvolvimento harmônico e a consecução plena dos objetivos da cooperativa e do seu quadro social.

CAPÍTULO III DOS COOPERADOS

Seção I

Da Admissão, Deveres, Direitos e Responsabilidades

Art. 3º – Poderão associar-se à cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, quaisquer profissionais autônomos que se dediquem à atividade objeto


Emílio Costa Gomes
CAB/AC 3828

7





da entidade e preencham os pré-requisitos definidos no Regimento Interno, sem prejudicar os interesses da cooperativa, nem com eles colidir.

Parágrafo único - O número de cooperados não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 07 (sete) pessoas físicas.

Art. 4º - Para associar-se, o interessado preencherá a ficha de matrícula, com a assinatura dele e de mais dois cooperados, bem como a declaração de que optou livremente por associar-se, conforme normas constantes do Regimento Interno da cooperativa.

§1º - Caso o interessado seja membro de outra cooperativa, deverá apresentar carta de referências por ela expedida.

§ 2º - O interessado deverá frequentar, com aproveitamento, um curso básico de cooperativismo.

§ 3º - Concluído o curso, o Conselho de Administração analisará a proposta de admissão e, se for o caso, a deferirá, devendo então o interessado subscrever quotas-partes do capital, nos termos deste estatuto, e assinar o livro ou ficha de matrícula.

§ 4º - A subscrição das quotas-partes do Capital Social e a assinatura no livro ou ficha de matrícula complementam a sua admissão na cooperativa.

Art. 5º - Cumprido o que dispõe o art. 4º, o cooperado adquire todos os direitos e assume todos os deveres decorrentes da lei, deste estatuto, do código de ética, se houver, e das deliberações tomadas pela cooperativa.

Art. 6º - São direitos do cooperado:

- I) Participar das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;
- II) Propor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral medidas de interesse da cooperativa;
- III) votar e ser votado para membro do Conselho de Administração ou de fiscalização da sociedade ou outros, salvo se tiver estabelecido relação empregatícia com a cooperativa, caso em que só readquirirá tais direitos após a aprovação, pela Assembleia Geral, das contas do exercício em que tenha deixado o emprego;
- IV) solicitar o desligamento da cooperativa quando lhe convier, que não poderá ser negado;

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

8





- V) solicitar informações sobre seus débitos e créditos;**
- VI) solicitar informações sobre as atividades da cooperativa e, a partir da data de publicação do edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária, consultar os livros e peças do balanço geral, que devem estar à disposição do cooperado na sede da cooperativa;**
- VII) Retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;**
- VIII) Duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;**
- IX) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;**
- X) Repouso anual remunerado;**
- XI) Retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;**
- XII) adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas;**
- XIII) Seguro de acidente de trabalho.**

§ 1º - A fim de serem apreciadas pela Assembleia Geral, as propostas dos cooperados, referidas no inciso II deste artigo, deverão ser apresentadas ao Conselho de Administração com a antecedência mínima de um mês e constar ao respectivo edital de convocação.

§ 2º - As propostas subscritas por, pelo menos, 1/5 (um quinto) cooperados, serão obrigatoriamente levadas pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral e, não o sendo, poderão ser apresentadas diretamente pelos cooperados proponentes.

§ 3º - Não se aplica o disposto nos incisos IX e X deste artigo nos casos em que as operações entre o sócio e a cooperativa sejam eventuais, salvo decisão assemblear em contrário.

§ 4º - A Cooperativa buscará meios, inclusive mediante provisionamento de recursos, com base em critérios que devem ser aprovados em Assembleia Geral, para assegurar os direitos previstos nos incisos VII, IX, X, XI, XII e XIII do caput deste artigo e outros que a Assembleia Geral venha a instituir.

§ 5º - A Cooperativa deverá observar as normas de saúde e segurança do trabalho previstas na legislação em vigor e em atos normativos expedidos pelas autoridades competentes:

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

9



20
F

Art. 7º – São deveres dos cooperados:

- I -** Subscriver e integralizar as quotas-partes do capital nos termos deste estatuto e contribuir com as taxas de serviço e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- II -** Cumprir com as disposições da lei, do estatuto e, se houver, do código de ética, bem como respeitar as resoluções tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações das Assembleias Gerais;
- III -** Satisfazer pontualmente seus compromissos com a cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial;
- IV -** Realizar com a cooperativa as operações econômicas que constituam sua finalidade;
- V -** Prestar à cooperativa informação relacionada com as atividades que lhe facultaram se associar;
- VI -** Cobrir as perdas do exercício, quando houver, proporcionalmente às operações que realizou com a cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las;
- VII -** Prestar à cooperativa esclarecimentos sobre as suas atividades;
- VIII -** Levar ao conhecimento do Conselho de Ética, se houver, ou ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atente contra a lei, o estatuto e, se houver, e o código de ética;
- IX -** Zelar pelo patrimônio material e moral da cooperativa. Caso contrário o cooperado poderá ser afastado de seu posto ou até desligado da cooperativa, dependendo somente da decisão do conselho de administração.

Art. 8º – O cooperado responde subsidiariamente pelos compromissos da cooperativa até o valor do capital por ele subscrito e o montante das perdas que lhe couber.

Art. 9º – As obrigações dos cooperados falecidos, contraídas com a cooperativa, e as oriundas de sua responsabilidade como cooperado em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano do dia da abertura da sucessão.

§ 1º - Os herdeiros do cooperado falecido têm direito ao capital integralizado e demais créditos pertencentes ao "de cujus", assegurando-lhes o direito de ingresso na cooperativa, porém não de sucedê-lo.

Emerson Costa Gomes
QAB/AC 3828

10



21
F

§ 2º - É vedado à Cooperativa de Trabalho distribuir verbas de qualquer natureza entre os sócios, exceto a retirada devida em razão do exercício de sua atividade como sócio ou retribuição por conta de reembolso de despesas comprovadamente realizadas em proveito da Cooperativa.

Seção II

Do Desligamento, Eliminação e Exclusão

Art. 10 – O desligamento do cooperado dar-se-á a seu pedido, formalmente dirigido ao Conselho de Administração da cooperativa, e não poderá ser negado.

Art. 11 – A eliminação do cooperado, que será realizada em virtude de infração da lei das cooperativas, do código de ética ou deste estatuto, será feita pelo Conselho de Administração, após duas advertências por escrito ou, se houver código de ética, conforme Regimento Interno do Conselho de Ética da cooperativa.

§ 1º - O Conselho de Administração poderá eliminar o cooperado que:

- I - Mantiver qualquer atividade que conflite com os objetivos sociais da cooperativa;
- II - Deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas na cooperativa;
- III - Deixar de realizar, com a cooperativa, as operações que constituem seu objetivo social.
- IV – Deixar de participar de duas assembleias gerais consecutivas, sejam elas ordinárias e extraordinárias, sem aviso prévio por escrito, que deverá ser encaminhado no prazo máximo de dois dias úteis antes da realização da assembleia.

§ 2º - Cópia autêntica da decisão será remetida ao cooperado, por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

§ 3º - O cooperado poderá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, a interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembleia Geral, caso o Regimento do Conselho de Ética não definir outros procedimentos.

Art. 12 – A exclusão do cooperado será feita:

- I) por dissolução da pessoa jurídica;
- II) por morte da pessoa física;
- III) por incapacidade civil não suprida;

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

11



22
F

IV) por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa.

Art. 13 – O ato de exclusão do cooperado, nos termos do inciso "IV" do artigo anterior será efetivado por decisão do Conselho de Administração, mediante termo firmado pelo Diretor Presidente no documento de matrícula, com os motivos que o determinaram e remessa de comunicação ao interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, por processo que comprove as datas de remessa e recebimento.

Art. 14 – Em qualquer caso de desligamento, eliminação ou exclusão, o cooperado só terá direito à restituição do capital que integralizou devidamente corrigido, das sobras e de outros créditos que lhe tiverem sido registrados, não lhe cabendo nenhum outro direito.

§ 1º - A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigida depois de aprovado, pela Assembleia Geral, o Balanço do exercício em que o cooperado tenha sido desligado da cooperativa.

§ 2º - O Conselho de Administração da cooperativa poderá determinar que a restituição desse capital seja feita em até 10 (dez) parcelas, a partir do exercício financeiro que se seguir ao em que se deu o desligamento.


§ 3º - No caso de morte do cooperado, a restituição de que trata o parágrafo anterior será efetuada aos herdeiros legais em uma só parcela, mediante a apresentação do respectivo formal de partilha ou alvará judicial, em caso de haver, comprovadamente, mais de um herdeiro.

§ 4º - Ocorrendo desligamentos, eliminações ou exclusões de cooperados em número tal que as restituições das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da cooperativa, esta poderá restituí-las mediante critérios que resguarдем a sua continuidade.

§ 5º - Quando a devolução do capital ocorrer de forma parcelada deverá manter o mesmo valor de compra a partir da Assembleia Geral Ordinária que aprovar o Balanço.

§ 6º - No caso de readmissão do cooperado, este integralizará à vista e atualizado o capital correspondente ao valor atualizado da cooperativa por ocasião do seu desligamento.

Art. 15 – Os atos de desligamento, eliminação ou exclusão acarretam o vencimento e pronta exigibilidade das dívidas do cooperado na cooperativa, sobre cuja liquidação caberá ao Conselho de Administração decidir.


Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

12





Art. 16 – Os direitos e deveres de cooperados eliminados ou excluídos perduram até a data da Assembleia Geral que aprovar o balanço de contas do exercício em que ocorreu o desligamento.

CAPÍTULO IV

DO CAPITAL

Art. 17 – O capital da cooperativa, representado por quotas partes, não terá limite quanto ao máximo e variará conforme o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

§ 1º - O capital é subdividido em quotas-partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

§ 2º - A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados, não podendo ser negociado de modo algum, nem dada em garantia, e sua subscrição, integralização, transferência ou restituição será sempre escriturada no livro ou ficha de matrícula.

§ 3º - A transferência de quotas-partes entre cooperados, total ou parcial, será escriturada no livro de matrícula mediante termo que conterá as assinaturas do cedente, do cessionário e do Diretor Presidente da cooperativa.

§ 4º - O cooperado deve integralizar as quotas-partes à vista, de uma só vez, ou subscrevê-los em 100 (cem) prestações iguais, mensais e sucessivas, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) cada, independentemente de chamada, ou por meio de contribuições.

§ 5º - Para efeito de integralização de quotas-partes ou de aumento do capital social, poderá a cooperativa receber bens, avaliados previamente e após homologação da Assembleia Geral.

§ 6º - Para efeito de admissão de novos cooperados ou novas subscrições, a Assembleia Geral atualizará anualmente, com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes com direito a voto, o valor da quota-parte, consoante proposição do Conselho de Administração, respeitados os índices de desvalorização da moeda publicados por entidade oficial do Governo.

§ 7º - Nos ajustes periódicos de contas com os cooperados, a cooperativa pode incluir parcelas destinadas à integralização de quotas-partes do capital.

§ 8º - A cooperativa poderá distribuir juros de até 12% (doze por cento) ao ano, que são contados sobre a parte integralizada do capital, se houver sobras.

Art. 18 - Cada cooperado obriga-se a subscrever, no mínimo, o valor correspondente a 3.000 (três mil) quotas-partes, equivalentes ao valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Emmanuel Costa Gomes
OAB/AC 3828

13





CAPÍTULO V

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Seção I

Definição e Funcionamento

Art. 19 – A Assembleia Geral Ordinária, Extraordinária ou Especial é o órgão supremo da cooperativa, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 20 – A Assembleia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Diretor Presidente.

§ 1º - Poderá também ser convocada por outros membros do Conselho Administrativo, pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 2º - Não poderá votar na Assembleia Geral o cooperado que tenha sido admitido após a convocação ou infringir qualquer disposição do Artigo. 7º deste estatuto.

Art. 21 – Em quaisquer das hipóteses, referidas no artigo anterior, as Assembleias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, com o horário definido para as três convocações, sendo de uma hora o intervalo entre elas.

Art. 22 – O quórum para instalação da Assembleia Geral é o seguinte:

I) 2/3 (dois terços) do número de cooperados em condições de votar, em primeira convocação;

II) metade mais um dos cooperados, em segunda convocação;

III) 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, em terceira convocação, exigida a presença de, no mínimo, 4 (quatro) sócios caso a cooperativa possua até 19 (dezenove) sócios.

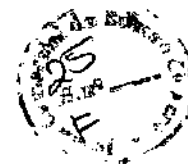
§1º - Para efeito de verificação do quórum de que trata este artigo, o número de cooperados presentes, em cada convocação, será contado por suas assinaturas, seguidas do respectivo número de matrícula, apostas no Livro ou Lista de Presença.

§ 2º - Constatada a existência de quórum no horário estabelecido no edital de convocação, o Diretor Presidente instalará a Assembleia e, tendo encerrado o Livro de Presença mediante termo que contenha a declaração do número de cooperados presentes, da hora do


Dienifan Costa Gomes
OAB/AC 3828

14





encerramento e da convocação correspondente, fará transcrever estes dados para a respectiva ata.

Art. 23 – Não havendo quórum para instalação da Assembleia Geral, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos.

Parágrafo único - Se ainda assim não houver quórum para a sua instalação, será admitida a intenção de dissolver a cooperativa.

Art. 24 – Dos editais de convocação das Assembleias Gerais deverão constar:

I) A denominação da cooperativa e o número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, seguidas da expressão: Convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;

II) O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será o da sede social;

III) A sequência ordinal das convocações;

IV) A Ordem do Dia dos trabalhos, com as devidas especificações;

V) O número de cooperados existentes na data de sua expedição para efeito do cálculo do quórum de instalação;

VI) Data e assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º - No caso da convocação ser feita por cooperados, o edital será assinado, no mínimo, por 5 (cinco) signatários do documento que a solicitou.

§ 2º - A notificação dos sócios para participação das assembleias será pessoal e ocorrerá com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização.

§ 3º - Na impossibilidade de notificação pessoal, a notificação dar-se-á por via postal, respeitada a antecedência prevista no caput deste artigo.

§ 4º - Na impossibilidade de realização das notificações pessoal e postal, os sócios serão notificados mediante edital afixado na sede e em outros locais previstos nos estatutos e publicado em jornal de grande circulação na região da sede da cooperativa ou na região onde ela exerça suas atividades, respeitada a antecedência prevista no caput deste artigo.

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

15



26
F

Art. 25 – É da competência das Assembleias Gerais, Ordinárias, Extraordinárias ou Especiais a destituição dos membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.

Parágrafo único - Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da cooperativa, poderá a Assembleia Geral designar administradores e conselheiros fiscais provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se realizará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 26 – Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo Diretor Presidente, auxiliado por um Secretário "ad hoc", sendo por também convidados os ocupantes de cargos sociais a participarem da mesa.

§ 1º - Na ausência do Diretor Administrativo e de seu substituto, o Diretor Presidente convidará outro cooperado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata;

§ 2º - Quando a Assembleia Geral não tiver sido convocada pelo Diretor Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um cooperado, escolhido na ocasião, e secretariado por outro, convidado por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 27 – Os ocupantes de cargos sociais, como quaisquer outros cooperados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

Art. 28 – Nas Assembleias Gerais em que for discutida a prestação de contas, o Diretor Presidente da cooperativa, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um cooperado para coordenar os debates e a votação da matéria.

§ 1º - Transmitida à direção dos trabalhos, o Diretor Presidente e demais conselheiros de administração e fiscal, deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembleia Geral para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º - O coordenador indicado escolherá entre os cooperados, um Secretário "ad hoc" para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo secretário da Assembleia Geral.

Art. 29 – As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre assuntos constantes do edital de convocação e os que com eles tiverem imediata relação.

Emerson Costa Gomes
QAB/AC 3828

16





§ 1º - Os assuntos que não constarem expressamente do edital de convocação e os que não satisfizerem as limitações deste artigo, somente poderão ser discutidos após esgotada a Ordem do Dia, sendo que sua votação, se a matéria for considerada objeto de decisão, será obrigatoriamente assunto para nova Assembleia Geral.

§ 2º - Para a votação de qualquer assunto na assembleia deve-se averiguar os votos a favor, depois os votos contra e por fim as abstenções. Caso o número de abstenções seja superior a 50% (cinquenta por cento) dos presentes, o assunto deve ser melhor esclarecido antes de submetê-lo à nova votação ou ser retirado da pauta, quando não é do interesse do quadro social.

Art. 30 – O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos administradores e fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) cooperados designados pela Assembleia Geral.

Art. 31 – As deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos cooperados presentes com direito de votar, tendo cada cooperado direito a 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes. Sendo vedada a representação do cooperado mesmo que por meio de procuração legal.

§ 1º - Em regra, a votação será aberta, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.

§ 2º - Caso o voto seja aberto, deve-se averiguar os votos a favor, os votos contra e as abstenções.

§ 3º - Prescreve em 4 (quatro) anos, a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da lei ou do estatuto, contado o prazo da data em que a Assembleia foi realizada.


Seção II

Das Reuniões Preparatórias

(Pré-Assembleias)

Art. 32 – Antecedendo a realização das Assembleias Gerais, a cooperativa fará reuniões preparatórias de esclarecimento, nos núcleos de cooperados, de todos os assuntos a serem votados.

Parágrafo único - As reuniões preparatórias não têm poder decisório.


Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

17





Art. 33 – As reuniões preparatórias serão convocadas pelo Conselho de Administração, com antecedência mínima de cinco dias, através de ampla divulgação, informando as datas e os locais de sua realização.

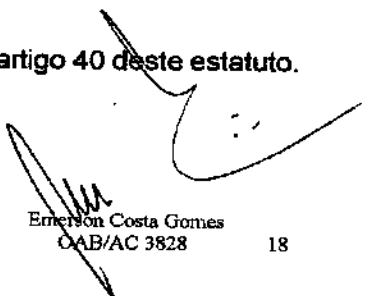
Art. 34 – Deverá constar na Ordem do Dia do edital de convocação da assembleia um item específico para a apresentação do resultado das reuniões preparatórias.

Seção III

Da Assembleia Geral Ordinária

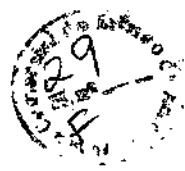
Art. 35 - A Assembleia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da Ordem do Dia:

- I) resultado das pré-assembleias (reuniões preparatórias);
- II) prestação de contas dos Órgãos de Administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a) Relatório da Gestão;
 - b) Balanço Geral;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas, ou das perdas, e Parecer do Conselho Fiscal;
 - d) Plano de atividade da cooperativa para o exercício seguinte.
 - e) Destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios;
 - f) Criação de novos conselhos, como o Conselho de Ética, definindo-lhes as funções para melhorar o funcionamento da cooperativa;
 - g) Eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de outros conselhos, quando for o caso;
 - h) Fixação dos honorários, gratificações e valor da cédula de presença para os componentes do Conselho e Administração e do Conselho Fiscal;
 - i) quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 40 deste estatuto.


Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

18





§ 1º - Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens "b" e "e" deste artigo.

§ 2º - A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração não desonera seus componentes da responsabilidade por erro, dolo, fraude ou simulação, bem como por infração da lei ou deste estatuto.

Seção IV

Da Assembleia Geral Extraordinária

Art. 36 – A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação.

Parágrafo único - É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I) reforma do estatuto;
- II) fusão, incorporação ou desmembramento;
- III) mudança de objetivo da sociedade;
- IV) dissolução voluntária e nomeação de liquidantes;
- V) contas do liquidante.

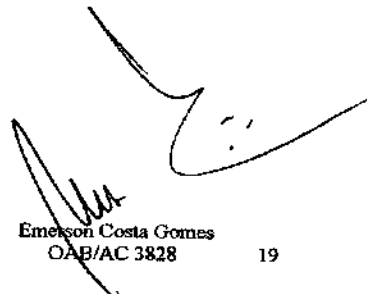
Parágrafo único - São necessários votos de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes para tomar válidas as deliberações de que trata este artigo.

Seção V

Da Assembleia Geral Especial

Art. 37 – Além da realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para deliberar nos termos dos e sobre os assuntos previstos na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e no Estatuto Social, a Cooperativa deverá realizar anualmente, no mínimo, mais uma Assembleia Geral Especial para deliberar, entre outros assuntos especificados no edital de convocação, sobre:

- I) Gestão da cooperativa;
- II) Disciplina, direitos e deveres dos sócios;


Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

19



30
F

III) Planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados e organização do trabalho.

Parágrafo único - A Assembleia Geral Especial de que trata este artigo deverá ser realizada no segundo semestre do ano.

Seção VI

Do Processo Eleitoral

Art. 38 – Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, com a antecedência, pelo menos, idêntica ao respectivo prazo da convocação, criará um Comitê Especial composto de três membros, todos não candidatos a cargos eletivos na cooperativa, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e, se houver, de Ética, sendo que o período do mandato para os membros do Conselho de Administração será de 04 (quatro) anos.

Art. 39 – No exercício de suas funções, compete ao comitê especialmente:

I - Certificar-se dos prazos de vencimentos dos mandatos dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes;

II - Divulgar entre os cooperados, através de circulares e/ou outros meios adequados, o número e a natureza das vagas a preencher;

III - Solicitar os candidatos a cargo eletivo que apresentem certidão negativa em matéria cível e criminal e de protestos dos cartórios das Comarcas em que tenham residido nos últimos cinco anos, bem como certidão do registro de imóveis que possuam;

IV - Registrar os nomes dos candidatos, pela ordem de inscrição, verificando se está no gozo de seus direitos sociais e se foi observado o disposto no § 3º do art. 4º deste estatuto;

V - Verificar, por ocasião da inscrição, se existe candidatos sujeitos as incompatibilidades previstas no artigo 45 e no § 1º do artigo 54 deste estatuto, fazendo com que assinem declaração negativa a respeito;

VI - Organizar fichas contendo o currículo dos candidatos, das quais constem, além da individualização e dados profissionais, as suas experiências e práticas cooperativistas, sua atuação e tempo de cooperado na cooperativa e outros elementos que os distingam;

VII - Divulgar o nome e currículo de cada candidato, inclusive tempo em que está associado à cooperativa, para conhecimento dos cooperados;

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

20



38
F

VIII - Realizar consultas e promover atendimentos para a composição de chapas ou unificação de candidaturas, se for o caso;

IX - Estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formuladas por cooperados no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidades nas eleições, encaminhando suas conclusões ao Conselho de Administração, para que ele tome as providências legais cabíveis.

§ 1º - O Comitê fixará prazo para a inscrição de candidatos de modo que possam ser conhecidos e divulgados os nomes, 5 (cinco) dias antes da data da Assembleia Geral que vai proceder às eleições.

§ 2º - Não se apresentando candidatos ou sendo o seu número insuficiente, caberá ao Comitê proceder à seleção entre interessados que atendam às condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades aqui previstas.

Art. 40 – O Diretor Presidente da Assembleia Geral suspenderá o trabalho desta para que o Coordenador do Comitê dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§ 1º - O transcurso das eleições e os nomes dos eleitos constarão da ata da Assembleia Geral.

§ 2º - Os eleitos para suprirem a vacância nos Conselhos de Administração ou Fiscal exercerão os cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores.

§ 3º - A posse ocorrerá sempre na Assembleia Geral em que se realizarem as eleições, depois de encerrada a Ordem do Dia.

Art. 41 – Não se efetivando nas épocas devidas a eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos dos mandatos dos administradores e fiscais em exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário até que se efetive a sucessão, nunca além de 90 (noventa) dias.

Art. 42 – São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados à pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

CAPÍTULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I

Do Conselho de Administração

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

21





Art. 43 – O Conselho de Administração é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo de sua competência privativa e exclusiva a responsabilidade pela decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da cooperativa ou de seus cooperados, nos termos da lei, deste estatuto e de recomendações da Assembleia Geral.

Art. 44 – O Conselho de Administração será composto por 3(três) membros, sendo Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro, todos os cooperados no gozo de seus direitos sociais, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Art. 45 - Não podem fazer parte do Conselho de Administração, além dos inelegíveis enumerados nos casos referidos no artigo 42 deste Estatuto, os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, nem os que tenham exercido, nos últimos seis meses, cargo público eletivo.

§ 1º - Nos impedimentos, por prazos inferiores a 90 (noventa) dias, o Diretor Presidente será substituído por um dos diretores.

§ 2º - Se o número de membros do Conselho de Administração ficar reduzido a menos da metade de seus membros deverá ser convocada Assembleia Geral para o preenchimento das vagas.

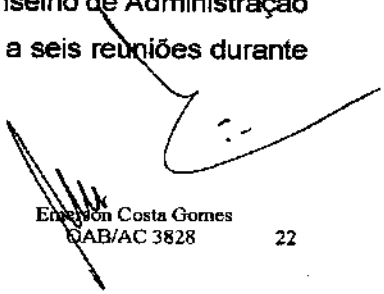
Art. 46 – O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

I) reúne-se ordinariamente uma vez a cada dois meses e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Diretor Presidente, da maioria do próprio Conselho, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

II) delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples de votos dos presentes, reservado ao Diretor Presidente o voto de desempate;

III) as deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no fim dos trabalhos pelos membros do Conselho presentes.

Parágrafo único - Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho de Administração que, sem justificativa, faltar a três reuniões ordinárias consecutivas ou a seis reuniões durante o ano.


Emerson Costa Gomes
DAB/AC 3828

22





Art. 47 – Cabem ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e deste estatuto, as seguintes atribuições:

- I** - Propor à Assembleia Geral as políticas e metas para orientação geral das atividades da cooperativa, apresentando programas de trabalho e orçamento, além de sugerir as medidas a serem tomadas;
- II** - Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- III** - estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços, bem como a sua viabilidade;
- IV** - Estabelecer as normas para funcionamento da cooperativa;
- V** - Elaborar, juntamente com lideranças do quadro social, Regimento Interno para a organização do quadro social;
- VI** - Estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições de lei, deste estatuto, ou das regras de relacionamento com a entidade que venham a ser estabelecidas;
- VII** - deliberar sobre a admissão, desligamento, eliminação e exclusão de cooperados e suas implicações, bem como sobre a aplicação ou elevação de multas;
- VIII** - deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral e estabelecer sua Ordem do Dia, considerando as propostas dos cooperados nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 6º;
- IX** - Estabelecer a estrutura operacional da administração executiva dos negócios, criando cargos e atribuindo funções, e fixando normas para a admissão e demissão dos empregados;
- X** - Fixar as normas disciplinares;
- XI** - julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares;
- XII** - avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulam dinheiro ou valores da cooperativa;
- XIII** - fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para a sua cobertura;
- XIV** - contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria, conforme disposto no artigo 112, da Lei nº 5.764/71;

Emilson Costa Gomes
OAB/AC 3828

23





XV - Indicar banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósitos de numerário, e fixar limite máximo que poderá ser mantido no caixa da cooperativa;

XVI - estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente, no mínimo, o estado econômico-financeiro da cooperativa e o desenvolvimento das operações e serviços, através de balancetes e demonstrativos específicos;

XVII - adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização da Assembleia Geral;

XVIII - contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;

XIX - fixar anualmente taxas destinadas a cobrir depreciação ou desgaste dos valores que compõem o ativo permanente da entidade;

XX - Zelar pelo cumprimento da legislação do Cooperativismo e outras aplicáveis, bem como pelo atendimento da legislação trabalhista perante seus empregados, e fiscal.

§ 1º - O Diretor Presidente providenciará para que os demais membros do Conselho de Administração recebam, com a antecedência mínima de 03 (três) dias, cópias dos balancetes e demonstrativos, planos e projetos e outros documentos sobre os quais tenham que pronunciar-se, sendo-lhes facultado, ainda anteriormente à reunião correspondente, inquirir empregados ou cooperados, pesquisar documentos, a fim de dirimir as dúvidas eventualmente existentes.

§ 2º - O Conselho de Administração solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento de quaisquer funcionários graduados para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer deles apresente, previamente, projetos sobre questões específicas.

§ 3º - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de Resoluções, Regulamentos ou Instruções que, em seu conjunto, constituirão o Regimento Interno da cooperativa.

Art. 48 – Ao Diretor Presidente competem, entre outros definidos em Regimento Interno, os seguintes poderes e atribuições:

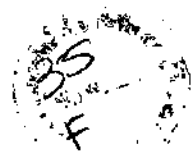
I - Dirigir e supervisionar todas as atividades da cooperativa;

II - Baixar os atos de execução das decisões do Conselho de Administração;

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

24





III - assinar, juntamente com o Diretor Administrativo e/ou Diretor Financeiro, cheques, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;

IV - Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como as Assembleias Gerais dos cooperados;

V - Apresentar à Assembleia Geral Ordinária:

a) Relatório da Gestão;

b) Balanço Geral

c) Demonstrativo das Sobras apuradas ou das Perdas verificadas no exercício e o Parecer do Conselho Fiscal.

VI - Representar ativa e passivamente a cooperativa, em juízo e fora dele;

VII - representar os cooperados, como solidário com os financiamentos efetuados por intermédio da cooperativa, realizados nas limitações da lei e deste estatuto;

VIII - elaborar o plano anual de atividades da cooperativa;

IX - Verificar periodicamente o saldo de caixa;

X - Acompanhar, juntamente com a Administração, as finanças da Cooperativa.

Art. 49 – Compete ao Diretor Administrativo, entre outras, definidas em regimento interno, as seguintes atribuições:

I - Responsabilizar-se na ausência do presidente pelo setor de projetos na elaboração e acompanhamento dos mesmos de acordo com as demandas vindos das bases objetivando a formação de recursos humanos nas áreas de administração, contabilidade, jurídicas e técnica dentro da organização, com o objetivo de fortalecer os demais membros.

II - Secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, responsabilizando-se pela guarda de livros, documentos e arquivos pertinentes;

III - Assinar, juntamente com o Diretor Presidente ou com o Diretor Financeiro, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, bem como cheques bancários.


Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

25





IV - Coordenar e fazer executar todos os serviços técnicos da cooperativa, dentro das diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração;

V - Participar da seleção das contratações técnicas que se fizerem necessárias;

VI - Estabelecer critérios de metodologia de pesquisa de mercado para melhor prestação de serviços aos cooperados;

VII - Coordenar a captação de serviços que a sociedade estiver recebendo de associados, acompanhando-os em todas as fases de produção;

VII - Promover o controle de qualidade dos serviços prestados pela Cooperativa.

VIII- Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos inferiores a 90(noventa) dias;

Art. 50 – Ao Diretor Financeiro competem, entre outras, definidas em regimento interno, as seguintes atribuições:

I - Executar tarefas delegadas pelo Presidente;

II - Assinar juntamente com o Diretor Presidente ou com o Diretor Administrativo, cheques e outros papéis que importem em movimentação financeira;

III - Manter assessores, quando necessário, para auxiliá-lo nas tarefas de sua responsabilidade;

IV - Delegar tarefas aos seus assessores;

V - Ter exclusivamente, sob sua guarda, responsabilidade e manuseio, os documentos relativos à tesouraria e os valores da Cooperativa;

VI - Organizar, dirigir e responsabilizar-se por todos os serviços da Tesouraria;

VII - Manter em caixa no máximo a importância necessária às despesas imediatas, mantendo todo o numerário excedente em estabelecimento de crédito;

VIII - Arrecadar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia os registros da Instituição.

IX - Efetuar todos os recebimentos e pagamentos da Cooperativa, mediante aprovação do Conselho de Administração;


Emílio Costa Gomes
OAB/AC 3828

26





X - Apresentar ao Conselho Fiscal, balancetes mensais e o balanço anual, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;

XI - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados.

XII - Substituir o Diretor Administrativo em suas ausências e impedimentos inferiores a 90(noventa) dias;

Art. 51 – Aos administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão ou se agiram com culpa, dolo ou má fé.

§ 1º - A cooperativa responderá pelos atos a que se refere este artigo, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

§ 2º - Os que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade pode ser declarado pessoalmente responsável pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 3º - O membro do Conselho de Administração que, em qualquer momento referente a essa operação, tiver interesse oposto ao da cooperativa, não poderá participar das deliberações relacionadas com essa operação, cumprindo-lhe declarar seu impedimento.

§ 4º - Aos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

§ 5º - Sem prejuízo da ação que possa caber a qualquer cooperado, a cooperativa, por seus dirigentes, ou representada por cooperados escolhidos em Assembleia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover a sua responsabilidade.

§ 6º – Poderá o Conselho de Administração criar comitês especiais, transitórios ou não, para estudar, planejar e coordenar a solução de questões específicas, relativas ao funcionamento da cooperativa.

Seção II

Do Comitê Técnico

Art. 52 – O Comitê Técnico é órgão auxiliar da administração e seus membros integrarão o Conselho de Administração da Cooperativa tendo poderes para:

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

27





- I) fixar regras técnicas de atuação dos cooperados;
- II) controlar a produção, especialmente nos aspectos qualitativos;
- III) cuidar dos programas de treinamento e de capacitação dos associados.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 53 – Os negócios e atividades da cooperativa serão fiscalizados assidua e minuciosamente por um Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) membros efetivos, todos cooperados, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no parágrafo único do artigo 44 deste estatuto, os parentes dos Conselheiros de Administração até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º - Os cooperados não podem exercer cumulativamente cargos nos Conselhos de Administração, Fiscal e, se houver, de Ética.

Art. 54 – O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada dois meses, e extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação mínima de 02 (dois) dos seus membros.

§ 1º - Em sua primeira reunião, os conselheiros escolherão, entre si, um secretário para a lavratura de atas e um coordenador, este incumbido de convocar e dirigir as reuniões.

§ 2º - As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

§ 3º - Na ausência do Coordenador será escolhido um substituto, na ocasião, para dirigir os trabalhos.

§ 4º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos de cada reunião, por 03 (três) conselheiros presentes, indicados pela Assembleia Geral.

Art. 55 – Ocorrendo vaga no Conselho Fiscal ou no Conselho de Ética, o Conselho de Administração determinará a convocação da Assembleia Geral para eleger substitutos.

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

28



Art. 56 – Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da cooperativa, examinando livros, contas e documentos, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- I** - Conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, inclusive, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- II** - Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da cooperativa;
- III** - examinar se o montante das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;
- IV** - Verificar se as operações realizadas e serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às conveniências econômico-financeiras da cooperativa;
- V** - Certificar-se se o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- VI** - Averiguar se existe reclamações dos cooperados quanto aos serviços prestados;
- VII** - inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- VIII** - averiguar se há problemas com empregados;
- IX** - Certificar-se se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas e quanto aos órgãos do Cooperativismo;
- X** - Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância das regras próprias;
- XI** - examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes para a Assembleia Geral;
- XII** - dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este e à Assembleia Geral as irregularidades constatadas e convocar Assembleia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes;
- XIII** - convocar Assembleia Geral, quando houver motivos graves e o Conselho de Administração se negar a convocá-las;

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

29



40
F

XIV - conduzir o processo eleitoral, coordenando os trabalhos de eleição, proclamação e posse dos eleitos, fiscalizando também o cumprimento do estatuto, Regimento Interno, Resoluções, Decisões de Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

§ 1º - Para o desempenho de suas funções, terá o Conselho Fiscal acesso a quaisquer livros, contas e documentos, a empregados, a cooperados e outros, independente de autorização prévia do Conselho de Administração.

§ 2º - Poderá o Conselho Fiscal ainda, com anuência do Conselho de Administração e com autorização da Assembleia Geral, contratar o necessário assessoramento técnico especializado, correndo as despesas por conta da cooperativa.

CAPÍTULO VI

DOS LIVROS E DA CONTABILIDADE

Art. 57 – A cooperativa deverá, além de outros, manter os seguintes livros:

I - Com termos de abertura e encerramento subscritos pelo Diretor Presidente:

- a) Matrícula;
- b) presença de cooperados nas Assembleias Gerais;
- c) atas das Assembleias;
- d) atas do Conselho de Administração;
- e) atas do Conselho Fiscal.

II - Autenticados pela autoridade competente:

- a) Livros fiscais; e,
- b) Livros contábeis.

Parágrafo único - É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas, devidamente numeradas.

Art. 58 – No Livro de Matrícula os cooperados serão inscritos por ordem cronológica de admissão dele constando:

I - O nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência dos cooperados;

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

30





II - A data de sua admissão, e quando for o caso, de seu desligamento, eliminação ou exclusão;

III - a conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social;

IV - Assinatura de duas testemunhas.

Art. 59 – A escrituração contábil, a movimentação financeira e, assim como a elaboração de balancetes e a prestação de constas da Cooperativa obedecem aos princípios fundamentais, de contabilidade e às normas brasileiras de contabilidade, e especialmente a Resolução Nº 1.013/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

CAPÍTULO IX

DO BALANÇO GERAL, DISPENDIOS, SOBRAS, PERDAS E FUNDOS

Art. 60 – A apuração dos resultados do exercício social e o levantamento do balanço geral serão realizados no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Art. 61 – Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços, pelo confronto dos respectivos ingressos com os dispêndios diretos e indiretos.

§ 1º - Os dispêndios administrativos serão rateados na proporção das operações, sendo os respectivos montantes computados nas apurações referidas neste artigo.

§ 2º - Os resultados positivos, apurados por setor de atividade, nos termos deste artigo, serão distribuídos da seguinte forma (no mínimo):

I - 10% (dez por cento) ao Fundo de Reserva, também chamada de Reserva Legal; e,

II - 5% (cinco por cento) ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES.

§ 3º - Além do Fundo de Reserva e FATES, a Assembleia poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação aplicação e liquidação.

§ 4º - As sobras líquidas apuradas no exercício depois de deduzidas as taxas para os Fundos indivisíveis, serão rateadas entre os associados, em partes diretamente proporcionais aos serviços usufruídos da cooperativa, no período, salvo deliberação diversa da Assembleia Geral.

§ 5º - Os resultados negativos serão rateados entre os cooperados, na proporção das operações de cada um realizado com a cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-los.

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

31





Art. 62 – O Fundo de Reserva destina-se a reparar as perdas do exercício e atender ao desenvolvimento das atividades, revertendo em seu favor, além da taxa de 10% (dez por cento) das sobras:

- I - Os créditos não reclamados pelos cooperados, decorridos 05 (cinco) anos; e,
- II - Os auxílios e doações sem destinação especial.

Art. 63 – O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destina-se à prestação de serviços aos cooperados e seus familiares, assim como aos empregados da própria cooperativa, podendo ser prestados mediante convênio com entidades especializadas.

§ 1º - Ficando sem utilização mais de 50% (cinquenta por cento) dos recursos anuais deste fundo, durante dois anos consecutivos, será procedida a revisão dos planos de aplicação, devendo a Assembleia Geral seguinte ser informada e fazer as recomendações necessárias ao cumprimento das finalidades objetivadas.

§ 2º - Revertem em favor do FATES, ainda, as rendas eventuais de qualquer natureza, resultantes de operações ou atividades nas quais as cooperados não tenham tido intervenção.

CAPÍTULO X

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 64 – A cooperativa se dissolverá de pleno direito:

- I - Quando assim deliberar a Assembleia Geral, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes, com direito a voto;
- II - devido a alteração de sua forma jurídica;
- III - pela redução do número de cooperados a menos de sete ou do capital Social mínimo, se até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não superior a 6 (seis) meses, esses quantitativos não forem restabelecidos e assim deliberar a Assembleia;
- IV - Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias, sem motivos justificáveis.

Art. 65 – Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, esta nomeará um ou mais liquidantes e um Conselho Fiscal de 03 (três) membros para proceder à liquidação.

§ 1º - A Assembleia Geral, nos limites de suas atribuições, pode, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando seus substitutos;

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

32





§ 2º - O liquidante deve proceder à liquidação de conformidade com os dispositivos da Legislação Cooperativista.

Art. 66 – Quando a dissolução da cooperativa não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas nos artigos 64 e 65, essa medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer cooperado.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 67 – Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, mediante deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 68 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os princípios doutrinários e os dispositivos legais, pela Assembleia Geral; convocada especialmente para esta finalidade.

12.922.132/0001-50
COOPERPARQUET
Joelma Brasil Lima
Presidente
3º OFÍCIO
Joelma Brasil Lima
Presidente

3º TABELIONATO DE NOTAS E 3º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE
RIO BRANCO - AC
Av. Ceará Nº 3007, Bairro: 7º Bloco - Rio Branco - AC (CEP: 69.214-104) (FONE: 2102-5445) (E-MAIL: TABELIONATO@TABELIONATO.COM.BR)

Reconheço por semelhança a assinatura indicada JOELMA BRASIL LIMA

Dou 16, Rio Branco-AC 29 de novembro de 2014, Total = 3,30
Selo AG684688-31 Consulta D62B-D9C4-6B70-B3E3
Consulta a autenticação em www.seloacre.com.br
Em Teste Verdade

Anderson da Silva de Oliveira
Escritório Autorizado

TABELIONATO
3º DE NOTAS

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 1021454
EM 06/12/2018.

COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET

Protocolo: 18/016.682-4

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

Emerson Costa Gomes
OAB/AC 3828

33



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1021454 em 06/12/2018 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, Nire 12400001977 e protocolo 180166824 - 04/12/2018. Autenticação: 73D0CBAA2A296B2315B5FE4289266ECCB26043. Dienifan Pinheiro Lima - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 18/016.682-4 e o código de segurança 05To Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/12/2018 por Dienifan Pinheiro Lima – Secretária-Geral.

Dienifan Pinheiro Lima
DIENIFAN PINHEIRO LIMA
SECRETÁRIA GERAL

pág. 38/38



COOPERATIVA TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

REGIMENTO FUNDOS INSTITUÍDOS DA COOPERPARQUET

Os fundos de uma cooperativa são reservas de capital, constituídas com a contribuição de todos os associados, que visam garantir o desenvolvimento das atividades da cooperativa e conceder aos cooperados alguns benefícios extras, uma vez que segundo a legislação atual, não há vínculo empregatício entre a cooperativa e os cooperados e nem entre estes e os tomadores de seus serviços.

A lei 5.764/71 nos mostra que há dois tipos de fundos, obrigatórios e os sociais, pelos quais são *fundo de reservas e fundo de assistência técnica educacional e social*. Os fundos sociais são opcionais e podem ser criados de acordo com o desejo dos cooperados e com as condições da Cooperativa.

A Cooperativa Tropical Parquet, tem como um de seus princípios a educação, formação e informação, que atribui às cooperativas a função de promover a educação e a formação dos cooperados e seus empregados, bem como o desenvolvimento da Cooperativa.

A Cooperativa deve ter sempre um quadro social claro, com boas estruturas com relação às atividades econômicas desenvolvidas, para que se tenha bom êxito de seus serviços e produtos.

CAPÍTULO

DOS FUNDOS OBRIGATÓRIOS

Art. 1. A Tropical Parquet, criou o fundo de reserva que é constituído de 10%, destina-se a reparar as perdas do exercício, atendendo ao desenvolvimento das atividades, revertendo em seu favor.

- Os créditos não reclamados pelos cooperados, decorridos cinco anos;
- Os auxílios sem destinação especial.

Fundo de Assistência Técnica, educacional e social destinado à prestação de assistência aos empregados, seus familiares e, quando previsto no estatuto, aos

Cooperativa Tropical Parquet Cooperparquet – TRAVESSA MARIA AMELIA Nº21, João Eduardo II CEP: 69.904-160.

CNPJ: 12.922.132.0001-50/CONTATO: 99885113/ 99104806

Renato Marcel F. da Silva
OAB / AC Nº 4241

COOPERPARQUET
CNPJ: 12.922.132.0001-50



COOPERATIVA TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

empregados da Cooperativa, constituído de 5% pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício destinado a prestação de assistência investimento capacitação e atualização técnica, promoção de cursos, seminários e congressos aos associados e seus familiares e aos empregados da cooperativa.

Art.2. As sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas dos percentuais para destinação dos fundos indivisíveis serão rateadas entre associados, em partes diretamente proporcionais aos serviços usufruídos da cooperativa, no período, salvo deliberação diversa da AGO (Assembleia Geral).

Os resultados negativos serão rateados entre os cooperados, na propoção das operações de cada um realizadas com a cooperativa, se o fundo de reserva não for suficiente para cobri-los.

- A utilização dos fundos obrigatórios depende da decisão da assembleia geral, após comprovada necessidade.
- O FATES não pode em hipótese alguma ser aplicado em fins diversos de sua destinação legal;
- Todos os recursos provenientes dos fundos obrigatórios, quando utilizados conforme acima estabelecidos, terão sua prestação de contas autônoma.

CAPÍTULO II DOS FUNDOS SOCIAIS

Art.1 Os fundos sociais poderão ser criados conforme o surgimento das necessidades e segundo as condições econômicas da Cooperativa. Qualquer cooperado que propor ao conselho diretor ou a Assembleia, a criação de um destes fundos, desde que o faça conforme estabelecido.

Do Fundo Descanso Anual Remunerado –DAR

Art.2. Fundo Descanso Anual Remunerado – FDAR, formado por 8,3% mais 2,7%, totalizando 11% (onze) por cento, sobre o ganho mensal líquido do cooperado, destina - se a formação de um montante, tendo por finalidade o descanso de trinta dias do mesmo, na qual a data, fica a combinar com administração da Cooperativa.

Cooperativa Tropical Parquet Cooperparquet – TRAVESSA MARIA AMELIA Nº21, João Eduardo II CEP: 69.904-160.

CNPJ: 12.922.132.0001-50/CONTATO: 99885113/ 99104806

Renato Marcel R. da Silveira
OAB / AC Nº 4241

COOPERPARQUET
CNPJ: 12.922.132.0001-50



COOPERATIVA TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

PARAGRAFO ÚNICO: O cooperado pode desenvolver trabalhos extras para formação deste fundo, ou, em caso de contratação da cooperativa por meio de licitação pública, este valor poderá ser incluído na planilha de custos equivalentes ao Descanso Anual Remunerado – DAR.

DO FUNDO AUXÍLIO NATAL

ART.3. Fundo de Auxílio Natal – FAN, é constituído pelo recolhimento mensal de 8,3%, proporcional a produção de cada cooperado de acordo com a função desempenhada e os meses trabalhados no ano, sendo repassado na conta bancária de cada cooperado.

ART.4. A Cooperativa deixa livre ao cooperado optar, pelo recolhimento mensal diluído em sua produção, ou anual em seu total.

É de responsabilidade da Cooperativa no ato da sua contratação, a formação do FAN, portanto, podendo eventualmente, a mesma incluí-lo na planilha de custos dos serviços contratados.

Sempre que necessário, o FAN será criado independente da manutenção de outros fundos sociais.

Doações ou rendimentos provenientes da contratação de serviços poderão ser depositados para a formação do FAN, a critério da administração.

ART. 5. A critério do Conselho Diretor, aprovados pela Assembléia Geral, outros fundos podem ser constituídos.

O conselho de Administração, desta cooperativa, se incumbirá de zelar e cumprir a aplicação deste regimento. Pois a mesma, só será capaz de desempenhar o seu papel e promover o desenvolvimento econômico e da Justiça Social, apresentando um modelo social, comprometido com os ideais do cooperativismo e expandindo atividade econômica. Portanto, sendo de grande importância e adequada utilização dos fundos da Cooperativa.

Este Regimento dos Fundos Cooperativos, foi aprovado no dia 20 de Novembro de 2012, em Assembléia Geral Extraordinária.

Rio Branco Acre, 20 de Novembro de 2012.


12.922.132/0001-50
COOPERPARQUET
Joelma Brasil Lima
Presidente

Cooperativa Tropical Parquet Cooperparquet – TRAVESSA MARIA AMELIA Nº21, João Eduardo II CEP: 69.904-160.

CNPJ: 12.922.132.0001-50/CONTATO: 99885113/ 99104806


Renato Marcel F. da Silveira
OAB / AC Nº 4241









COOPERATIVA TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA COOPERATIVA TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DOZE.

Aos vinte dias do mês novembro de dois mil e doze, às dez horas e quinze minutos, em terceira e última convocação. Com presença de vinte e seis cooperados, número o suficiente para iniciar os trabalhos. Reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os cooperados da Cooperativa TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET, para deliberarem sobre o assunto constante no "Edital de Convocação" a seguir descrito e cuja convocação foi realizada de acordo com o Estatuto Social. Na abertura da Assembleia, assumiu os trabalhos a Sra. Joelma Brasil Lima – Presidente, que convidou os demais membros do Conselho de Administração para fazerem parte da mesa. Também foi convidada a mim, Sinara Ingrid Dias de França, para lavrar a seguinte Ata. A Presidente convidou todos os cooperados (as) para a leitura das pautas, onde consta a seguinte ordem do dia: A) Votação de composição de preços da planilha de custo para as licitações, no que se refere a valores de produção, tributos, encargos sociais e afins, de acordo com cada contrato; B) Aprovação de aquisição de bens para a Cooperativa; C) Orientação aos cooperados de como proceder nos contratos, comportamento diante dos funcionários; D) Bom uso do material de limpeza e EP'IS; E) Ajuda de Custo para Transporte. F) Criação e Aprovação dos Fundos Instituídos. A) Para poder ganhar a nossa fatia no mercado, percebemos a necessidade de nos organizarmos de modo a nos tornarmos competitivos. Para isso necessitamos tomar novas medidas para garantir mais cooperados ativos, e garantir renda a mais pessoas. A partir de então, decidiu-se que a cada contrato conquistado, chamar ia-se os cooperados interessados em lotar tal posto, e decidir em conjunto a produção a ser repassado a cada um estipulando um valor x e distribuindo entre eles de comum acordo e variando conforme o posto de serviço e a função a ser desenvolvida. Após discutirmos e explanarmos a todos os presentes essa situação foi votado e decidido que, a produção do cooperado a partir de novos contratos ganhos ficaria inicialmente no valor de R\$ 678,09 (seiscentos e setenta e oito reais e nove centavos) ou de acordo com a planilha que o órgão contratante estiver oferecendo podendo ser reajustado de acordo com a Tabela FIP sempre que for renovado o contrato. B) Durante os trabalhos e a produtividade da Cooperativa, percebeu-se que se fazia necessário à aquisição de alguns bens para a mesma, no que se refere a materiais como impressoras, computadores, entre outros que seriam de suma importância para o bom andamento dos trabalhos desenvolvidos, após votado, ficou aprovado que a Diretoria terá autonomia para adquirir qualquer bem para a Cooperativa, desde que seja para uso coletivo e para suprir e garantir a qualidade dos serviços prestados como um todo. C) Também foi orientado ao cooperado que, possa adotar um comportamento prestativo e solícito diante dos funcionários de cada posto, seguindo as orientações estipuladas em ata e no edital, adotando sempre uma postura cooperativista. D) Os cooperados também receberam orientações quanto ao bom uso do material de limpeza e uso dos EP'IS, bem como o cuidado que cada um tem que ter para se resguardar e manter sua saúde ilesa de qualquer

Cooperativa Tropical Parquet Cooperparquet – TRAVESSA MARIA AMELIA Nº21, João Eduardo II CEP: 69.904-160.

CNPJ: 12.922.132.0001-50/CONTATO: 99885113/ 99104806

COOPERPARQUET
CNPJ: 12.922.132/0001-50



COOPERATIVA TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

dano pelo mau uso ou o não uso dos mesmos, bem como o cuidado com material de limpeza e sua durabilidade. E) Portanto, foi votado e decidido em assembleia que o cooperado receberia uma quantidade em espécie a mais em sua produção e o mesmo poderia utiliza-la livremente para aquisição de uma bicicleta ou para o abastecimento de combustível em seu veículo, baseado no valor da passagem de ônibus vigente, sofrendo reajuste sempre que os mesmos reunissem-se em assembleia e decidissem usando sempre os mesmos critérios F) Após breve discussão, viu-se a necessidade de criar um Regimento dos fundos restituídos, assegurando ao cooperado a garantia do desenvolvimento das atividades da mesma e concedendo aos cooperados alguns benefícios extras, uma vez que segundo a legislação atual, não há vínculo empregatício entre a Cooperativa e os cooperados e nem entre estes e os tomadores de seus serviços. Como ninguém mais quis fazer uso da palavra a Presidente Joelma Brasil Lima, agradeceu o comparecimento de todos os associados presentes e deu por encerrada a Assembleia, e eu Sinara Ingrid Dias de França, lavro esta ata e dou por encerrada esta Assembleia solicitando que fosse assinada por todos os presentes.

Rio Branco – Acre, 20 de Novembro de 2012.

Sinara I. dias de França

Secretária da Assembleia

Joelma Brasil Lima

Presidente da Cooperativa

12.922.132/0001-50
COOPERPARQUET
Joelma Brasil Lima
Presidente



COOPERATIVA TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

Lista de presença de Assembléia Geral Extraordinária

Venina Lima Brasil de Lima Venina Lima Brasil de Lima
Raimundo Brasil de Lima _____
João Rodrigues João Rodrigues
Sinara Ingrid Dias de Franca Sinara Ingrid Dias de Franca
Antonio Chistian Brasil de Souza Antonio Chistian Brasil de Souza
Raimundo Barbosa de Queiroz Raimundo Barbosa de Queiroz
Maria de Nazaré Rodrigues da Silva M. de Nazaré R. Silva
Joelma Brasil Lima Joelma Brasil Lima
Gabriela da S. Ramos Gabriela da S. Ramos
Marileula de Lima Peres _____
Thais Manuela da Silva Freitas _____
Jefferson Antonio da S. Ramos Jefferson
Welington Pereira de Andrade _____
Romário Sena de Lima Romário Sena de Lima
Maria Luzia Brasil Maria Luzia Pereira Brasil

TROPICAL
PARQUET

Edital de Convocação

Assembleia Geral Extraordinária - AGE

A DIRETORA PRESIDENTE DA COOPERATIVA TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto Social, publicado e aprovado em assembleia geral extraordinária de 17 de agosto de 2013, **considerando** os trabalhos em geral e outros assuntos relacionados ao expediente, vem **CONVOCAR** os cooperados abaixo relacionados (anexo I) para a **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** e **RESOLVER**:

• *Assuntos:*

ESCLARECIMENTOS SOBRE O AUXILIO COMBUSTIVEL PARA CADA ÓRGÃO
MUDANÇA DE CONTA DO COOPERADO
D.A.R (DESCANSO ANUAL REMUNERADO) - NEGOCIAÇÃO
ALTERAÇÃO NO ESTATUTO SOCIAL
DUAS FALTAS CONSECUTIVAS EM ASSEMBLÉIAS GERAIS SEM AVISO PRÉVIO POR ESCRITO DOIS DIAS ÚTEIS ANTES, ACARRETARÁ EM ELIMINAÇÃO DO COOPERADO

Este Edital entrará em vigor a partir de sua publicação e comunicado tomado por ciência dos cooperados que deverão comparecer no endereço:

Igreja Santa Luzia – FUNDOS ANEXO

Rua Santa Maria nº 438 – João Eduardo I (ao lado da Escola Marilda Gouveia)

Data: 28/10/2017 às 09 horas

Rio Branco, Acre.

CEP: 69.911-438

Rio Branco Acre, 10 de outubro 2017.



JOELMA BRASIL LIMA
Diretora Presidente



GABRIELA DA SILVA RAMOS
Diretora Financeira

CNPJ: 12.922.132\0001-50


ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA – AGE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Nº 02/2016

A Presidente em exercício Joelma Brasil Lima, da Cooperativa Tropical Parquet - Cooperparquet, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Estatuto em vigor, convoca todos os cooperados para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na Sede da Cooperativa, localizada na Rua Santa Maria, 438 CEP: 69.904-160 em Rio Branco-Acre, no próximo dia 23/07/2016, às 08:00 horas em primeira convocação com 2/3 dos cooperados, às 09:00h horas em segunda convocação com metade dos mais um dos cooperados e às 10:00h em terceira e última convocação com o mínimo de 1/5 dos cooperados, para tratar da seguintes pautas:

- 1- Definição de Quadro Social (inclusão, desligamento, e exclusão de sócios);
- 2- Alteração da Atividade Principal da Cooperativa;
- 3- Reajuste na produção do cooperado com base no realinhamento de cada contrato;
- 4- Aquisição de novo contrato;
- 5- Demonstração do Calendário Anual de Férias de acordo com cada órgão,
- 6- Outros Assuntos.

Rio Branco-Acre, 08 de Julho de 2016.



Joelma Brasil Lima
DIRETORA PRESIDENTE
DA COOPERPARQUET

RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE SERVIÇOS TROPICAL PARQUET -
COOPERPARQUET - CNPJ Nº 12.922.132/0001-50. NIRE: 12400001977

A Diretora Presidente da **COOPERPARQUET**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias torna público e divulga a presente ERRATA ao edital de convocação da AGO DIGITAL, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
COOPERATIVA DE SERVIÇOS TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET - CNPJ
Nº 12.922.132/0001-50. NIRE: 12400001977

A Diretora Presidente da **COOPERPARQUET**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca todos os 45 (quarenta e cinco) sócios cooperados para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no endereço na Igreja Santa Luzia (Fundos Anexos), localizado Rua Santa Maria nº 438 - João Eduardo I, por falta de espaço na sede da cooperativa, no dia **26 de junho de 2021**, instalando-se em primeira convocação às 08 horas, na presença de 2/3 (dois terços) dos mesmos sócios; em segunda convocação, às 09 horas, se presentes ao menos metade mais 1 (um) dos sócios cooperados e, em terceira e última convocação as 10 horas, com no mínimo 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, conforme previsto no art. 22, III, do Estatuto Social, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - **Prestação de contas do exercício de 2020, compreendendo:** a) relatório da gestão; b) balanço do exercício de 2020; c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade; d) parecer do Conselho Fiscal; 2 - Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas; 3 - Eleição dos membros do Conselho de Administração, 4 - Eleição dos membros do Conselho Fiscal, 5 - Fixação do valor dos honorários dos membros do Conselho de Administração; 6 - Deliberação sobre as faixas de remuneração, 7 - Ratificação do mandato da diretoria 8 - Multas e gastos imprevistos suportados pela Cooperativa no exercício, 9 - Plano de atividades da Cooperativa; 10 - Assuntos Gerais sem deliberação. Rio Branco, Acre, 16 de junho de 2021.

LEIA-SE:



LISTA DE PRESENÇA

Lista de presença da Assembleia Geral Ordinária de 2022 no dia 26 de março de 2022, às 08:00 horas realizada no Plenário Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas, Av. Ceará, 2994, 7 BEC – em Rio Branco – Acre, para tratarmos de assuntos citados abaixo.

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021, COMPREENDENDO:

- a. RELATÓRIO DA GESTÃO;
- b. BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 2021;
- c. DEMONSTRATIVO DAS SOBRAS APURADAS OU DAS PERDAS DA SOCIEDADE;
- d. PARECER DO CONSELHO FISCAL

2. DESTINAÇÃO DAS SOBRAS APURADAS OU RATEIO DAS PERDAS

3. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

4. FIXAÇÃO DOS VALORES DO PRÓ-LABORE E CÉDULA DE PRESENÇA DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

5. DELIBERAÇÃO SOBRE AS FAIXAS DE REMUNERAÇÃO

6. PLANO DE ATIVIDADES DA COOPERATIVA

7. ASSUNTOS GERAIS SEM DELIBERAÇÃO

REGISTRO DE PRESENÇA

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
1	ADEIZA MORAES GOMES	1167026-6	Adeiza Moraes Gomes
2	ADRIANE NOGUEIRA LAZZARETTI	10015620	Adriane Nogueira Lazzaretti
3	ALAN DE OLIVEIRA LESSA	1101353-2	Alan de Oliveira Lessa
4	ANDRESSA FARIAS DE LIMA	1215104-1	Andressa Farias de Lima
5	ANDRESSA FERREIRA DE ARAUJO	1189051-7	Andressa Ferreira de Araújo
6	ANTONIO CHISTIAN BRASIL DE SOUZA	1004079-0	Antonio Christian Brasil de Souza
7	CARLOS ALBERTO LIMA PINHEIRO	16997	Carlos Alberto Lima Pinheiro
8	CLEIDIANA DOS SANTOS OLIVEIRA SOUZA	336097	
9	CRISTIANA SILVA FERREIRA	345642	Cristiana Silva Ferreira



COOPERATIVA TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

10	DANIELA DA SILVA LIMA	1031007-0	Daniela da Silva Lima
11	ELIANE DE LIMA COSTA	41119	Eliane de Lima Costa
12	EMILAYNE SILVA DO NASCIMENTO	1211493-6	Emilayne Silva do Nascimento
13	FRANCISCA DAS CHAGAS SAMPAIO BEZERRA	208068	Francisca Sampaio Bezerra
14	FRANK DA SILVA CARVALHO	10638776	Frank da S. Carvalho
15	GABRIELA DA SILVA RAMOS	317899	
16	GLENDA NOGUEIRA ORTIZ FEITOZA	11871474	Glenda Nogueira Ortiz Feitoza
17	ISRAEL DA SILVA PINHEIRO	387977	Israel da Silva Pinheiro
18	JOELMA BRASIL LIMA	311255	Joelma Brasil Lima
19	JOICE KEILA BRASIL MORAES	1220600-8	Joice Keila Brasil Moraes
20	JORGENIRA CRAVEIRO VIEIRA	210433	Jorgenira Craveiro Vieira
21	LUCAS SOUSA DE LIMA	1193243-0	Lucas S. de Lima
22	LUCIANA LIMA DO NASCIMENTO	367609	
23	LUCINEIA SOUSA DA SILVA	299218	Lucineia Sousa da Silva
24	MAGNUM WISLEY DE SOUZA BEZERRA	10851585	Magnum Wisley de Souza Bezerra
25	MANOEL DE JESUS ALVES BARBOSA	176085	Manoel de Jesus Alves Barbosa
26	MARCIA CRISTINA DA COSTA MARCOS	3262236	Marcia C. C. Marcos
27	MARIA AMANDA MORAIS DE LIMA	1025307-6	Amanda morais
28	MARIA DE NAZARÉ RODRIGUES DA SILVA	459455	Maria de Nazaré R. da Silva
29	MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS	157421	Maria do Socorro dos Santos
30	MARIA FRANCISCA SILVA DA COSTA GOMES	1008946-2	Maria Francisca Silva da Costa gomes
31	MARIA JOSE FERREIRA GOMES	043.962-A	Maria José Ferreira Gomes
32	MARIA JOSE SILVA DA COSTA	1193144-2	Maria José Silva da Costa
33	MARIA LÚZIA PEREIRA BRASIL	1075199-8	
34	MILLYAN BRHENDA LOPES DE SOUZA	1112384-2	
35	RAIMUNDA MARIA DA SILVA	3767828	Raimunda ma da Silva
36	RAIMUNDO BARBOSA DE QUEIROZ	23827	Raimundo Barbosa de Queiroz
37	ROSIANE DA SILVA MOURA	1035100-0	Rosiane da Silva de Moura
38	SAMARA SOUZA DE FREITAS	1114832-2	
39	SILVANA DOS SANTOS DA SILVA	1044946-9	Silvana dos Santos da Silva



COOPERATIVA TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

40	THIAGO DA SILVA VALE	1153445-1	Thiago da Silva Vale
41	VALCILENE FILGUEIRAS DA SILVA	346272	Valcilene Filgueiras da Silva
42	VALERIA DE LIMA	11400137	Valéria de Lima
43	VANUSA DE ARAÚJO ALENCAR	389230	
44	VENINA LIMA BRASIL DE LIMA	1090515-4	Venina Lima Brasil de Lima

Lista de presença da Assembleia Geral Especial da Cooperativa de Trabalho Tropical Parquet – COOPERPARQUET, realizada no dia 19 de novembro de 2022 às 08:00 horas, na Igreja Santa Luzia (Fundos Anexos), localizado Rua Santa Maria nº 438 – João Eduardo I, na Cidade de Rio Branco – Acre.

REGISTRO DE PRESENÇA

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
1	ADEIZA MORAES GOMES	1167026-6	Adeiza Moraes Gomes
2	ADRIANE NOGUEIRA LAZZARETTI	10015620	Adriane N. Lazzaretti
3	ALAN DE OLIVEIRA LESSA	1101353-2	Alan de Oliveira Lessa
4	ANDRESSA FARIAS DE LIMA	1215104-1	Andressa Farias de Lima
5	ANDRESSA FERREIRA DE ARAUJO	1189051-7	Andressa Ferreira de Araujo
6	ANTONIO CHISTIAN BRASIL DE SOUZA	1004079-0	Antonio Chistian Brasil de Souza
7	CARLOS ALBERTO LIMA PINHEIRO	16997	Carlos Alberto L. Pinheiro
8	CLEIDIANA DOS SANTOS OLIVEIRA SOUZA	336097	Cleidiana dos Santos Oliveira Souza
9	DANIELA DA SILVA LIMA	1031007-0	Daniela da Silva Lima
10	ELIANE DE LIMA COSTA	41119	Eliane de Lima Costa
11	EMILAYNE SILVA DO NASCIMENTO	1211493-6	Emilayne Silva do Nascimento
12	FRANCISCA DAS CHAGAS SAMPAIO BEZERRA	208068	
13	FRANK DA SILVA CARVALHO	10638776	Frank da S. Carvalho
14	GABRIELA DA SILVA RAMOS	317899	Gabriela da S. Ramos
15	GLENDA NOGUEIRA ORTIZ FEITOZA	11871474	Glenda Ortiz Feitoza
16	ISRAEL DA SILVA PINHEIRO	387977	Israel da Silva Pinheiro
17	JENNIFER CAROLINE JUCÁ CARVALHO	1339347-2	Jennifer Caroline Jucá Carvalho
18	JOELMA BRASIL LIMA	311255	Joelma Brasil Lima
19	JOICE KEILA BRASIL MORAES	1220600-8	Joice Keila Brasil Moraes
20	JORGENIRA CRAVEIRO VIEIRA	210433	Jorgenira Craveiro Vieira
21	KARINE BATISTA DA SILVA	13203630	Karine Batista da Silva
22	LAYLA PINTO SALES	1249708-8	Layla Pinto Sales
23	LIVANDA LIMA DE QUEIROZ	1080662-8	

24	LUCAS SOUSA DE LIMA	1193243-0	Lucas S. de Lima
25	LUCIANA LIMA DO NASCIMENTO	367609	Luciana Lima do Nascimento
26	LUCINEIA SOUSA DA SILVA	299218	Lucineia Sousa da Silva
27	MAGNUM WISLEY DE SOUZA BEZERRA	10851585	Magnum Wisley de Souza Bezerra
28	MANOEL DE JESUS ALVES BARBOSA	176085	Manoel de Jesus Alves Barbosa
29	MARCIA CRISTINA DA COSTA MARCOS	3262236	Marcia C.C. Marcos
30	MARIA AMANDA MORAIS DE LIMA	1025307-6	Amanda Moraes
31	MARIA DE NAZARÉ RODRIGUES DA SILVA	459455	Maria de Nazaré R.S.
32	MARIA FRANCISCA SILVA DA COSTA GOMES	1008946-2	Maria Francisca Silva da Costa Gomes
33	MARIA JOSE FERREIRA GOMES	043.962-A	Maria Jose Ferreira Gomes
34	MARIA JOSE SILVA DA COSTA	1193144-2	Maria Jose Silva da Costa
35	MILLYAN BRHENDA LOPES DE SOUZA	1112384-2	Millyan Brhenda Lopes de Souza
36	RAIMUNDA MARIA DA SILVA	3767828	Raimunda Maria da Silva
37	RAIMUNDO BARBOSA DE QUEIROZ	23827	Raimundo Barbosa de Queiroz
38	ROSANGELA DE MIRANDA MARTINS GALDINO	139499	Rosangela de M.M. G.
39	ROSIANE DA SILVA MOURA	1035100-0	Rosiane da Silva Moura
40	SILVANA DOS SANTOS DA SILVA	1044946-9	Silvana dos Santos da Silva
41	THIAGO DA SILVA VALE	1153445-1	Thiago da Silva Vale
42	VALCILENE FILGUEIRAS DA SILVA	346272	Valcilene Filgueiras Silva
43	VALERIA DE LIMA	11400137	Valeria de Lima
44	VENINA LIMA BRASIL DE LIMA	1090515-4	Venina Lima Brasil de Lima


LISTA DE PRESENÇA

Lista de presença da Assembleia Geral Especial de 2021 no dia 18 de dezembro, às 08:00 horas realizada a Igreja Santa Luzia (Fundos Anexos), localizado Rua Santa Maria nº 438 – João Eduardo I, na Cidade de Rio Branco - Acre

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
1	ADEIZA MORAES GOMES	1167026-6	Adeiza Moraes Gomes
2	ADRIANE NOGUEIRA LAZZARETTI	10015620	Adriane N. Lazzaretti
3	ALAN DE OLIVEIRA LESSA	1101353-2	Alan de Oliveira Lessa
4	ANDRESSA FARIAS DE LIMA	1215104-1	Andressa Farias de Lima
5	ANDRESSA FERREIRA DE ARAUJO	1189051-7	Andressa Ferreira de Araujo
6	ANTONIO CHISTIAN BRASIL DE SOUZA	1004079-0	Antonio Chistian Brasil de Souza
7	CARLOS ALBERTO LIMA PINHEIRO	16997	Carlos Alberto Lima Pinheiro
8	CLEIDIANA DOS SANTOS OLIVEIRA SOUZA	336097	Cleidiana dos Santos Oliveira Souza
9	CRISTIANA SILVA FERREIRA	345642	
10	DANIELA DA SILVA LIMA	1031007-0	Daniela da Silva Lima
11	ELIANE DE LIMA COSTA	41119	Eliane de Lima Costa
12	EMILAYNE SILVA DO NASCIMENTO	1211493-6	Emilayne Silva do Nascimento
13	FRANCISCA DAS CHAGAS SAMPAIO BEZERRA	208068	
14	FRANK DA SILVA CARVALHO	10638776	Frank da S. Carvalho
15	GABRIELA DA SILVA RAMOS	317899	Gabriela da S. Ramos
16	GLENDA NOGUEIRA ORTIZ FEITOZA	11871474	Glenda Nogueira Ortiz Feitoza
17	ISRAEL DA SILVA PINHEIRO	387977	Israel da Silva Pinheiro
18	JOELMA BRASIL LIMA	311255	Joelma Brasil Lima
19	JOICE KEILA BRASIL MORAES	1220600-8	Joice Keila Brasil Moraes
20	JORGENIRA CRAVEIRO VIEIRA	210433	Jorgenira Craveiro Vieira
21	LUCAS SOUSA DE LIMA	1193243-0	Lucas S. de Lima
22	LUCIANA LIMA DO NASCIMENTO	367609	Luciana Lima do Nascimento
23	LUCINEIA SOUSA DA SILVA	299218	Lucineia Sousa da Silva
24	MAGNUM WISLEY DE SOUZA BEZERRA	10851585	Magnum Wisley de Souza Bezerra

COOPERATIVA TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

25	MANOEL DE JESUS ALVES BARBOSA	176085	<i>Manoel de Jesus Alves Barbosa</i>
26	MARCIA CRISTINA DA COSTA MARCOS	3262236	<i>Marcia C.C. Marcos</i>
27	MARIA AMANDA MORAIS DE LIMA	1025307-6	<i>Amanda Morais</i>
28	MARIA DE NAZARÉ RODRIGUES DA SILVA	459455	<i>Maria de Nazaré R. da Silva</i>
29	MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS	157421	
30	MARIA FRANCISCA SILVA DA COSTA GOMES	1008946-2	<i>Maria Francisca Silva da Costa Gomes</i>
31	MARIA JOSE FERREIRA GOMES	043.962-A	<i>Maria Jose Ferreira Gomes</i>
32	MARIA JOSE SILVA DA COSTA	1193144-2	<i>Maria Jose Silva da Costa</i>
33	MARIA LÚZIA PEREIRA BRASIL	1075199-8	
34	MILLYAN BRHENDA LOPES DE SOUZA	1112384-2	<i>Millyan Brhenda L. de Souza</i>
35	RAIMUNDA MARIA DA SILVA	3767828	<i>Raimunda m. da Silva</i>
36	RAIMUNDO BARBOSA DE QUEIROZ	23827	<i>Raimundo Barbosa de Queiroz</i>
38	ROSANGELA DE MIRANDA MARTINS GALDINO	139499	<i>Rosangela de M.M.B.</i>
37	ROSIANE DA SILVA MOURA	1035100-0	<i>Rosiane da Silva de Moura</i>
39	SILVANA DOS SANTOS DA SILVA	1044946-9	<i>Silvana dos Santos da Silva</i>
40	THIAGO DA SILVA VALE	1153445-1	<i>Thiago da Silva Vale</i>
41	VALCILENE FILGUEIRAS DA SILVA	346272	<i>Valcilene Filgueiras da Silva</i>
42	VALERIA DE LIMA	11400137	<i>Valeria de Lima</i>
43	VANUSA DE ARAÚJO ALENCAR	389230	
44	VENINA LIMA BRASIL DE LIMA	1090515-4	<i>Venina Lima Brasil de Lima</i>

 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado da Fazenda do Acre</p>			<p>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</p>		
<p>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">12400001977</p>		<p>Código da Natureza Jurídica</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2143</p>		<p>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</p>	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Acre

Nome: COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET


(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS CÓDIGO DO ATO CÓDIGO DO EVENTO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

Nº FCN/REMP



ACE2100274653

RIO BRANCO

Local

6 Dezembro 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____

Data

Responsável

☐ NÃO ____/____/____

Data

Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

____/____/____

Data
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

____/____/____

Data
Vogal
Vogal
Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

Registro Digital

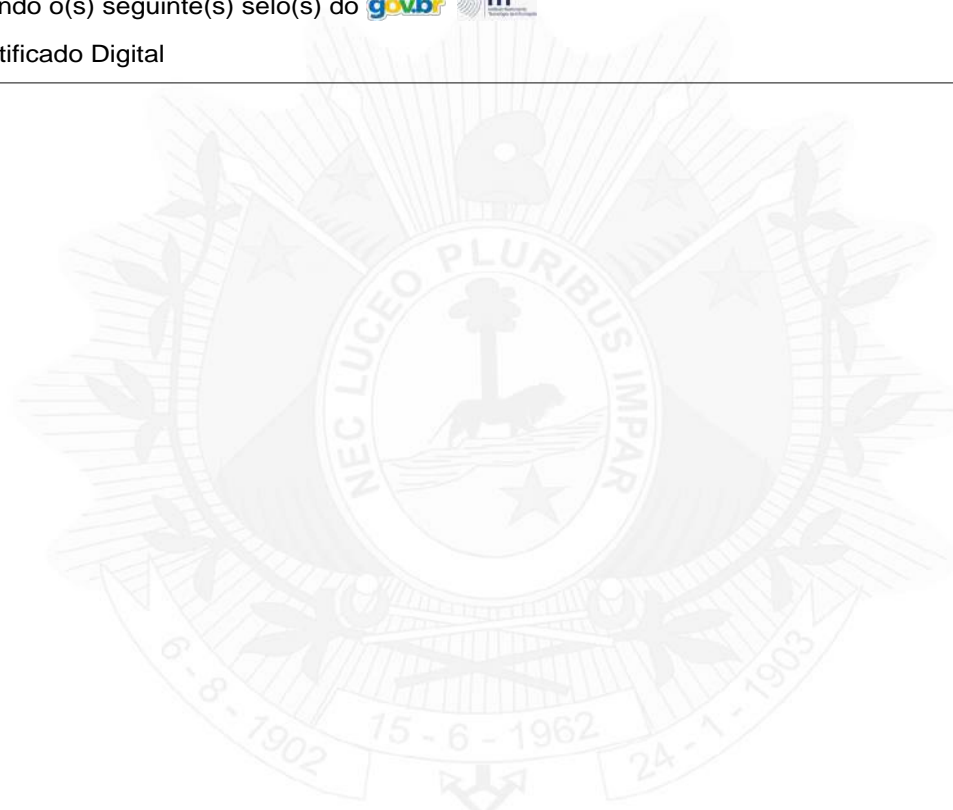
Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/015.229-0	ACE2100274653	06/12/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
635.264.092-34	JOELMA BRASIL LIMA	06/12/2021

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  

Selo Ouro - Certificado Digital



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1082097 em 07/12/2021 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 210152290 - 06/12/2021. Autenticação: 58A2A4EAAA51E9B9D8013F0CA23429740F2A74. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 21/015.229-0 e o código de segurança 7dxR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/12/2021 por Rochelle Lima Catão – Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA GERAL

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, DA COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET, realizada em 26 de junho de 2021.

No vigésimo sexto dia do mês de junho do ano de 2021, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa de Trabalho Tropical Parquet - Cooperparquet, por falta de espaço na sede social, foi realizada no endereço Av. Ceará, 2994, 7 BEC –Plenário Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas, n.º 59 João Eduardo I, na cidade de Rio Branco Acre, a Assembleia teve início às 08h00min (oito) horas, em primeira convocação, com número legal de 40 (quarenta) associados. Declarado abertos os trabalhos a Senhora Presidente da Cooperativa Joelma Brasil Lima cumprimentou a todos os associados presentes e agradeceu pelo comparecimento, em seguida convidou a mim **Valéria de Lima**, para secretariar os trabalhos e proceder a leitura do Edital de convocação, que foi amplamente divulgado através da entrega circulares a todos os cooperados, na rede social WhatsApp, afixado em lugar próprio na sede da Cooperativa o qual passamos a transcrever: **“EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET – CNPJ Nº 12.922.132/0001-50. NIRE: 12400001977,** a Diretora Presidente da **COOPERPARQUET**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca todos 45 (quarenta e cinco) sócios cooperados para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no endereço Av. Ceará, 2994, 7 BEC –Plenário Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas, por falta de espaço na sede da cooperativa, no dia **26 de junho de 2021**, instalando-se em primeira convocação às 08 horas, na presença de 2/3 (dois terços) dos mesmos sócios; em segunda convocação, às 09 horas, se presentes ao menos metade mais 1 (um) dos sócios cooperados e, em terceira e última convocação as 10 horas, com no mínimo 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, conforme previsto no art. 22, III, do Estatuto Social, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1 - Prestação de contas do exercício de 2020, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço do exercício de 2020; c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade; d) parecer do Conselho Fiscal; 2 - Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas; 3 – Eleição dos membros do Conselho de Administração, 4 – Eleição dos membros do Conselho Fiscal, 5 - Fixação do valor dos honorários dos membros do Conselho de Administração; 6 – Deliberação**



sobre as faixas de remuneração, 7 - Ratificação do mandato da diretoria 8 – Multas e gastos imprevistos suportados pela Cooperativa no exercício, 9 - Plano de atividades da Cooperativa; 10 - Eleição do gestor de contratos - 11 - Assuntos Gerais sem deliberação.

Rio Branco, Acre, 16 de junho de 2021. **Joelma Brasil Lima**. Presidente. Terminada a leitura do edital a Presidente solicitou que todos os cooperados se apresentassem. Após as apresentações, foi transmitido um vídeo motivador. Na sequência, a Presidente tomou a palavra explicando as dificuldades que a cooperativa tem enfrentado para participar de licitações, por proibições e óbices colocados pelos órgãos contratantes. Dando seguimento, iniciou-se a discussão do primeiro item da Ordem do Dia: 1- **Prestação de contas do exercício de 2020, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço do exercício de 2020; c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade; d) parecer do Conselho Fiscal;**- A presidente passou a palavra a Diretora Financeira Sra. Gabriela da S. Ramos, que procedeu à leitura do Relatório de gestão da Administração e apresentou o Balanço Geral do exercício de 2020 e o demonstrativo de resultados, ressaltando que as demonstrações financeiras ficaram à disposição dos associados observado o prazo legal. A seguir, foi lido o parecer do Conselho Fiscal, de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação contábil, patrimonial, financeira, orçamentária e operacional da sociedade, manifestando-se a eles favoráveis e recomendando suas aprovações pelo quadro social. Na sequência, foi colocada em votação a Prestação de contas do exercício de 2020, sendo aprovada por unanimidade dos presentes. Passando a próxima ordem do dia: 2 - **Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas;** a Presidente determinou que fosse lido o resultado onde mostrou a Cooperativa com perdas, diante do exposto a proposta do Conselho de Administração é de que esse valor seja absorvido pela reserva legal, assim é conduzida a votação para destinação das perdas. Submetida a votação, a absorção do prejuízo pela Reserva já referida, deixando a palavra livre e solicitando que os associados apresentassem suas dúvidas. Após a prestação de todos os esclarecimentos solicitados, foi aprovada por unanimidade dos presentes a absorção das perdas pelo fundo de reserva legal. Passando ao terceiro item do edital: **Eleição do Conselho de Administração (ou Diretoria),** a Presidente esclareceu que foi apresentada uma chapa, composta por **Gabriela da Silva Ramos** para assumir como Vice-presidente, **Joelma Brasil Lima** para assumir como Presidente do conselho de administração e **Adeiza Moraes Gomes** assumindo como secretária. Continuando os trabalhos o Presidente encaminhou a votação e, feita a apuração, a chapa única foi aclamada por unanimidade. Assim, a Presidente declarou eleitos para o



mandato de 4 (quatro) anos o Conselho de Administração/Diretoria e tomaram assento á mesa, as eleitas: **GABRIELA DA SILVA RAMOS**, brasileira, natural de Rio Branco-Acre, nascida em 26/09/1980, casada, Administradora, portadora do RG 317899 SSP/AC, CPF nº 515.621.542-49, residente na Rua Maria da Dores Nº 307, Conjunto Esperança em Rio Branco- Acre, CEP 69915-126; **JOELMA BRASIL LIMA**, brasileira, natural de Rio Branco-Acre, nascida em 08/09/1980, solteira, Administradora, portadora do RG 311255 SSP/AC, CPF 635.264.092-34, Rua. São Francisco nº 38 Bairro João Eduardo I, em Rio Branco- Acre, CEP 69911-446; **ADEIZA MORAES GOMES**, brasileira, natural de Rio Branco-Acre, nascida em 06/10/1990, casada, Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do RG 1167026-6 SSP/AC, CPF nº 019.383.762-50, residente na Rua do Tupi S/Nº - Irineu Serra em Rio Branco- Acre, CEP 69922-250; (ESPECIFICAR OS CARGOS!) Em seguida passou-se para ao quarto item da ordem do dia – **Eleição do Conselho fiscal**, nos exatos termos do parágrafo único do Artigo 38 do Estatuto Social. Somente uma chapa se apresentou para concorrer ao cargo, diante disso foi perguntado aos que estavam presentes, se mais alguém tinha interesse em se candidatar, e ninguém se pronunciou. A presidente pediu que todos inscritos para os cargos que apresentassem suas propostas para a assembleia, para que todos conhecessem os candidatos. Na sequência, encaminhou-se a votação e, feita a apuração a chapa foi aclamada por unanimidade. Assim, a Presidente declarou eleitos para o mandato de um ano e tomaram assento à mesa, são eles os Senhores **membros efetivos: VALERIA DE LIMA**, brasileira, natural de Rio Branco-Acre, nascida em 22/01/1997, solteira, auxiliar administrativo, portadora do RG 11400137 SSP/AC, CPF nº 013.918.802-93, residente na travessa Blumenau, nº 187 – Pista, em Rio Branco- Acre, CEP 69911-170; **MARIA AMANDA MORAIS DE LIMA**, brasileira, natural de Rio Branco-Acre, nascido em 05/10/1987, solteira, auxiliar administrativo, portadora do RG nº 1025307-6 SSP/AC, CPF nº 936.425.392-20, residente na Rua da Ligação V, nº 144 – Conjunto Esperança, em Rio Branco-AC, CEP: 69.915-126; **LUCAS SOUSA DE LIMA**, brasileiro, natural de Rio Branco-Acre, nascido em 05/07/1998, solteiro, supervisor, portador do RG nº 1193243-0 SSP/AC e CPF nº 038.152.292-00, residente a Rua da Ligação V, nº 144 – Conjunto Esperança, em Rio Branco-AC, CEP: 69.915-126; **para membros suplentes: MAGNUM WISLEY DE SOUZA BEZERRA**, brasileiro, natural de Rio Branco-Acre, nascido em 14/08/1992, solteiro, auxiliar de serviços diversos, portador do RG nº 1085158-5 SSP/AC, CPF nº 018.539.802-26, residente na Travessa Dom Pedro nº 42-Bahia, em Rio Branco-Acre - CEP 69911-570; **THIAGO DA SILVA VALE**, brasileiro, natural de Rio Branco-Acre, nascido em 15/09/1997, solteiro, garçom, portador do RG nº 1153445-1 SSP/AC e CPF



nº029.536.292-89, residente a Rua São Francisco, nº 229 – João Eduardo II, em Rio Branco-AC, CEP: 69.911-500; **ANDRESSA FERREIRA DE ARAUJO**, brasileira, natural de Rio Branco-Acre, nascida em 27/09/1989, solteira, Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do RG 1189351-7, CPF nº 024.445.162-14, residente na Rua Campinas Nº 353 - Ayrton Sena em Rio Branco- Acre CEP Cep: 69.911-814. Os Cooperados eleitos para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal, declaram no presente ato e sob as penas da lei, que não estão incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer os cargos para os quais foram eleitos. Dando continuidade aos trabalhos, a Presidente passou ao quinto item da Ordem do Dia: **fixação de valores dos honorários, pró-labore ou verbas de representação para os membros do conselho de Administração, bem como o da cédula de presença, para os membros do Conselho Fiscal, pelo comparecimento às respectivas reuniões** - A presidente explica que, considerando a situação financeira da Cooperativa não é possível pagar tais valores no momento e sugere que, quando for possível pagar tais valores, o assunto seja tratado em nova assembleia. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. A seguir, a Presidente passou ao sexto item do edital que trata de: **6- Deliberação sobre as faixas de remuneração**, foi proposto, diante do atual cenário, que sejam mantidos os mesmos padrões praticados atualmente, ressaltando-se os eventuais aumentos necessários para manter cumprimento ao artigo 7º da Lei 12.690/2012.7- **Ratificação do mandato da diretoria**, foi explicado aos presentes que a Diretoria da sociedade cooperativa tem mandato com duração de 4 (quatro) anos. Na sequência, passou-se à oitava ordem do dia - **Multas e gastos imprevistos suportados pela Cooperativa no exercício de 2020**. Prosseguindo com a palavra, a Presidente relatou que infelizmente houveram poucos resultados para a cooperativa e cooperados no ano de 2020. Ocorreu uma redução no exercício em comparação ao anterior e que os índices ficaram abaixo dos conquistados nos últimos anos, interrompendo o ciclo contínuo que vínhamos experimentando. Isso ocorreu por influência de dificuldades econômicas e gastos imprevistos aliados à pandemia que ainda estamos enfrentando. O que refletiu diretamente na demonstração de contas já tratada assembleia. A seguir, passou-se ao nono item da Ordem do Dia: **O Plano de Atividades** da Cooperparquet referente a 2021 dará sequência, acreditando que com metas, atribuições e competências logo mais ocorrerá o término da crise enfrentada, deste modo pretende-se reforçar o espírito cooperativo, incentivar o cooperativismo, potencializando a adoção de práticas consentâneas com os valores e os princípios cooperativos. Acima de tudo o objeto da Cooperparquet, só poderá ser alcançado através persistência nos esforços e com a parceria de todos nós. O maior compromisso é com



o desenvolvimento das pessoas, com a melhoria das condições de prestação de serviços, da renda e qualidade de vida de seus associados. A seguir de acordo com o contido no décimo item do Edital, passou-se à **Eleição do gestor de contrato**, a assembleia optou pela eleição através do processo de aclamação, tendo em vista a existência de um único candidato. Assim, foi eleito e para o gestor de contrato **MARIO SERGIO SOUZA DA CUNHA**, brasileiro, casado, gestor, residente em Rua Piaui Nº 32 Quadra P - Casa 03 Conj. Universitario III - Cep: 69917-760, portador da Carteira de Identidade RG nº 259443 e do CPF nº 461.588.802-30, por aclamação e por unanimidade dos presentes. Finalmente, passou-se ao último item da ordem do dia - **Outros assuntos:** A Presidente Joelma Brasil Lima reafirmou a necessidade dos cooperados autorizarem novamente a Diretoria a participar de qualquer licitação que julgar necessária e conforme decisão unanime dos cooperados, foi autorizado. Deixando a palavra livre, não foi registrado nenhum pronunciamento. Nada mais havendo a tratar, eu **Valéria de Lima**, que secretariei os trabalhos lavrei a presente ata, que lida e achada conforme foi aprovada por todos e vai assinada por mim, pela presidente e por todos os demais presentes. Assim a Presidente deu por encerrada a Assembleia, agradecendo a todos.

Valéria de Lima
Secretária da *Ad hoc*.

Joelma Brasil Lima
Presidente





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/015.229-0	ACE2100274653	06/12/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
635.264.092-34	JOELMA BRASIL LIMA	06/12/2021

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  
Selo Ouro - Certificado Digital

013.918.802-93	VALERIA DE LIMA	06/12/2021
----------------	-----------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  
Selo Ouro - Certificado Digital



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1082097 em 07/12/2021 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 210152290 - 06/12/2021. Autenticação: 58A2A4EAAA51E9B9D8013F0CA23429740F2A74. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 21/015.229-0 e o código de segurança 7dxR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/12/2021 por Rochelle Lima Catão – Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA-GERAL



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, de CNPJ 12.922.132/0001-50 e protocolado sob o número 21/015.229-0 em 06/12/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1082097, em 07/12/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Marina Ramos Monteiro.

Certifica o registro, a Secretária Geral, ROCHELLE LIMA CATÃO. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://integrar.ac.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
635.264.092-34	JOELMA BRASIL LIMA	06/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
013.918.802-93	VALERIA DE LIMA	06/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
635.264.092-34	JOELMA BRASIL LIMA	06/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 06/12/2021



Documento assinado eletronicamente por Marina Ramos Monteiro, Servidor(a) Público(a), em 07/12/2021, às 10:40.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da juceac](http://portal.de.servicos.da.juceac) informando o número do protocolo 21/015.229-0.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
512.719.402-30	ROCHELLE LIMA CATÃO




Rio Branco, terça-feira, 07 de dezembro de 2021



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1082097 em 07/12/2021 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 210152290 - 06/12/2021. Autenticação: 58A2A4EAAA51E9B9D8013F0CA23429740F2A74. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 21/015.229-0 e o código de segurança 7dxR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/12/2021 por Rochelle Lima Catão – Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA-GERAL

 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Junta Comercial do Estado do Acre</p>			<p>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</p>	
<p>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">12400001977</p>	<p>Código da Natureza Jurídica</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2143</p>	<p>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</p>		

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Acre


Nome: COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		048	1	RE-RATIFICACAO

Nº FCN/REMP



ACE2200174635

RIO BRANCO

Local

11 Outubro 2022

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____

Data

Responsável

☐ NÃO ____/____/____

Data

Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da ____ Turma

OBSERVAÇÕES



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/012.584-8	ACE2200174635	06/10/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
036.184.792-04	ANDRESSA FARIAS DE LIMA	11/10/2022

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  

Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking

635.264.092-34	JOELMA BRASIL LIMA	11/10/2022
----------------	--------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  

Selo Ouro - Certificado Digital



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1097404 em 12/10/2022 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 220125848 - 06/10/2022. Autenticação: 94821A3CBFC4DCA4E3C4615CA921D0F92F4ED816. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 22/012.584-8 e o código de segurança QdZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/10/2022 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA GERAL



COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET
CNPJ: 12.922.132/0001-50

**RERRATIFICAÇÃO DA ATA DE
ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA, DA
COOPERATIVA DE TRABALHO
TROPICAL PARQUET –
COOPERPARQUET, realizada em 26 de
junho de 2021.**

No vigésimo sexto dia do mês de junho do ano de 2021, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa de Trabalho Tropical Parquet - Cooperparquet realizada no por falta de espaço na sede social no endereço Av. Ceará, 2994, 7 BEC – Plenário Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas, na cidade de Rio Branco - Acre, a Assembleia teve início às 08h00min (oito) horas, em primeira convocação, com número legal, de 40 (quarenta) associados, constou um erro de digitação no item 3 que se trata da Eleição dos membros do Conselho de Administração, ONDE SE LÊ: “Eleição do Conselho de Administração (ou Diretoria), a Presidente esclareceu que foi apresentada uma chapa, composta por Gabriela da Silva Ramos para assumir como Vice-presidente, Joelma Brasil Lima para assumir como Presidente do conselho de administração e Adeiza Moraes Gomes assumindo como secretária. Continuando os trabalhos o Presidente encaminhou a votação, feita a apuração constatou-se que a chapa única foi aclamada por unanimidade. Assim, a Presidente declarou eleitos para o mandato de 4 (quatro) anos o Conselho de Administração/Diretoria e tomaram assento a mesa, as eleitas: GABRIELA DA SILVA RAMOS, brasileira, natural de Rio Branco-Acre, nascida em 26/09/1980, casada, Administradora, portadora do RG 317899 SSP/AC, CPF nº 515.621.542-49, residente na Rua Maria da Dores Nº 307, Conjunto Esperança em Rio Branco- Acre, CEP 69915-126; JOELMA BRASIL LIMA, brasileira, natural de Rio Branco-Acre, nascida em 08/09/1980, solteira, Administradora, portadora do RG 311255 SSP/AC, CPF 635.264.092-34, Rua. São Francisco nº 38 Bairro João Eduardo I, em Rio Branco- Acre, CEP 69911-446; ADEIZA MORAES GOMES, brasileira, natural de Rio Branco-Acre, nascida em 06/10/1990, casada, Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do RG 1167026-6 SSP/AC, CPF nº 019.383.762-50, residente na Rua do Tupi S/Nº - Irineu Serra em Rio Branco- Acre, CEP 69922-250”; LEIA-SE: “Eleição do Conselho de Administração (ou





COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET
CNPJ: 12.922.132/0001-50

Diretoria), a Presidente esclareceu que foi apresentada uma chapa, composta por Gabriela da Silva Ramos para Diretora Financeira, Joelma Brasil Lima para Presidente e Adeiza Moraes Gomes para Diretora Administrativa. Continuando os trabalhos o Presidente encaminhou a votação, feita a apuração constatou-se que a chapa única foi aclamada por unanimidade. Assim, a Presidente declarou eleitos para o mandato de 4 (quatro) anos o Conselho de Administração/Diretoria e tomaram assento à mesa, as eleitas: GABRIELA DA SILVA RAMOS, brasileira, natural de Rio Branco-Acre, nascida em 26/09/1980, casada, Administradora, portadora do RG 317899 SSP/AC, CPF nº 515.621.542-49, residente na Rua Maria da Dores Nº 307, Conjunto Esperança em Rio Branco- Acre, CEP 69915-126, assumindo como Diretora Financeira; JOELMA BRASIL LIMA, brasileira, natural de Rio Branco-Acre, nascida em 08/09/1980, solteira, Administradora, portadora do RG 311255 SSP/AC, CPF 635.264.092-34, Rua. São Francisco nº 38 Bairro João Eduardo I, em Rio Branco- Acre, CEP 69911-446 assumindo como Presidente; ADEIZA MORAES GOMES, brasileira, natural de Rio Branco-Acre, nascida em 06/10/1990, casada, Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do RG 1167026-6 SSP/AC, CPF nº 019.383.762-50, residente na Rua do Tupi S/Nº - Irineu Serra em Rio Branco- Acre, CEP 69922-250 assumindo como Diretora Administrativa”. Dessa forma, ficam ratificados os demais itens da Ordem do Dia e não modificados por este instrumento. Nada mais havendo a tratar, a presente ata, que lida e achada conforme foi aprovada por todos e vai assinada por mim, pela presidente e por todos os demais presentes. Assim a Presidente deu por encerrada a Assembleia, agradecendo a todos.

Andressa Farias de Lima
Secretária da *Ad hoc*.

Joelma Brasil Lima
Presidente



LISTA DE PRESENÇA

Lista de presença da Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa de Trabalho Tropical Parquet – COOPERPARQUET, realizada no dia 26 de junho de 2021 às 08:00 horas, no Plenário Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas, Av. Ceará, 2994, 7 BEC – em Rio Branco – Acre, para tratarmos de assuntos citados abaixo.

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020, COMPREENDENDO:
 - A) RELATÓRIO DA GESTÃO;
 - B) BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 2020;
 - C) DEMONSTRATIVO DAS SOBRAS APURADAS OU DAS PERDAS DECORRENTES DA INSUFICIÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA COBERTURA DAS DESPESAS DA SOCIEDADE;
 - D) PARECER DO CONSELHO FISCAL
2. DESTINAÇÃO DAS SOBRAS APURADAS OU RATEIO DAS PERDAS
3. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
4. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL
5. FIXAÇÃO DO VALOR DOS HONORÁRIOS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
6. DELIBERAÇÃO SOBRE AS FAIXAS DE REMUNERAÇÃO
7. RATIFICAÇÃO DO MANDATO DA DIRETORIA
8. MULTAS E GASTOS IMPREVISTOS SUPOSTOS PELA COOPERATIVA NO EXERCÍCIO
9. PLANO DE ATIVIDADES DA COOPERATIVA
10. ASSUNTOS GERAIS SEM DELIBERAÇÃO

REGISTRO DE PRESENÇA

	NOME	RG	ASSINATURA
1	ADEIZA MORAES GOMES	1167026-6	Adeiza Moraes Gomes
2	ADRIANE NOGUEIRA LAZZARETTI	10015620	Adriane Nogueira Lazzaretti
3	ALAN DE OLIVEIRA LESSA	1101353-2	Alan de Oliveira Lessa
4	ALTENISA DE SOUZA SAMPAIO	404249	
5	ANDRESSA FARIAS DE LIMA	1215104-1	Andressa Farias de Lima
6	ANDRESSA FERREIRA DE ARAUJO	1189351-7	Andressa Ferreira de Araujo
7	ANTONIO CHISTIAN BRASIL DE SOUZA	1004079-0	Antonio Chistian Brasil de Souza
8	CARLOS ALBERTO LIMA PINHEIRO	16997	Carlos Alberto L. Pinheiro
09	CAMILA ANARATI VIEIRA BRAGA	1002398-4	
10	CRISTIANA SILVA FERREIRA	345642	Cristiana Silva Ferreira

Rua São José nº 59, João Eduardo I CEP: 69.911-448.
 CNPJ: 12.922.132.0001-50 Contato: 3225-3283 / 99988-5113 / 99910-4806
 ✉ tropicalparquet@gmail.com



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1097404 em 12/10/2022 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 220125848 - 06/10/2022. Autenticação: 94821A3CBFC4DCA4E3C4615CA921D0F92F4ED816. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 22/012.584-8 e o código de segurança QdZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/10/2022 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

COOPERATIVA TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

11	DANIELA DA SILVA LIMA	1031007-0	Daniela da Silva Lima
12	DAVI DE SOUZA FREITAS	267126	Davi de Souza Freitas
13	FRANCISCA DAS CHAGAS SAMPAIO BEZERRA	208068	Francisca
14	GABRIELA DA SILVA RAMOS	317899	Gabriela de S. Ramos
15	GLENDA NOGUEIRA ORTIZ	11871474	Glenda Nogueira Ortiz Feitosa
16	ISRAEL DA SILVA PINHEIRO	387977	Israel da Silva Pinheiro
17	JOELMA BRASIL LIMA	311255	Joelma Brasil Lima
18	JOICE KEILA BRASIL MORAES	1220600-8	Joice Keila Brasil Moraes
19	JORGENIRA CRAVEIRO VIEIRA	210433	Jorgenira Craveiro Vieira
20	LUCAS SOUSA DE LIMA	1193243-0	Lucas Sousa de Lima
21	LUCIANA LIMA DO NASCIMENTO	367609	
22	LUCINEIA SOUSA DA SILVA	299218	Lucineia Sousa da Silva
23	MACIEL DA SILVA PEREIRA	1060200-3	Maciel da Silva Pereira
24	MAGNUM WISLEY DE SOUZA BEZERRA	10851585	Magnum Wisley de Souza Bezerra
25	MANOEL DE JESUS ALVES BARBOSA	176085	Manoel de Jesus Alves Barbosa
26	MARCIA CRISTINA DA COSTA MARCOS	3262236	
27	MARIA AMANDA MORAIS DE LIMA	1025307-6	Maria Amanda Moraes de Lima
28	MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS	157421	Maria do Socorro dos Santos
29	MARIA FRANCISCA SILVA DA COSTA GOMES	1008946-2	Maria Francisca Silva da Costa Gomes
30	MARIA JOSE FERREIRA GOMES	043.962-A	Maria Josi Ferreira Gomes
31	MARIA JOSE SILVA DA COSTA	1193144-2	Maria Josi Silva da Costa
32	MARIA LÚZIA PEREIRA BRASIL	1075199-8	Maria Luzia Pereira Brasil
33	MARIA DE NAZARÉ RODRIGUES DA SILVA	459455	Maria de Nazaré R. da Silva
34	MARIO SERGIO SOUZA DA CUNHA	259443	Mario Sergio Souza da Cunha
35	MILLYAN BRHENDA LOPES DE SOUZA	1112384-2	
36	RAIMUNDA MARIA DA SILVA	3767828	Raimunda Maria da Silva
37	RAIMUNDO BARBOSA DE QUEIROZ	23827	Raimundo Barbosa de Queiroz
38	ROSIANE DA SILVA MOURA	1035100-0	Rosiane da Silva de Moura
39	ROSANGELA DE MIRANDA MARTINS GALDINO	139499	Rosângela de um Galvão

Rua São José nº 59, João Eduardo I CEP: 69.911-448.
 CNPJ: 12.922.132.0001-50 Contato: 3225-3283 / 99988-5113 / 99910-4806
 tropicalparquet@gmail.com



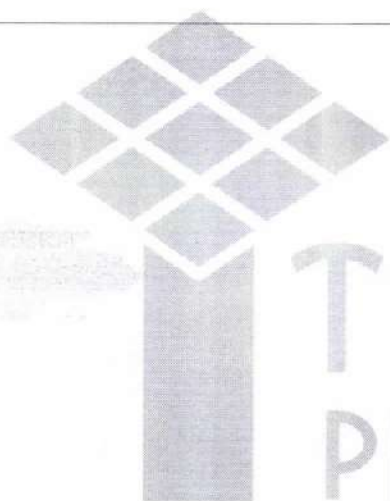
Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1097404 em 12/10/2022 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 220125848 - 06/10/2022. Autenticação: 94821A3CBFC4DCA4E3C4615CA921D0F92F4ED816. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 22/012.584-8 e o código de segurança QdZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/10/2022 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA GERAL

COOPERATIVA TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

40	SILVANA DOS SANTOS DA SILVA	1044946-9	Silvana dos Santos da Silva
41	THIAGO DA SILVA VALE	1153445-1	Thiago Da Silva Vale
42	VALERIA DE LIMA	11400137	Valeria de Lima
43	VALCILENE FILGUEIRAS DA SILVA	346.272	Valcilene Filgueiras da Silva
44	VANUSA DE ARAÚJO ALENCAR	389230	Vanusa de Araújo Alencar
45	VENINA LIMA BRASIL DE LIMA	1090515-4	Venina Lima Brasil de Lima



**TROPICAL
PARQUET**

Rua São José nº 59, João Eduardo I CEP: 69.911-448.
CNPJ: 12.922.132.0001-50 Contato: 3225-3283 / 99988-5113 / 99910-4806
✉ tropicalparquet@gmail.com



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1097404 em 12/10/2022 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 220125848 - 06/10/2022. Autenticação: 94821A3CBFC4DCA4E3C4615CA921D0F92F4ED816. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 22/012.584-8 e o código de segurança QdZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/10/2022 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/012.584-8	ACE2200174635	06/10/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
036.184.792-04	ANDRESSA FARIAS DE LIMA	11/10/2022

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking

635.264.092-34	JOELMA BRASIL LIMA	11/10/2022
----------------	--------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  
Selo Ouro - Certificado Digital



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1097404 em 12/10/2022 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 220125848 - 06/10/2022. Autenticação: 94821A3CBFC4DCA4E3C4615CA921D0F92F4ED816. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 22/012.584-8 e o código de segurança QdZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/10/2022 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA GERAL







TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, de CNPJ 12.922.132/0001-50 e protocolado sob o número 22/012.584-8 em 06/10/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1097404, em 12/10/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Marina Ramos Monteiro.

Certifica o registro, a Secretária Geral, ROCHELLE LIMA CATÃO. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://integrar.ac.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
036.184.792-04	ANDRESSA FARIAS DE LIMA	11/10/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
635.264.092-34	JOELMA BRASIL LIMA	11/10/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
036.184.792-04	ANDRESSA FARIAS DE LIMA	11/10/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
635.264.092-34	JOELMA BRASIL LIMA	11/10/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 06/10/2022



Documento assinado eletronicamente por Marina Ramos Monteiro, Servidor(a) Público(a), em 12/10/2022, às 14:57.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da juceac](http://portal.de.servicos.da.juceac) informando o número do protocolo 22/012.584-8.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
512.719.402-30	ROCHELLE LIMA CATÃO



Rio Branco. quarta-feira, 12 de outubro de 2022



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1097404 em 12/10/2022 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 220125848 - 06/10/2022. Autenticação: 94821A3CBFC4DCA4E3C4615CA921D0F92F4ED816. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 22/012.584-8 e o código de segurança QdZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/10/2022 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

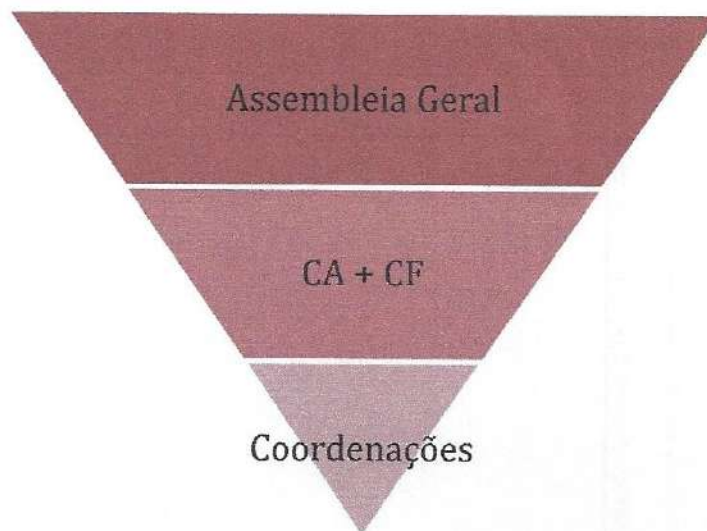
ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA GERAL

pág. 10/10

GESTÃO OPERACIONAL DA COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET

1. ORGANIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DO QUADRO SOCIAL:

Estrutura Mínima Obrigatória



Estrutura dos Órgãos Sociais Obrigatórios:

A) Assembleia Geral

a. Obrigatórias

- i. Ordinária (anual, 3 primeiros meses)
- ii. Especial (anual, segundo semestre)

b. Facultativa

- i. Extraordinária

B) Conselho de Administração (Deliberativo)

a. Composição:

- i. Diretoria Executiva (Executivo)
- ii. Comitê Técnico (Consultivo)

b. Atribuições do Conselho de Administração:

(Art. Estatuto Social)

c. Requisitos para Diretoria Executiva:

- i. Desimpedimento
- ii. Experiência em gestão de cooperativas por pelo menos 4 anos
- iii. Curso básico de cooperativismo
- iv. Curso complementar de cooperativismo
- v. Curso de gestão de cooperativas
- vi. Exercício prévio de cargo de Comitê Técnico

C) Conselho Fical

a. Composição:

- i. Efetivos: Coordenador + 2 membros
- ii. Suplentes: 3 membros

b. Requisitos

- i. Desimpedimentos
- ii. Curso básico de cooperativismo;

- iii. Outro curso relacionado ao cooperativismo;
- iv. Compromisso de participação e conclusão em curso de formação de conselheiros fiscais;

c. Atribuições e Responsabilidades do Conselho Fiscal

Sem viés político, sem exercício de funções de administração, mas como mandatários da assembleia geral com prudência e responsabilidade com o orçamento da sociedade, tem como atribuições:

- i. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- ii. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à assembleia geral relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da cooperativa;
- iii. analisar as demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela cooperativa de crédito;
- iv. opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações financeiras do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterà, se for o caso, os votos dissidentes;
- v. solicitar assessorias ou auditorias, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas respectivas funções;
- vi. convocar assembleia geral, por deliberação da maioria de seus membros, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes; e
- vii. comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos

órgãos de administração, à assembleia geral e/ou, conforme a natureza do fato, aos órgãos de fiscalização, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento.

D) Coordenadores

a. Atribuições dos Coordenadores

São responsáveis por todos os aspectos operacionais da gestão de pessoas e serviços, respondendo à Diretoria Executiva, cabendo, entre outras atribuições:

- i. Gestão de jornadas
- ii. Gestão de escalas
- iii. Gestão de pagamentos
- iv. Gestão de uso de EPIs
- v. Gestão de substituições de profissionais
- vi. Gestão da qualidade do serviços
- vii. Gestão do cumprimento dos serviços
- viii. Gestão de comunicados entre cooperados e cooperativa
- ix. Gestão da comunicação ordinária entre cliente e cooperativa
- x. Gestão da restrição à realização de atividades fora do escopo contratual
- xi. Comporem e exercerem cargo de comissários de operações, ética e disciplina

b. Requisitos para Coordenação

- i. Experiência operacional como cooperado (3 anos)
- ii. Assiduidade nas Assembleias
- iii. Inexistência de penalidade

COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

- iv. Exercício de pelo menos 2 funções distintas na cooperativa
- v. Curso básico de cooperativismo
- c. Critérios para Distribuição de Coordenadores
 - i. Por região – coordenará equipes que trabalhem em mesmo bairro ou região administrativa
 - ii. Por tipo de serviço – considera a experiência no tipo de atividade preponderante no contrato
 - iii. Por número de cooperados coordenados – considera o número de cooperados como fator que possa limitar a capacidade de efetivar uma coordenação operacional
- d. Mandato: 1 ano, podendo ser reconduzido

2. POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS

- a. A cooperativa, de acordo com a capacidade financeira e estabelecendo critérios de plano de progressão profissional, poderá estabelecer níveis de função, com maior remuneração, utilizando critérios como tempo de experiência na cooperativa, assiduidade nos plantões, assembleias, reuniões e treinamentos; inexistência de penalidades aplicadas, bem como grau de formação e capacitação profissional.
- b. Incorpora-se ao Plano de Gestão da Cooperativa a “Política de Gestão de Pessoas”

1) DISCIPLINA

- a. Os coordenadores comporão a Comissão de Ética e Disciplina.
- b. Deverão ser justificados os não comparecimentos aos plantões agendados, em prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sendo

- aceitas por, mediante comprovação, por razões de saúde do sócios, filhos ou pais e óbitos na família. Poderão ser aceitas, mediante comprovação, justificativas diversas, que serão analisadas pela CED e decididas pela Diretoria.
- c. As ausências não justificadas, por onerarem a cooperativa e serem prejudiciais ao andamento dos serviços e para o paciente, serão consideradas infração operacional. Sanção: 1ª Ausência = Advertência; 2ª Ausência = 2ª Advertência; 3ª Ausência = 3ª Advertência + Suspensão do Trabalho por 15 dias corridos; 4ª Ausência = Eliminação do Quadro Social.
 - d. Será infração operacional o não uso ou uso desconforme dos equipamentos de proteção individual.
 - e. Além das regras disciplinares previstas no estatuto social, incorpora-se as regras previstas na Política de Gestão de Pessoas, que passarão a integrar o Plano de Gestão da cooperativa.
 - f. Todas as infrações serão analisadas pelo CED e decididas pelo Conselho de Administração.

2) DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

a) Direitos:

- a. Além dos direitos previstos no estatuto social, a produção cooperativista dos sócios (remuneração) terá como unidade mínima de aferição o valor-hora ou metro quadrado ou outra unidade contratural de aferição da produção, calculado com base no piso estadual ou municipal (o que for maior) para a categoria profissional, ou, na inexistência deste, salário mínimo estadual ou nacional (o que for maior), calculadas como base em 240 horas mensais (quando aplicável).

- b. Os sócios receberão o adicional de 20% sobre o valor-hora de produção para o trabalho exercido entre às 22hs e 5hs.
 - c. Os sócios receberão o adicional 10% sobre o valor-hora de produção, em razão da insalubridade, devendo esse percentual ser reapreciado a partir de laudo técnico a ser emitido por técnico em segurança e saúde do trabalho, devidamente contratado para elaboração do plano de saúde ocupacional dos sócios, compreendendo laudo de condições ambientais, de gerenciamento de ambiente de trabalho e utilização de equipamentos de proteção individual.
 - d. Os sócios farão jus a repouso anual, apurado da seguinte forma:
 - i. Período de Aquisição: 1 ano.
 - ii. Prazo para Gozo: 1 ano, conforme definição pela cooperativa;
 - iii. Prazo de Gozo: Proporcional ao número de plantões no período apurado, tomando-se como base o n° máximo de 240 plantões anuais;
 - iv. Valor da remuneração: proporcionais ao número de plantões realizados no ano.
- b) Deveres:
- a. Os candidatos a sócios se submeterão a exame médico admissional, como requisito de ingresso na cooperativa;
 - b. A cooperativa poderá exigir a realização de exame ocupacional no plano de saúde ocupacional que será elaborado;
 - c. São deveres dos sócios, além dos previstos nesta assembleia, aqueles constantes do estatuto social; da Política de Gestão, além do fiel cumprimento dos Planos de Atendimento ao Cliente;

do Memorial Descritivo dos Serviços, bem com da Cartilha de Conduta Pessoal e Regimento Interno;

- d. Observância e responsabilidade solidária com a cooperativa pelo cumprimento dos normativos e, em especial, todos os deveres éticos, profissionais e técnicos inerentes ao exercício de minha ocupação, especialmente os de prudência e diligência, observando as referências técnicas oficiais para a atividade.
- e. Os sócios utilizarão obrigatoriamente e responsavelmente os equipamentos de proteção individuais fornecidos pela cooperativa, devendo responsabilizar-se pelo custo de reposição de material danificado decorrente de perda, mau uso ou que, por qualquer motivo injustificável, seja substituído antes do prazo de validade do original.

3) PLANEJAMENTO

- a) A cooperativa planejará antecipadamente os plantões, escalas e submeterá a homologação da Assembleia Especial os planejamentos a serem executados.
- b) A Diretoria apresentará plano de plantões suplementares que deverão ser realizados por sócios que ficarão a disposição da cooperativa para cobertura de eventuais problemas de cumprimento de plantões ordinários programados.00
- c) A cooperativa rescindiré ou não renovará os contratos onde sejam demonstrados os desequilíbrios financeiros e que os contratantes se recusem a repactuar os preços.
- d) Os valores de auxílios, doações e créditos não reclamados, originariamente dirigidos ao FATES, poderão ser destinados á cobertura dos demais fundos não divisíveis, a fim de melhor prover

os direitos sociais, de acordo com a necessidade, conferindo maior mobilidade à cooperativa.

- e) Os recursos das contas do Fundo Operacional poderão ser transportadas entre si para melhor atendimento às necessidades da cooperativa na cobertura das despesas relacionadas ao fundo.

4) RESULTADO ECONÔMICO DOS PROJETOS E CONTRATOS

- a) Não serão descontados dos sócios percentuais para custeio e provimento dos direitos sociais do trabalho regulamentados nesta assembleia, nem do custeio de transporte;
- b) É revogada a previsão de FAC e Fundo de Desenvolvimento. Os recursos serão destinados ao Fundo Operacional, que terá subcontas para custeio e gestão dos direitos à repouso anual remunerado.
- c) A cooperativa negociará com os contratantes a transferência dos custos decorrentes dos aumentos dos encargos sociais, fiscais e operacionais;
- d) A cooperativa buscará negociar livremente o preço cobrado pelos serviços, assegurando o custeio dos direitos sociais, da produção cooperativista, extraíndo dos pagamentos dos clientes os recursos para provisionamentos e fundos necessários ao custeio da operação e dos direitos, em percentuais a serem fixados pela Diretoria, com posterior referendo da assembleia.

5) ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DOS SÓCIOS

- a) A organização dos trabalhos será estabelecida de acordo com as reuniões de grupo previstas na lei 12.690/12, limitadas aos parâmetros aprovados em AGEspecial.
- b) São adotadas as normas do regimento interno, da Política de Gestão de Pessoas, dos Memoriais Descritivos de Serviços; da Cartilha de Conduta Pessoal, que passam a integrar o Plano de Gestão.
- c) As normas fixadas pela Diretoria da cooperativa serão anualmente submetidas à apreciação e homologação da Assembleia Geral Especial.

6) DIREITOS SOCIAIS

- a) D.A.R – Descanso Remunerado Anual
 - a. Período aquisitivo: 12 meses desde o início do trabalho;
 - b. Período Concessivo: 12 meses subsequentes ao período aquisitivo;
 - c. Período de gozo: 30 dias
 - i. Cooperado poderá usufruir em até 3 período, sendo um de pelo menos 14 dias corridos e outros 2 não poderão ser inferiores a 5 dias
 - d. Pagamento da Remuneração:
 - i. até 2 dias antes da concessão;
 - ii. quando proporcional, será remunerada com base na remuneração base proporcional ao número de meses trabalhados;
 - c. Abono de férias:
 - i. Com a limitação de 1/3, ou seja 10 (dez) dias, o cooperado pode solicitar com pelo menos 15 dias antes do período aquisitivo, e não do concessivo, a venda das férias;
- b) Repouso Semanal: domingo;

- c) Plantões Noturnos (22hs às 5hs):
- d) Insalubridade (NOTA: na CLT = ref Salário Base):
 - a. Base de cálculo: valor-hora de trabalho (ou valor ref da produção mensal)
 - b. Alíquotas 10% (baixa), 20% (média) ou 40% (alta);
- e) Periculosidade (NOTA: na CLT = ref Salário Pago);
 - a. Alíquota: 30%;
 - b. Base: Produção Efetiva;
- f) Equipamentos de Proteção Individuais;

NOTA: Insalubridade e Periculosidade + EPI = EM conformidade com laudo técnico de segurança e saúde do trabalho

- g) Seguro de Acidentes de Trabalho: Produto não existe no mercado. Aguarda-se se decreto tratará como seguro público. Nesse íterim, contratar seguro para cobertura DIT, Lesão e Vida.

7) PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE DA COOPERATIVA

- a. Cooperação cooperativista: preponderância do interesse coletivo da organização, qualidade e continuidade dos serviços dos cooperados sobre interesse e organização individual do trabalho;
- b. Adesão voluntária e livre;
- c. Gestão democrática;
- d. Participação econômica dos membros;
- e. Autonomia e independência;
- f. Educação, formação e informação;
- g. Intercooperação;
- h. Interesse pela comunidade;
- i. Preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa;
- j. Não precarização do trabalho;
- k. Respeito às decisões de assembleia, observado o disposto nesta Lei;
- l. Participação na gestão em todos os níveis de decisão de acordo com o previsto em lei e no Estatuto Social.

Aprovado pelo Conselho de Administração da Cooperparquet, em reunião extraordinária de 21/11/2022, *ad referendum* da próxima assembleia geral especial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ALVARÁ


LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO

C.M.C. 1334816	Nome Empresarial COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET		
CNPJ / CPF 12.922.132/0001-50	Nome Fantasia COOPERATIVA TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET		
Licenciado em 08/07/2021	Porte Outro	Abertura 22/10/2010	Validade 08/07/2026

Código e Descrição da Atividade Econômica Principal	Grau de Risco	Âmbito	Licença
8111700 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	Risco II	Infraestrutura	Deferida

Horário de Funcionamento 1 - Segunda - feira à Sábado das 7h às 18h		
Código e Descrição da Natureza Jurídica 2143 - COOPERATIVA		
Endereço RUA SÃO JOSE, 59,	Bairro JOÃO EDUARDO I	CEP 69911448

Características Adicionais

Assinatura Digital D47B.3FA0.5A56.CBDF.3C74.24C9.F047.3FC0 Para validação, faça a leitura do QR Code ao lado, ou acesse o seguinte endereço: http://contribuinte.riobranco.ac.gov.br/autenticidade-de-documentos/ e informe a chave de autenticidade.	
---	---

MANTER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL

Este documento expedido pelo poder público Municipal é vinculado às condições edílicas, nos termos do Decreto nº 1.683 de 11 de novembro de 2019.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET
CNPJ: 12.922.132/0001-50

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:55:35 do dia 21/03/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/09/2023.

Código de controle da certidão: **4F21.6FD1.5812.D3C3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA Diretoria de Administração Tributária	Data Emissão: 23/05/2023 Hora Emissão: 10:00
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO		Número: 781469
<i>Ressalvado o direito da Fazenda Pública de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do interessado abaixo qualificado, que vierem a ser apuradas, certifico que não consta até esta data, nesta Unidade Fazendária, nenhum crédito fiscal relativo a tributos estaduais.</i> <i>(Arts. 123 a 126 da LC 413/2022)</i> <i>* Excetuados os créditos inscritos em Dívida Ativa</i>		
Nome/Razão Social: COOP TROPICAL PARQUET COOPERPARQUET		
Inscrição Estadual:	Identidade:	
CNPJ: 12.922.132/0001-50	CPF:	
Endereço: TRAV MARIA AMELIA, Nº 21 BAIRRO: JOAO EDUARDO II, CEP: 69904160		
Município: RIO BRANCO	Data da Impressão: Segunda-feira, 5 de Junho de 2023, 20:28	
Finalidade: DESTINA-SE A TODOS OS FINS.	Data de Validade: 21/07/23	
Outras Informações:		
OBSERVAÇÕES		
<p>* A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.sefaznet.ac.gov.br</p> <p>* Código de Autenticidade: 6f189be2abaef331</p> <p>* Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD)</p> <p>* Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.</p> <p>* Emitido pelo Portal Sefaz Online</p>		

CERTIDÃO NEGATIVA QUANTO A DÍVIDA ATIVA



ESTADO DO ACRE
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA FISCAL

Dados do Contribuinte

CNPJ: **12.922.132/0001-50**
Razão Social: **COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET**

Ressalvado o direito de a Fazenda Estadual inscrever e cobrar as dívidas que venham ser apuradas em nome(s) do(s) contribuinte(s) acima qualificado(s), certifico, para os fins de direito, que não consta(m) débito(s) em seu nome, **inscrito(s) em Dívida Ativa do Estado do Acre** junto à Procuradoria Fiscal (PGE/AC).

ASPECTOS JURÍDICOS DE VALIDADE

Esta certidão é fornecida sob as expensas da Procuradoria Fiscal/PGE e diz respeito a dívida ativa, compreendendo débitos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - ICMS, custas processuais e pena de multa, **não substituindo a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais expedida sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ.**

Seu prazo de validade é de 60 (sessenta dias), a teor do art.176, do Decreto Estadual n.462/87, e **enquanto durar a situação de inadimplência do contribuinte, que deve ser conferida pelo endereço abaixo**, não prevalecendo sobre certidões expedidas posteriormente.

Data da Emissão: **terça-feira, 23 de maio de 2023**
Data da Validade: **sábado, 22 de julho de 2023**

AUTENTICAÇÃO nº: **134BEC3-14F481FCDE-160700814**

Código QR



Emitida pela Internet

CONFERÊNCIA OBRIGATÓRIA: O agente recebedor deve conferir a autenticidade desta certidão através do leitor de Código Qr de sua preferência ou no sítio eletrônico: <http://www.pge.ac.gov.br>

Atenção: qualquer rasura invalidará este documento. Este documento só é válido mediante apuração de seu original, não sendo possível o uso de cópias, mesmo que autenticadas.

Av. Getúlio Vargas, nº 2852, Bairro Bosque, Rio Branco
- ACRE. Cep.: 69.900-589
Fone: (68)3901-5150/5151/Fax: (68)3901-5147
E-mail: gabinete.pge@ac.gov.br
www.pge.ac.gov.br





PREFEITURA DE RIO BRANCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS N° 26359/2023

CNPJ: 12.922.132/0001-50

Nome: COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET

Endereço: SAO JOSE, 59

Bairro: JOAO EDUARDO I

Cidade: RIO BRANCO UF: AC

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN) e a inscrições em Dívida Ativa junto a Divisão de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município (PROJURI).

Esta certidão se refere à situação da pessoa jurídica identificada como sujeito passivo no âmbito da Prefeitura Municipal de Rio Branco, amparada legalmente pela Lei Complementar 1.508/2003, Art. 303.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no Portal do Cidadão, no endereço <http://portalcidadao.riobranco.ac.gov.br/autenticidade-de-documentos/>.

Emitida em 25/05/2023 10:37:11 horário do Acre.

Válida até 24/07/2023.

Código de autenticidade da certidão: **55EA.A884.37D2.94AB.8E39.711A.0576.C33E.**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Observação:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.922.132/0001-50

Certidão nº: 3723786/2023

Expedição: 26/01/2023, às 13:51:44

Validade: 25/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.922.132/0001-50**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.922.132/0001-50
Razão Social: COOPERATIVA TROPICAL PARQUET
Endereço: TV MARIA AMELIA 69 / JOAO EDUARDO II / RIO BRANCO / AC / 69904-160

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/05/2023 a 19/06/2023

Certificação Número: 2023052100595031737331

Informação obtida em 05/06/2023 22:25:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET, CNPJ nº 12.922.132/0001-50, estabelecida à Rua São José, Nº 59, Bairro João Eduardo I, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, CEP 69911-448, forneceu ao Instituto de Previdência do Estado do Acre – Acreprevidência, inscrita sob o CNPJ nº 07.756.076/0001-90, conforme informações abaixo relacionadas:

- 1) **Número do Contrato:** Contrato nº 008/2018
- 2) **Vigência do Contrato:** 21/05/2018 a 21/05/2023 (VIGENTE)
- 3) **Descrição do objeto contratado:** Prestação de serviços contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar administrativo.

QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES:

TIPO DE POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS
Auxiliar Administrativo	6

Atestamos, ainda, que os serviços foram executados satisfatoriamente e com qualidade, não existindo, em nossos registros fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade da empresa com as obrigações assumidas.

Rio Branco, AC 15 de dezembro de 2022.


ROSINEI MARIA DE LIMA
Diretora de Administração e Finanças
do Acreprevidência
Decreto nº 3.342/2019


Victor Ramos
Administrador
ADM CRA-AC 1844



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Diretoria de Administração e Finanças - DAF



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Tribunal de Contas do Estado do Acre, inscrito no CNPJ sob nº 04.035.135/0001-43, situado na Avenida Ceará nº 2994 7º BEC, Rio Branco-AC, CEP 69918-111, atesta para os devidos fins que a empresa **COOPERATIVA TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.922.132/0001-50, estabelecida na Rua São José nº 59 – João Eduardo I, executou a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, para atender as demandas do Tribunal de Contas do Estado do Acre, conforme especificações do Contrato nº 38/2017.

Atestamos que tais serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Rio Branco-AC, 03 de Outubro de 2022.

Ana Cristina Ferreira de Araújo
Diretora de Administração e Finanças



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

NOME: COOPERATIVA TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET

ENDEREÇO: Rua São José, nº 59, João Eduardo I – Rio Branco – AC.

CNPJ: 12.922.132/0001-50

Inscrição Estadual n.º 01.027.693/001-81

Atestamos para os devidos fins que a Cooperativa acima mencionada participou do Processo Licitatório - Pregão Presencial para Registro de Preços N° 025/2016 – CPL 03, Ata de Registro de Preços n° 15/2016, Contrato n° 67/2016 – Primeiro Termo Aditivo, com a SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL – SEPC, CNPJ. 10.584.440/0001-97, situada na Av. Antônio da Rocha Viana n° 1.294, Bairro Bosque, na condição de Pessoa Jurídica especializada no fornecimento de prestadores de serviços terceirizados para os postos de Serviços de **SUPERVISOR, ITEM 03**, visando atender a Secretaria de Estado da Polícia Civil, em Rio Branco – AC, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I, do Termo de Referência, **com o quantitativo de 05 (cinco postos), cumpriu** com todos os compromissos assumido no ano de 2016, **nada constando** em nossos arquivos que a desabone até a presente data.



Rio Branco – AC, 22 de agosto de 2017.

Gilberto Gonçalves Lopes

Chefe do Departamento de Administração Geral.



Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura indicada de GILBERTO GONÇALVES LOPES, Dono de Rio Branco - AC, de agosto de 2017. Enol: R\$2.777, F Comp. R\$0,16; E.Fisc:R\$0,32; Total: R\$3,20
Em teste
Luana Souza Santiago - Escrevente Autorizada
Selo: AF147218-94 Código: 7A11-F830-29CA-1EEE
Consulta a autenticidade do selo em: www.seloacre.com.br

3º TABELIONATO DE NOTAS E 3º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE RIO BRANCO - AC
Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura indicada THAIS MANUELA DA SILVA FILHEITAS CHALUB
Selo AF205288-65
Consulta a autenticidade do selo em: www.seloacre.com.br
Em teste



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

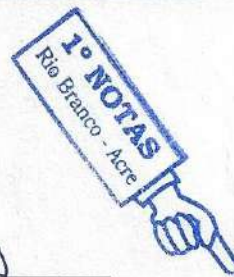
ATESTAMOS para os devidos fins, que a Cooperativa Tropical Parquet, estabelecida na cidade de Rio Branco na Tv. Maria Amélia 21- Bairro: João Eduardo, - Rio Branco/Acre, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 12.922.132/0001-50, mantém desde janeiro de 2012 o contrato de nº. 032/2012 oriundo do SRP Nº 811/2014 cujo objeto é a **Prestação de Serviços Diversos, de Limpeza de prédio, roçagem**, visando atender as demandas da **Secretaria da Fazenda-SEFAZ**, com fornecimento de mão-de-obra e todos os materiais necessários para a execução dos serviços nas áreas internas e externas dessa Unidade, tendo prestado bons serviços, cumprindo as cláusulas contratuais pactuadas.

Quantitativo/Total

Servente de Limpeza 08
Coordenador 01
Roçador 01



Rio Branco-Acre, 18 de janeiro de 2016



Maria Elena Cassiano de Souza de Medeiros
Maria Elena Cassiano de Souza de Medeiros
Gestora do Contrato
SEFAZ



Victor Ramos
Victor Ramos
Administrador
ADM
CRA-AC 1844



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE
Diretoria de Administração e Finanças

Atestado de Capacidade Técnica

ATESTAMOS para os devidos fins, que a Cooperativa Tropical Parquet, estabelecida na cidade de Rio Branco, Tv. Maria Amélia- Bairro: João Eduardo II, - Rio Branco/Acre, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 12.922.132/0001-50, mantém desde dezembro de 2012 o contrato de nº. 002/2012, modalidade a ata de registro de preço do pregão SRP nº.001/2012 do Tribunal de Contas do Estado do Acre- TCE, cujo objeto é a **Prestação de Serviços de Limpeza de prédio e mobiliário, Conservação, serviços gerais, garçom, copeira, recepção, jardinagem**, visando atender as demandas do Instituto de Previdência do Estado do Acre, com fornecimento de mão-de-obra e todos os materiais necessários para a execução dos serviços nas áreas internas e externas dessa Unidade, tendo prestado bons serviços, cumprindo assim as cláusulas contratuais pactuadas.

Quantitativo/Total

Servente de Limpeza 4
Recepcionista 01
Garçom 01
Jardineiro 01
Copeira 01

1º TABELIONATO DE NOTAS E 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DA COMARCA DE RIO BRANCO - ACRE
Fabrício Mendes dos Santos - Tabelião/Oficial de Registro Civil
Av. Ceará, nº 95-3, Sala 04, Bairro Dom Giocondo - CEP: 69.900-300 - Rio Branco - Acre - Fone: (68) 3214-9112

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
JOSE DE ANCHIETA BATISTA.....
Boque dou fe. Rio Branco -AC, 04 de Maio de 2017. Custas e Emolumentos R\$ 3,20.
Em test., da verdade

RAPHAEL SILVA DOS SANTOS-ESCREVENTE
Selo Digital nº AE618263-00 - Cod. Valid: 4F27-3LEB-AZSA-EUD3
Consulte a autenticidade do selo em: www.seloac.org.com.br
- VALIDO SOMENTE EM EMERGENCIAS OU RASURAS -



Atenciosamente,



José de Anchieta Batista
Diretor-Presidente



Thaís Chalub
Administração
CRA: 1232

Instituto de Previdência do Estado do Acre
Rua Benjamin Constant, nº 351, Cerâmica - CEP 69.905-072
Rio Branco-Acre
Fone: 3215 4300

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
do Estado do Acre





Tribunal de Contas do Estado do Acre

Diretoria de Administração e Finanças - DAF



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a **COOPERATIVA TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET**, pessoa jurídica, com sede na Travessa Maria Amélia nº 21, Bairro João Eduardo, Inscrita no CNPJ sob o nº 12.922.132/0001-50, no período de 02 de maio de 2012 a 31 de julho de 2017, prestou serviços de Limpeza de prédio e mobiliário, Conservação, serviços gerais, garçom, copeira, recepção, jardinagem, visando atender as demandas do Tribunal de Contas do Estado do Acre, com fornecimento de mão-de-obra e todos os materiais necessários para a execução dos serviços nas áreas internas e externas dessa Unidade, tendo prestado bons serviços neste Tribunal de Contas, cumprindo assim as cláusulas contratuais pactuadas no CONTRATO TCE/AC Nº 019/2012, tendo os serviços executados com presteza, não havendo nada que desabone sua conduta ética e profissional.

Quantitativo/Total

Servente de Limpeza 10
Coordenador 01
Recepcionista 04
Garçom 02
Jardineiro 01

3º TABELIONATO DE NOTAS E 3º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE
RIO BRANCO - AC
Av. Quad. Nº 3030, Jardim Novo - Fátima/Alto Rio Branco - AC (1322-9931/4344) (150) 2103-5448 | contato@tceac.org.br | www.tceac.org.br

Reconheço por semelhança a assinatura indicada **THAIS MANUELA DA SILVA FREITAS CHALUB**

Dou fé. Rio Branco-AC 22 de agosto de 2017, Total = 3,20

Selo AF204932-10 Consulta 0DF8-FF4C-4A1E-BB18

Consulta a autenticação em www.seloacre.com.br

Em Teste Veridade

Davi Felipe de Oliveira Braga França
Escrivente Autorizado

Rio Branco-AC, 22 de agosto de 2017.



Jaime Fontes Vasconcelos

Diretor Administrativo e Financeiro
Portaria nº 01/2017
TCE/AC

Thais Freitas Chalub
Administradora
CRA: 1232



3º TABELIONATO DE NOTAS E 3º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE
RIO BRANCO - AC
Av. Quad. Nº 3030, Jardim Novo - Fátima/Alto Rio Branco - AC (1322-9931/4344) (150) 2103-5448 | contato@tceac.org.br | www.tceac.org.br

Reconheço por semelhança a assinatura indicada **J A M E F O N T E S**

Dou fé. Rio Branco-AC 22 de agosto de 2017, Total = 3,20

Selo AF204934-16 Consulta 9084-1B2F-548E-A21A

Consulta a autenticação em www.seloacre.com.br

Em Teste Veridade

Davi Felipe de Oliveira Braga França
Escrivente Autorizado



Adm. Regional Victor Blum Jube
Administrador Fiscal
Conselho Regional de Administração do Acre

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Serventia de Registro de Distribuição da Comarca de Rio Branco

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO
FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL

Em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) anteriores a data de 08/05/2023, CERTIFICAMOS que:

NADA CONSTA nas Comarcas informatizadas do Estado do Acre contra **Cooperativa de Trabalho Tropical Parquet - Cooperparquet**, ou vinculado ao **CNPJ 12.922.132/0001-50**.

Observações:

- a) A presente certidão abrange somente os feitos de Falência e Recuperação Judicial/Extrajudicial.
 - b) Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.
 - c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (<http://www.tjac.jus.br/>), no item "Conferência de Certidão".
-

Rio Branco (AC), 9 de maio de 2023.



CERTIDÃO Nº: 002123889
0002123889

PEDIDO Nº:



FOLHA: 1/1



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/005.773-0	ACE2300013017	08/05/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
196.650.592-20	JAILSON ANTONIO GUEDES GUTIERRES	08/05/2023

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  

Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking

635.264.092-34	JOELMA BRASIL LIMA	08/05/2023
----------------	--------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  

Selo Ouro - Certificado Digital



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1115796 em 09/05/2023 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 230057730 - 08/05/2023. Autenticação: BEE3F18CE48F5FD525DCFE51F848F0F5664CBE5C. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 23/005.773-0 e o código de segurança ksWx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2023 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA-GERAL

Balanço Patrimonial

Número: 3

Página: 1

Contém este livro 6 páginas numeradas do No. 1 ao 6 emitidas através de processamento eletrônico de dados, que servirá de Balanço Patrimonial da empresa abaixo descrita no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Nome da Empresa.....: COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET

Ramo.....: Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais

Endereço.....: RUA SÃO JOSÉ, 59

Complemento.....:

Bairro.....: JOAO EDUARDO I

Município.....: RIO BRANCO

Estado.....: AC

Inscrição no CNPJ...: 12.922.132/0001-50

Inscrição Estadual..: 01.027.693/001-81

Registro na junta...: 12400001977 Data registro: 22/10/2010

Inscrição Municipal: 1334816

Nesses termos pede autenticação do BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVO DE RESULTADO ANO 2022, anexo, extraído do Livro Diário N° 03, das folhas/páginas 284 a 287

RIO BRANCO, 08/05/2023

JOELMA BRASIL LIMA
PRESIDENTE
CPF: 635.264.092-34

JAILSON ANTONIO GUEDES GUTIERRES
Reg. no CRC - AC sob o No. AC000606/O-5
CPF: 196.650.592-20



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1115796 em 09/05/2023 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 230057730 - 08/05/2023. Autenticação: BEE3F18CE48F5FD525DCFE51F848F0F5664CBE5C. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 23/005.773-0 e o código de segurança ksWx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2023 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA GERAL

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
1	1	ATIVO	
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	
3	1.1.1	DISPONÍVEL	671.456,39D
7	1.1.10.2	BANCOS CONTA MOVIMENTO	550.000,76D
8	1.1.10.200.1	BANCO DO BRASIL BANK	550.000,00D
9	1.1.10.200.2	SICOOB SICREDI	0,76D
10	1.1.10.3	APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	121.455,63D
11	1.1.10.301.001	BANCO DO BRASIL BB CDB DI	121.455,63D
12	1.1.2	CLIENTES	253.579,32D
13	1.1.20.1	DUPLICATAS A RECEBER	253.579,32D
14	1.1.20.100.1	CLIENTE DIVERSO	253.579,32D
18	1.1.3	OUTROS CRÉDITOS	4.506,50D
28	1.1.30.8	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	4.506,50D
31	1.1.30.800.3	IRRF A RECUPERAR	4.506,50D
2		TOTAL ATIVO CIRCULANTE	929.542,21D
501	1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
111	1.2.3	IMOBILIZADO	21.620,17D
118	1.2.30.3	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	57.235,39D
119	1.2.30.300.1	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	57.235,39D
125	1.2.30.7	(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	35.615,22C
128	1.2.30.700.3	(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	35.615,22C
501		TOTAL ATIVO NÃO-CIRCULANTE	21.620,17D
1		TOTAL ATIVO	951.162,38D
149	2	PASSIVO	
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	
169	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	5.837,75C
170	2.1.40.1	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	5.837,75C
179	2.1.40.100.9	PIS A RECOLHER	817,01C
180	2.1.40.101.0	COFINS A RECOLHER	5.020,74C
150		TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	5.837,75C
503	2.2	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	
217	2.2.1	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00
233	2.2.10	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	67.057,16C
232	2.2.10.3	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	67.057,16C
547	2.2.10.300.10	PREVIDENCIAL SOCIAL (INSS)	67.057,16C
503		TOTAL PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	67.057,16C
242	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
243	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	188.000,00C
244	2.3.10.1	CAPITAL SUBSCRITO	188.000,00C
245	2.3.10.100.1	CAPITAL SOCIAL	188.000,00C
257	2.3.4	RESERVAS DE LUCROS	8.413,03C
259	2.3.40.1	RESERVA DE ASSISTENCIA TECNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL - FATES	1.083,16D
261	2.3.40.3	FUNDO DE RESERVA	9.496,19C
264	2.3.5	RESERVAS DE SOBRAS	681.854,44C
265	2.3.50.1	RESULTADOS A DISP. DA ASSEMBLEIA GERAL	681.854,44C
266	2.3.50.100.1	RESULTADO A DISPOS. DA ASSEMBLEIA GERAL	1.175.344,99C

RIO BRANCO, 08 de Maio de 2023

JOELMA BRASIL LIMA
PRESIDENTE
CPF: 635.264.092-34

JAILSON ANTONIO GUEDES GUTIERRES
Reg. no CRC - AC sob o No. AC000606/O-5
CPF: 196.650.592-20

Sistema licenciado para J A G GUTIERRES - ME



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1115796 em 09/05/2023 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 230057730 - 08/05/2023. Autenticação: BEE3F18CE48F5FD525DCFE51F848F0F5664CBE5C. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 23/005.773-0 e o código de segurança ksWx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2023 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA GERAL

pág. 4/12

Empresa: COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET
C.N.P.J.: 12.922.132/0001-50
Insc. Junta Comercial: 12400001977 Data: 22/10/2010
Endereço: RUA SÃO JOSÉ, 59, JOAO EDUARDO I, RIO BRANCO/AC, CEP 69911-448
Período: 01/01/2022 a 31/12/2022
Balanco encerrado em: 31/12/2022

Folha: 0003
Número livro: 0003

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
267	2.3.50.100.2	(-) PERDAS A DISPOS. DA ASSEMBLEIA GERAL	493.490,55D
242		TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	878.267,47C
149		TOTAL PASSIVO	951.162,38C

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2022 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R\$ 951.162,38 (novecentos e cinquenta e um mil cento e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos)

RIO BRANCO, 08 de Maio de 2023

JOELMA BRASIL LIMA
PRESIDENTE
CPF: 635.264.092-34

JAILSON ANTONIO GUEDES GUTIERRES
Reg. no CRC - AC sob o No. AC000606/O-5
CPF: 196.650.592-20



Empresa: COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET
C.N.P.J.: 12.922.132/0001-50
Insc. Junta Comercial: 12400001977 Data: 22/10/2010
Endereço: RUA SÃO JOSÉ, 59, JOAO EDUARDO I, RIO BRANCO/AC, CEP 69911-448
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

Folha: 0004
Emissão: 08/05/2023
Hora: 18:32

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS EM 31/12/2022

Receita Operacional		
SERVIÇOS PRESTADOS	1.796.252,40	<u>1.796.252,40</u>
Deducoes		
(-) ISS	(87.927,98)	
(-) COFINS	(45.873,96)	
(-) PIS	(9.795,74)	<u>(143.597,68)</u>
Receita Líquida		<u>1.652.654,72</u>
Lucro Bruto		<u>1.652.654,72</u>
Dispendios/Despesas Administrativas		
PROVENTO DE EXCLUSÃO COOPERADO	(2.420,00)	
PROVENTOS COOPERATOS - SICOOB	(61.518,48)	
PROVENTOS DE COOPERATOS - CRA	(13.581,80)	
PROVENTOS COOPERATOS	(162.794,78)	
PROVENTOS COOPERATOS - SEHAB	(1.022,00)	
PROVENTOS COOPERATOS - ACREPREVIDENCIA	(263.730,06)	
PROVENTOS COOPERATOS ADM	(197.131,62)	
PROVENTOS COOPERATOS TRIBUNAL DE CONTAS	(413.319,80)	
COMBUSTÍVEL	(510,00)	
INSS	(129.316,59)	
IRRF S/ FOLHA	(149,29)	
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	(140,00)	
ALUGUÉIS	(10.400,00)	
VALE TRANSPORTE	(8.114,00)	
ALUGUÉIS DE IMÓVEIS	(1.000,00)	
IPVA	(804,40)	
TAXAS DIVERSAS	(56.123,00)	
IRRF SOB FOLHA DE PAGAMENTO	(79,68)	
MULTAS DE MORA	(1.250,88)	
ENERGIA ELÉTRICA	(1.296,97)	
ÁGUA E ESGOTO	(73,29)	
TELEFONE	(1.231,57)	
SEGUROS	(1.859,64)	
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(2.460,00)	
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	(151.506,87)	
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	(7.450,00)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(6.215,51)	
MULTA DE TRÂNSITO	(541,92)	
MATERIAL DE CONSUMO	2.146,13	<u>(1.493.896,02)</u>
Dispendios/Despesas Financeiras		
JUROS DE MORA	(29.320,34)	
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	(8.540,54)	<u>(37.860,88)</u>

RIO BRANCO, 08 de Maio de 2023

JOELMA BRASIL LIMA
 PRESIDENTE
 CPF: 635.264.092-34

JAILSON ANTONIO GUEDES GUTIERRES
 Reg. no CRC - AC sob o No. AC000606/O-5
 CPF: 196.650.592-20

Sistema licenciado para J A G GUTIERRES - ME



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1115796 em 09/05/2023 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 230057730 - 08/05/2023. Autenticação: BEE3F18CE48F5FD525DCFE51F848F0F5664CBE5C. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 23/005.773-0 e o código de segurança ksWx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2023 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
 SECRETÁRIA GERAL

Empresa: COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET
C.N.P.J.: 12.922.132/0001-50
Insc. Junta Comercial: 12400001977 Data: 22/10/2010
Endereço: RUA SÃO JOSÉ, 59, JOAO EDUARDO I, RIO BRANCO/AC, CEP 69911-448
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

Folha: 0005
Emissão: 08/05/2023
Hora: 18:32

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS EM 31/12/2022

Receitas Financeiras

JUROS ATIVOS (OUTROS)	774,58	<u>774,58</u>
-----------------------	--------	---------------

Resultado operacional líquido

121.672,40

Resultado Antes do IR

121.672,40

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

121.672,40

RIO BRANCO, 08 de Maio de 2023

JOELMA BRASIL LIMA
PRESIDENTE
CPF: 635.264.092-34

JAILSON ANTONIO GUEDES GUTIERRES
Reg. no CRC - AC sob o No. AC000606/O-5
CPF: 196.650.592-20

Sistema licenciado para J A G GUTIERRES - ME



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1115796 em 09/05/2023 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 230057730 - 08/05/2023. Autenticação: BEE3F18CE48F5FD525DCFE51F848F0F5664CBE5C. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 23/005.773-0 e o código de segurança ksWx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2023 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA GERAL

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2022

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	929.542,21 + 0,00	12,75
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	5.837,75 + 67.057,16	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	929.542,21	159,23
	Passivo Circulante	5.837,75	
Índice de Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoque	929.542,21 - 0,00	159,23
	Passivo Circulante	5.837,75	
Índice de Liquidez Imediata	Disponível	671.456,39	115,02
	Passivo Circulante	5.837,75	
Índice de Solvência Geral	Ativo	951.162,38	13,05
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	5.837,75 + 67.057,16	
Índice de Capital de Terceiros	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	5.837,75 + 67.057,16	0,08
	Patrimônio Líquido	878.267,47	
Índice de Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	5.837,75 + 67.057,16	0,08
	Passivo Total	951.162,38	
Índice de Endividamento Corrente	Passivo Circulante	5.837,75	0,01
	Patrimônio Líquido + Resultado de Exer. Futuros	878.267,47 + 0,00	
Índice de Dívida a Curto Prazo	Passivo Circulante	5.837,75	0,09
	Passivo Não-Circulante	67.057,16	
Grau de Endividamento	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	5.837,75 + 67.057,16	0,08
	Ativo	951.162,38	

JOELMA BRASIL LIMA
PRESIDENTE
CPF: 635.264.092-34

JAILSON ANTONIO GUEDES GUTIERRES
Reg. no CRC - AC sob o No. AC000606/O-5
CPF: 196.650.592-20



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1115796 em 09/05/2023 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 230057730 - 08/05/2023. Autenticação: BEE3F18CE48F5FD525DCFE51F848F0F5664CBE5C. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 23/005.773-0 e o código de segurança ksWx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2023 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA GERAL

Balanço Patrimonial

Número: 3

Página: 6

Contém este livro 6 páginas numeradas do No. 1 ao 6 emitidas através de processamento eletrônico de dados, que serviu de Balanço Patrimonial da empresa abaixo descrita no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Nome da Empresa.....: COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET

Ramo.....: Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais

Endereço.....: RUA SÃO JOSÉ, 59

Complemento.....:

Bairro.....: JOAO EDUARDO I

Município.....: RIO BRANCO

Estado.....: AC

Inscrição no CNPJ...: 12.922.132/0001-50

Inscrição Estadual..: 01.027.693/001-81

Registro na junta...: 12400001977 Data registro: 22/10/2010

Inscrição Municipal: 1334816

Nesses termos pede autenticação do BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVO DE RESULTADO ANO 2022, anexo, extraído do Livro Diário N° 03, das folhas/páginas 284 a 287

RIO BRANCO, 08/05/2023

JOELMA BRASIL LIMA
PRESIDENTE
CPF: 635.264.092-34

JAILSON ANTONIO GUEDES GUTIERRES
Reg. no CRC - AC sob o No. AC000606/O-5
CPF: 196.650.592-20



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1115796 em 09/05/2023 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 230057730 - 08/05/2023. Autenticação: BEE3F18CE48F5FD525DCFE51F848F0F5664CBE5C. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 23/005.773-0 e o código de segurança ksWx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2023 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/005.773-0	ACE2300013017	08/05/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
196.650.592-20	JAILSON ANTONIO GUEDES GUTIERRES	08/05/2023

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  

Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking

635.264.092-34	JOELMA BRASIL LIMA	08/05/2023
----------------	--------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  

Selo Ouro - Certificado Digital



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1115796 em 09/05/2023 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 230057730 - 08/05/2023. Autenticação: BEE3F18CE48F5FD525DCFE51F848F0F5664CBE5C. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 23/005.773-0 e o código de segurança ksWx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2023 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA GERAL







TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, de CNPJ 12.922.132/0001-50 e protocolado sob o número 23/005.773-0 em 08/05/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1115796, em 09/05/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Jurilande Aragao Silva.

Certifica o registro, a Secretária Geral, ROCHELLE LIMA CATÃO. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://integrar.ac.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
635.264.092-34	JOELMA BRASIL LIMA	08/05/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
196.650.592-20	JAILSON ANTONIO GUEDES GUTIERRES	08/05/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
635.264.092-34	JOELMA BRASIL LIMA	08/05/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
196.650.592-20	JAILSON ANTONIO GUEDES GUTIERRES	08/05/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 08/05/2023



Documento assinado eletronicamente por Jurilande Aragao Silva, Servidor(a) Público(a), em 09/05/2023, às 08:16.



A autencidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da juceac](http://portal.de.servicos.da.juceac) informando o número do protocolo 23/005.773-0.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
512.719.402-30	ROCHELLE LIMA CATAO



Rio Branco. terça-feira, 09 de maio de 2023



Junta Comercial do Estado do Acre

Certifico registro sob o nº 1115796 em 09/05/2023 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, CNPJ 12922132000150 e protocolo 230057730 - 08/05/2023. Autenticação: BEE3F18CE48F5FD525DCFE51F848F0F5664CBE5C. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceac.ac.gov.br> e informe nº do protocolo 23/005.773-0 e o código de segurança ksWx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2023 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ROCHELLE LIMA CATÃO
SECRETÁRIA GERAL



COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023

PROCESSO Nº 23107.025374/2022-69

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Pessoa Juridica, COOPERATIVA TROPICAL PARQUET, inscrita no CNPJ (MF) nº 12.922.132/0001-50 estabelecida na RUA SÃO JOSÉ, 59, JOAO EDUARDO I, RIO BRANCO - Acre, telefone 068 99988-5113, EMAIL: tropicalparquet@gmail.com, dados bancarios: BANCO DO BRASIL, AGENCIA 3022-8, CONTA CORRENTE 36400-2, neste ato representada por JOELMA BRASIL LIMA, presidente desta cooperativa, com RG: 0311255 e CPF: 635.264.092-34, Declara que possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública.

Nome do Órgão/Empresa	CONTRATO	Data Inicio	Valor total do Contrato
ACREPREVIDENCIA	008/2018	21/05/2018	223.053,04
ACREPREVIDENCIA	016/2017	13/12/2017	345.562,80
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE	031/2017	28/07/2017	751.198,08
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE	38/2017	09/10/2017	91.017,68
CRA - AC	001/2021	07/01/2021	53.698,90
SICOOB BOSQUE	NÃO TEM	17/02/2020	79.345,20
SICOOB SENA	NÃO TEM	01/09/2021	39.672,60
SICOOB CERAMICA	NÃO TEM	13/07/2020	39.672,60
TOTAL			1.623.220,90

Rio Branco-Ac, 06 de junho de 2023.



JOELMA BRASIL LIMA
CPF: 635.264.092-34
presidente



COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

ANALISE BALANÇO

1. Cálculo demonstrativo visando comprovar que o Patrimônio líquido igual ou superior a dez por cento do valor global estimado da contratação

Obs.: Esse resultado deverá ser igual ou superior a 10%.

PATRIMONIO LIQUIDO	R\$	878.267,47
PROPOSTA	R\$	1.979.092,32
10% DA PROPOSTA	R\$	197.909,23
DIFERENÇA POSITIVA		R\$ 680.358,24

44,38%

2. Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada

Obs.: Esse resultado deverá ser igual ou superior a 1.

PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 878.267,47
CONTRATOS FIRMADOS	R\$ 1.623.220,90
1/12 DOS CONTRATOS	R\$ 135.268,41
DIFERENÇA	R\$ 742.999,06

6,49

3. Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

Obs.: Esse resultado deverá ter variação de até 10%

RECEITA BRUTA NA DRE	R\$ 1.796.252,40
CONTRATOS FIRMADOS	R\$ 1.623.220,90
DIFERENÇA	R\$ 173.031,50

9,63%

4. Cálculo demonstrativo visando comprovar que o Capital Circulante Líquido (CCL), também denominado Capital de Giro Líquido, de no mínimo 16,66% do valor global estimado para a contratação

Obs.: Esse resultado deverá ser igual ou superior a 16,66%.

ATIVO CIRCULANTE	R\$	929.542,21
PASSIVO CIRCULANTE	R\$	21.620,17
CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDO	R\$	907.922,04
CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO		
PROPOSTA	R\$	1.979.092,32
16,66% DA PROPOSTA	R\$	329.716,78
DIFERENÇA		R\$ 578.205,26

45,88%





COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023
PROCESSO Nº 23107.025374/2022-69**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E CUMPRIMENTO
DO INCISO XXXIII ART. 7 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET inscrita no CNPJ sob nº. **12.922.132/0001-50**, sediada na Rua São José, 59 - João Eduardo I, declara sob as penas da lei, que:

A) Inexistem de fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, a Lei 9.854, de 27/10/1999, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º e no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666 – 93, que não possui em seu quadro de pessoal menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Rio Branco-Acre, 06 de junho de 2023.

Joelma Brasil Lima - Presidente
RG: 0311.255
CPF: 635.264.092-34



COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023

PROCESSO Nº 23107.025374/2022-69

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET inscrita no CNPJ sob nº. **12.922.132/0001-50**, sediada na Rua São José, Nº 59 - João Eduardo I, declara, sob sua exclusiva responsabilidade penal e civil, que nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, não está impedida nos incisos previstos do § 4º do Art. 3º e que está apta para receber o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei, porque na data da abertura da licitação está classificada como:

- () Microempresa-ME – receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00.
- () Empresa de Pequeno Porte-EPP - receita bruta superior a R\$ 360.000,00 .
- (X) Cooperativa

Rio Branco-Acre, 06 de junho de 2023.

Joelma Brasil Lima - Presidente

RG: 0311.255

CPF: 635.264.092-34



COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 18/2023
PROCESSO N° 23107.025374/2022-69

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET - COOPERPARQUET, como representante devidamente constituído de Joelma Brasil Lima doravante denominado Cooperativa, para fins do disposto no item do Edital **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023** declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023**, foi elaborada de maneira independente (pelo licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023** -, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023** - não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023**, Pregão antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023**, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL** antes da abertura oficial da proposta;
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Rio Branco-Acre, 06 de junho de 2023.

Joelma Brasil Lima - Presidente

RG: 0311.255

CPF: 635.264.092-34

Cooperativa de Trabalho Tropical Parquet-Cooperparquet – Rua São José, 59 - João Eduardo I.
CNPJ: 12.922.132.0001-50/Contato: 9 9988-5113/99910-4806/Email:tropicalparquet@gmail.com



COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023

PROCESSO Nº 23107.025374/2022-69

DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS DO EDITAL E CREDENCIA

REPRESENTANTE LEGAL

A **COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET**, CNPJ nº sediada no endereço Rua São José, 59- João Eduardo I, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial em epígrafe, **DECLARA** expressamente, sob a penas da lei que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

E credencia neste ato a Senhora **Joelma Brasil Lima**, RG: nº 0311.255 e CPF: nº 635.264.092-34, a participar da licitação em epígrafe, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL.

Rio Branco-Acre, 06 de junho de 2023.

Joelma Brasil Lima- Presidente

RG: 0311.255

CPF: 635.264.092-34



COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023

PROCESSO Nº 23107.025374/2022-69

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA
EXECUÇÃO DO OBJETO.**

A COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET inscrita no CNPJ sob nº.
12.922.132/0001-50, sediada na Rua São José, 59 - João Eduardo I, declara que:

1. Disporá até o ato da assinatura do contrato de toda a estrutura e recursos necessários para a execução do objeto especificado no certame licitatório – **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023** em especial os seguintes:

1.1. Dos equipamentos necessários para a execução do objeto; e

1.2. Mão de obra qualificada.

2. Dessa forma, encontra-se apta à perfeita execução das atividades específicas contratualmente.

Sendo isto o que havia a declarar,

Rio Branco-Acre, 06 de junho de 2023.

Joelma Brasil Lima- Presidente

RG: 0311.255

CPF: 635.264.092-34



COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023

PROCESSO Nº 23107.025374/2022-69

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL DOS SERVIÇOS

A **COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET** inscrita no CNPJ sob nº. **12.922.132/0001-50**, sediada na Rua São José, Nº 59 - João Eduardo I, Rio Branco – Acre, fone: (68) 9 9988 – 5113, representante Legal a senhora Joelma Brasil Lima.

A Cooperativa acima identificada declara que tem conhecimento do local onde serão prestados os serviços, objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023**, tomando conhecimento de todas as informações e condições necessárias para a execução dos serviços licitados.

Rio Branco-Acre, 06 de junho de 2023.



Joelma Brasil Lima- Presidente

RG: 0311.255

CPF: 635.264.092-34



COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023

PROCESSO Nº 23107.025374/2022-69

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA/VISTORIA

A **COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET** inscrita no CNPJ sob nº. **12.922.132/0001-50**, sediada na Rua São José, Nº 59 - João Eduardo I, Rio Branco – Acre, fone: (68) 9 9988 – 5113, neste ato representada por **JOELMA BRASIL LIMA**, presidente desta cooperativa, com RG: 0311255 e CPF: 635.264.092-34.

DECLARAMOS que, OPTAMOS por não realizar a visita/vistoria ao(s) local(is) de execução dos serviços, que ASSUMIMOS todo e qualquer risco por esta decisão e NOS COMPROMETEMOS a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Projeto Básico e dos demais anexos que compõem o processo na modalidade Pregão Eletrônico **18/2023**, Processo Administrativo nº **23107.025374/2022-69**.

Rio Branco-Acre, 06 de junho de 2023.



Joelma Brasil Lima- Presidente

RG: 0311.255

CPF: 635.264.092-34



COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET-COOPERPARQUET

DECLARAÇÃO

A **COOPERATIVA DE TRABALHO TROPICAL PARQUET** inscrita no CNPJ sob nº. **12.922.132/0001-50**, sediada na Rua São José, Nº 59 - João Eduardo I, declara sob pena da lei, de que tal auditoria contábil financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da lei federal, não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Rio Branco-Acre, 06 de junho de 2023.

Joelma Brasil Lima - Presidente

RG: 0311.255

CPF: 635.264.092-34